

Capitão QOPM PAULO HENRIQUE SEMMER

**DEFESA JURÍDICA INSTITUCIONAL PARA OS POLICIAIS-MILITARES
AUTORES DE CRIMES EM SERVIÇO: UMA PROPOSTA**

Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em Convênio com a Universidade Federal do Paraná, para obtenção do Título de Especialista em Planejamento e Controle da Segurança Pública.

Orientador Metodológico: Profa. Sônia Maria Breda

Orientador de Conteúdo: Ten-Cel. QOPM Luiz
Rodrigo Larson Carstens

CURITIBA

2008

Dedico este trabalho à minha esposa Nivea e ao meu filho Eduardo, razões de minha força, dedicação e tranquilidade, pelo apoio incondicional, paciência, amor e carinho que me prestaram durante a realização do curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, benção e proteção.

Ao meu pai, Cel PM RR Eugênio Semmer, permanente fonte de conselhos e exemplo de caminho a ser seguido.

Ao Sr. Ten-Cel. Luiz Rodrigo Larson Carstens, orientador de conteúdo, pelas sábias recomendações na condução do presente trabalho.

À Professora Sônia Maria Breda, orientadora metodológica, pela segura e positiva orientação e, em especial, pelo incentivo e ânimo com os quais conduziu o processo de produção do conhecimento.

A todos aqueles que direta ou indiretamente auxiliaram nesta caminhada, o especial e reconhecido agradecimento.

RESUMO

Monografia sobre defesa jurídica institucional aos policiais-militares autores de crime em serviço. O objeto de estudo é avaliar a possibilidade de criação da assistência jurídica institucional gratuita aos policiais-militares autores de crime em serviço. Objetiva estudar as implicações da falta do serviço de assistência jurídica aos policiais-militares autores de crimes em serviço na Corporação; elaborar proposta de mecanismos possíveis para a prestação dessa assistência; mensurar o nível de desestímulo operacional pela ausência de tal assistência; levantar o número de casos de policiais militares que estão denunciados por crimes praticados em serviço; quantificar os valores gastos nos processos judiciais pelos policiais militares denunciados por crimes em serviço; delimitar os crimes que gerariam a prestação da assistência; identificar situações que caracterizam "ato em serviço" e identificar a estrutura de outras polícias militares ou órgãos públicos que prestem serviços semelhantes. A relevância do estudo está no desestímulo ao trabalho operacional que a ausência do apoio acarreta, ocasionando insatisfação, revolta e prejuízos ao desempenho regular da missão policial. A literatura sobre o tema ressalta a dificuldade da execução da atividade de polícia ostensiva, a peculiaridade da condição de militar e dos regulamentos próprios da Corporação, a importância de observar a garantia de defesa através da assistência gratuita e a motivação e clima organizacional a serem preservados. O encaminhamento metodológico permite colherem-se subsídios importantes em outras organizações, dados em questionários aplicados e opiniões de entrevistados, cujos resultados apontam que a solução mais adequada para o problema é a criação de uma Seção de Assistência Jurídica, composta por setores, com funcionamento regionalizados, para permitir o atendimento em todo o Estado. A pesquisa aponta que para o funcionamento dessa atividade deverá ser criado o cargo para advogados no quadro de servidores civis da PMPR, com a previsão de um salário atraente para permitir um concurso público que selecione profissionais qualificados para esse importante serviço.

Palavras-Chave: Polícia Militar do Paraná. Proposta. Assistência jurídica gratuita.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	–	RELAÇÃO ENTRE SATISFAÇÃO E DESEMPENHO NO TRABALHO.....	46
QUADRO 2	–	RESUMO DA TABELA DE HONORÁRIOS DA OAB.....	53
QUADRO 3	–	RELATÓRIO SJD/DP Nº PM DENUNCIADOS POR OPM.....	54
QUADRO 4	–	INFORMAÇÃO DAS OPM PM DENUNCIADOS	55
QUADRO 5	–	ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL PELA CORPORAÇÃO..	58
QUADRO 6	–	SENTIMENTO EM RELAÇÃO À POSTURA INSTITUCIONAL..	58
QUADRO 7	–	DESTINO DO POLICIAL APÓS A DENÚNCIA.....	59
QUADRO 8	–	INTENÇÃO DO POLICIAL APÓS A DENÚNCIA.....	60
QUADRO 9	–	SENTIMENTO DO POLICIAL EM RELAÇÃO À PROFISSÃO....	61
QUADRO 10	–	FORMA PELA QUAL CONTRATOU ADVOGADO.....	62
QUADRO 11	–	GASTOS COM O PROCESSO JUDICIAL.....	62
QUADRO 12	–	FONTE DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS JUDICIAIS.....	64
QUADRO 13	–	PROBLEMAS EMOCIONAIS OU DE SAÚDE DECORRENTES DA DENÚNCIA	64
QUADRO 14	–	DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS EMOCIONAIS OU DE SAÚDE DECORRENTES DA DENÚNCIA	65
QUADRO 15	–	PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO FAMILIAR DECORRENTES DA DENÚNCIA.....	66
QUADRO 16	–	DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO FAMILIAR DECORRENTES DA DENÚNCIA.....	66
QUADRO 17	–	IMPORTÂNCIA DA EXISTÊNCIA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA.....	70
QUADRO 18	–	FORMA DE PRESTAÇÃO DA DEFESA JURÍDICA	71
QUADRO 19	–	PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS CRP	85
QUADRO 20	–	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PM DENUNCIADOS	86
QUADRO 21	–	DISTRIBUIÇÃO DAS SeAJur.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	–	DISTRIBUIÇÃO DOS PM DENUNCIADOS.....	56
GRÁFICO 2	–	ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL PELA CORPORÇÃO.....	58
GRÁFICO 3	–	SENTIMENTO EM RELAÇÃO À POSTURA INSTITUCIONAL.....	59
GRÁFICO 4	–	DESTINO DO POLICIAL APÓS A DENÚNCIA.....	60
GRÁFICO 5	–	INTENÇÃO DO POLICIAL APÓS A DENÚNCIA.....	60
GRÁFICO 6	–	SENTIMENTO DO POLICIAL EM RELAÇÃO À PROFISSÃO.....	61
GRÁFICO 7	–	FORMA PELA QUAL CONTRATOU ADVOGADO.....	62
GRÁFICO 8	–	GASTOS COM O PROCESSO JUDICIAL.....	63
GRÁFICO 9	–	FONTE DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS JUDICIAIS.....	64
GRÁFICO 10	–	PROBLEMAS EMOCIONAIS OU DE SAÚDE DECORRENTES DA DENÚNCIA	64
GRÁFICO 11	–	DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS EMOCIONAIS OU DE SAÚDE DECORRENTES DA DENÚNCIA	65
GRÁFICO 12	–	PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO FAMILIAR DECORRENTES DA DENÚNCIA.....	66
GRÁFICO 13	–	DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO FAMILIAR DECORRENTES DA DENÚNCIA.....	67
GRÁFICO 14	–	IMPORTÂNCIA DA EXISTÊNCIA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA.....	70
GRÁFICO 15	–	FORMA DE PRESTAÇÃO DA DEFESA JURÍDICA	71

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	– DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PM DENUNCIADOS.....	84
MAPA 2	– PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DAS CRP.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAI	– Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas
AISP	– Áreas Integradas de Segurança Pública
Art.	– Artigo
AVM	– Associação da Vila Militar
BMRS	– Brigada Militar do Rio Grande do Sul
BPamb FV	– Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde
BPGd	– Batalhão de Polícia de Guarda
BPM	– Batalhão de Polícia Militar
BPRv	– Batalhão de Polícia Rodoviária
BPTTran	– Batalhão de Polícia de Trânsito
Btl. Ptrl Esc. Com.	– Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária
CAO	– Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
Cap.	– Capitão
CBPM	– Caixa Beneficiante da Polícia Militar
Cel.	– Coronel
CELEPAR	– Companhia de Informática do Paraná
CFO	– Curso de Formação de Oficiais
Cia	– Companhia
Cia Ind	– Companhia Independente
Cia Ind Gda	– Companhia Independente de Polícia de Guarda
Cia Ind Port	– Companhia Independente Portuária
Cia PChq	– Companhia de Polícia de Choque
Cmt	– Comandante
CPC	– Comando do Policiamento da Capital
CPI	– Comando do Policiamento do Interior
CRP	– Comando Regional de Policiamento
GLO	– Garantia da Lei e da Ordem
INTERNET	– Rede Internacional de Computadores
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
OPM	– Organização Policial-Militar
P/1	– Chefe da Seção de Pessoal e Legislação das Unidades Policiais
PM	– Policial Militar
PMMG	– Polícia Militar de Minas Gerais
PMPR	– Polícia Militar do Paraná
PMESP	– Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMSC	– Polícia Militar de Santa Catarina
QOPM	– Quadro de Oficiais Policiais-Militares
RG	– Registro Geral
RISG	– Regulamento Interno dos Serviços Gerais
RPMon	– Regimento de Polícia Montada
SAJur	– Seção de Assistência Jurídica
SeAJur	– Setor de Assistência Jurídica
SJD/DP	– Seção de Justiça e Disciplina da Diretoria de Pessoal
Ten.-Cel.	– Tenente-Coronel
VAJME	– Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	12
1.2 JUSTIFICATIVA	13
1.3 OBJETIVOS	14
2 METODOLOGIA	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO	19
3.1 PREVISÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA DA MISSÃO DAS POLÍCIAS MILITARES	19
3.1.1 O direito administrativo e o conceito de polícia	20
3.1.2 Classificação da atividade de polícia	21
3.1.3 Poder de polícia	23
3.2 PECULIARIDADES DA CONDIÇÃO DE MILITAR E DOS REGULAMENTOS PRÓPRIOS DA CORPORAÇÃO	24
3.2.1 A legislação estadual e o “sub-judice”	26
3.2.2 A previsão legal da assistência jurídica ao policial	29
3.3 DIFICULDADES DO SERVIÇO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO	31
3.4 CONCEITO DE “ATO PRATICADO EM SERVIÇO”	36
3.5 GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA	37
3.5.1 Assistência jurídica e assistência judiciária	39
3.5.2 Assistência judiciária gratuita	41
3.6 MOTIVAÇÃO E CLIMA ORGANIZACIONAL	43
4 PESQUISA DE CAMPO	48
4.1 ESTRUTURA EXISTENTE EM OUTRAS CORPORAÇÕES	49
4.1.1 Brigada Militar do Rio Grande do Sul	48
4.1.2 Polícia Militar de Santa Catarina	49
4.1.3 Polícia Militar de São Paulo	49
4.1.4 Polícia Militar de Minas Gerais	50
4.1.5 Outras Polícias Militares	51
4.1.6 Polícia Civil do Paraná	51
4.1.7 Polícia Federal	51
4.1.8 Exército Brasileiro	52
4.2 PADRÃO DE VALORES GASTOS NOS PROCESSOS JUDICIAIS	52
4.3 NÚMERO DE POLICIAIS DENUNCIADOS POR CRIMES EM SERVIÇO	54
4.4 QUESTIONÁRIOS	57
4.5 ENTREVISTAS	73
5 PROPOSTAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA	74
5.1 CONVÊNIO COM A AVM OU A AMAI	74
5.2 CONVÊNIO COM UNIVERSIDADES	76
5.3 CONVÊNIO COM A DEFENSORIA PÚBLICA	77
5.4 CORPO DE ADVOGADOS PRÓPRIOS	80
6 SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA	82
6.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	82

6.2 DELIMITAÇÃO DOS CRIMES ATENDIDOS 88

7 CONCLUSÃO 90

REFERÊNCIAS 95

APÊNDICES 98

1 INTRODUÇÃO

A questão da segurança pública é um tema abrangente e permite diversas abordagens, especialmente devido às atuais condições sociais do país, com a violência criminal atingindo todos os segmentos sociais, dos mais ricos aos mais pobres, o que faz da insegurança uma preocupação coletiva. Assim, de um lado as péssimas condições sociais, culturais e econômicas de grande parcela da população, de outro a impunidade e a corrupção geram um contexto de extrema violência e criminalidade em que, desde pequenos furtos e roubos cometidos nas esquinas das grandes cidades, até crimes de lavagem de dinheiro e corrupção nos altos escalões de governo, acontecem cotidianamente, desafiando toda a máquina do Estado envolvida com o problema.

Nesse ambiente de conflitos, a Polícia Militar do Paraná (PMPR), órgão responsável pela preservação da ordem pública no Estado, através da execução do policiamento ostensivo de natureza preventiva, coloca diuturnamente nas ruas diversas equipes policiais para, através dos vários tipos e modalidades de policiamento, prevenir e reprimir quaisquer violações legais que causem a perturbação da tranquilidade pública.

Para tanto, a Corporação atua conforme preceitos da Constituição Federal do Brasil e da Carta Magna Paranaense, além das leis federais que disciplinam e organizam as polícias militares do Brasil e da legislação peculiar estadual, que estabelecem a sua competência legal de realizar o policiamento ostensivo.

Dessa forma, cabe-lhe a execução da chamada polícia administrativa para assegurar o bem-estar geral da comunidade, impedindo, através de atitudes preventivas, a prática de atividades abusivas ou, caso aquelas não surtam efeito, atuando de maneira repressiva imediatamente após o ato perturbador, objetivando o restabelecimento da ordem social.

Para execução dessa importante atividade coercitiva o policial atua exteriorizando o próprio poder do Estado, objetivando moldar os comportamentos individuais inconvenientes aos objetivos e interesses da coletividade. Na sua missão, o policial atuará pela sua simples presença inibidora dos comportamentos ilícitos e através de orientações e advertências para que as condutas irregulares cessem e ajustem-se aos ditames da normalidade.

Entretanto, infelizmente, em virtude da deturpada interpretação das normas constitucionais com a noção geral de que todos somente possuem direitos, esquecendo-se dos deveres de respeito às normas e aos outros, além da crescente sensação de impunidade, nem sempre as ordens legítimas da autoridade pública são acatadas, exigindo, em diversas ocasiões, o uso da força frente à desobediência e à resistência do infrator.

Além disso, atualmente, o crime organizado tem em seu “modus operandi” a violência como marca característica, especialmente quando se trata do tráfico de drogas, que se relaciona intimamente com o tráfico de armas, com os roubos a bancos e a empresas transportadoras de valores, com os seqüestros e com tantos outros crimes graves que assolam a sociedade atual.

Nesses casos o confronto armado é praticamente inevitável. Sem falar nos ataques diretos a policiais como forma de represália, intimidação e para desacreditar publicamente a autoridade estatal.

Assim, invariavelmente o policial restringe direitos (por exemplo, o direito de liberdade) quando efetua a prisão de alguém ou causa danos físicos (lesões corporais ou a morte de infratores) nas ocasiões em que age em virtude de ação violenta por parte do infrator.

Tais atos policiais, quando corretamente executados, não são considerados crime em virtude das excludentes do caráter ilícito do fato, pois nesses casos, configuram-se as justificativas legais da conduta adotada. Entretanto, em algumas situações, a caracterização dessas eximentes não é tão nítida, ficando à mercê da interpretação do Ministério Público que, como titular da Ação Penal, decidirá pelo oferecimento da denúncia para início da ação penal.

Para os casos em que a interpretação da ação do policial concluir que restam indícios de crime e ocorrer a denúncia e a conseqüente ação penal, é fundamental o apoio institucional para o acompanhamento do processo e defesa do policial que agiu no cumprimento do dever.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A execução regular da atividade profissional, conforme mencionado, coloca os integrantes da Polícia Militar que atuam operacionalmente na fronteira do crime,

pois os obriga, muitas vezes, a praticar atos limitadores de direitos alheios em benefício da coletividade.

Esses atos, em sua grande maioria, não acarretam conseqüências jurídicas aos policiais. Entretanto, seja em virtude de falhas técnicas ou táticas, decorrentes da natural dificuldade da execução do serviço policial e estresse muito alto pelas vidas em jogo, seja em virtude da subjetividade da aplicação da lei, em várias circunstâncias o policial-militar vê-se denunciado por uma ação praticada no exercício profissional.

Nesses casos, seria de se esperar que a Corporação demonstrasse preocupação por seu profissional que, mesmo tendo agido no cumprimento do dever, encontra-se processado, com a obrigação (ou ao menos com a necessidade) de constituir advogado para conduzir sua defesa em juízo.

Entretanto, uma observação criteriosa revela que, infelizmente, não é isso que tem acontecido, cabendo tão somente ao policial denunciado a busca por defensor, sendo que a Corporação, após a apuração do fato através do inquérito policial-militar, nada mais realiza, deixando seu agente entregue à própria sorte.

Assim, o presente estudo objetiva caracterizar a falha estrutural existente hoje na PMPR que não possui nenhum setor ou serviço que realize o acompanhamento e a defesa jurídica de policiais autores de crimes em serviço; demonstrar o desestímulo operacional que tal situação acarreta; e, analisando as circunstâncias envolvidas neste problema e comparando soluções apresentadas por outros órgãos públicos e por outras Polícias Militares, indicar medidas possíveis para a correção desta falha, para possibilitar ao policial-militar trabalhar operacionalmente com maior tranqüilidade.

1.2 JUSTIFICATIVA

Para que qualquer atividade profissional seja executada com sucesso é fundamental que o agente executor tenha segurança subjetiva e garantia objetiva de que sua ação, caso seja realizada com bons propósitos e dentro dos ditames da lei, será reconhecida e defendida por sua instituição. Em especial, a atividade policial-militar exige um esforço muito grande dos dirigentes da Corporação para a consecução deste objetivo, em virtude da tênue linha que separa a ação correta da ilegalidade.

A observação da estrutura da PMPR revela que não existe nenhum setor que preste o serviço de defesa jurídica ao policial-militar que pratique crime em serviço, qualquer que seja o crime.

A escolha por tal linha de pesquisa ocorreu em virtude de relatos realizados a este autor por alguns profissionais que, após ocorrências típicas policiais, lesionaram ou mataram marginais que resistiram à prisão fazendo uso de arma de fogo, atirando na viatura e colocando efetivamente a vida dos policiais em risco iminente. Nesses casos relatados, mesmo comprovada a periculosidade dos marginais mortos e a sua reação armada, ocorreu a denúncia criminal com reflexos imediatos para a carreira desses policiais.

Ainda, em todos os casos até aqui conhecidos por este autor, a Corporação não forneceu nenhum apoio ou acompanhamento do desenrolar processual, gerando nos envolvidos, além da natural preocupação por se ver na condição de réu, revolta e profundo desestímulo operacional, afastamento do serviço de rua e, em alguns casos, predisposição pela saída da Instituição assim que alguma oportunidade aparecer.

Contribuíram na motivação em buscar solução para o presente problema a formação jurídica deste autor, (bacharel em direito pela Universidade Federal do Paraná, 2000, Curso de Especialização em Polícia Judiciária Militar, Academia Policial Militar do Guatupê, 1996) e a experiência profissional (Chefe da Seção de Justiça e Disciplina do Regimento Coronel Dulcídio nos anos de 1995 e 1996).

1.3 OBJETIVOS

Constituem objetivos gerais do estudo:

- Estudar as implicações da falta do serviço de assistência jurídica aos policiais-militares autores de crimes em serviço na Corporação.
- Elaborar proposta de mecanismos possíveis para a prestação da assistência jurídica aos policiais militares autores de crimes em serviço.

Constituem objetivos específicos do estudo:

- Mensurar o nível de desestímulo operacional pela ausência de tal assistência.

- Levantar o número de casos de policiais militares que estão denunciados por crimes praticados em serviço.
- Quantificar os valores gastos nos processos judiciais pelos policiais militares denunciados por crimes em serviço.
- Identificar situações que caracterizam “ato em serviço”.
- Delimitar os crimes que gerariam a prestação da assistência.
- Identificar a estrutura de outras polícias militares ou órgãos públicos que prestem serviços semelhantes.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente monografia foi realizada preliminarmente uma revisão da literatura consistente no estudo da fundamentação legal e doutrinária da missão das Polícias Militares; das peculiaridades da condição de “militar” e dos regulamentos próprios da Corporação; das dificuldades do serviço de policiamento ostensivo; da caracterização de “ato em serviço”; da garantia do direito de defesa; e da motivação e clima organizacional. Assim, objetivou-se caracterizar a importância do tema no contexto atual da Corporação e formar a base teórica necessária para proposta de criação da assistência jurídica aos policiais militares autores de crime em serviço.

Foram referenciados os resultados das pesquisas realizadas em outras Polícias Militares do Brasil, em especial as Polícias Militares de maior destaque no Brasil, começando pela Região Sul, avaliando-se as condições existentes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Ainda, foram consultadas as Corporações da Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) em virtude da importância desta Região do país. Por fim, foram avaliadas as Polícias Militares da Bahia, Amazonas e Mato Grosso do Sul, como importantes representantes das Regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste do Brasil, além da Polícia Militar do Distrito Federal.

Ainda, foram pesquisadas as estruturas de outras organizações: a Polícia Civil do Paraná, por ser o órgão co-responsável pela segurança pública no Estado, exercendo atividade complementar ao policiamento ostensivo e, em muitas ocasiões, levando seus homens a situações de semelhantes riscos e dificuldades operacionais; a Polícia Federal, da mesma forma, pela atividade profissional que se assemelha no aspecto de exposição de seu efetivo aos riscos e pelas peculiaridades no combate à criminalidade; o Exército Brasileiro em virtude de ser a Corporação “mater”, da qual se originou toda a estrutura e organização atual das Polícias Militares.

Para levantar o número de policiais militares que estão denunciados por crimes praticados em serviço, foi realizada uma pesquisa documental junto ao Setor de Justiça e Disciplina da Diretoria de Pessoal da PMPR. (SJD/DP) Entretanto, em virtude dos dados coletados serem genéricos (incluíam policiais denunciados também por situações praticadas fora de serviço) foi realizada uma pesquisa em

todas as Organizações Policiais Militares (OPM), objetivando-se a coleta de dados mais fidedignos e adequados ao presente estudo. Para tanto, através do correio eletrônico do Estado (expresso) foi solicitado aos Chefes das Seções de Pessoal e Legislação das OPM (P/1) a confirmação dos dados levantados junto ao SJD/DP.

Dessa forma, a partir dos dados coletados os policiais militares denunciados foram divididos por Unidades pertencentes ao Comando do Policiamento da Capital (CPC) e do Comando do Policiamento do Interior (CPI), e a pesquisa foi realizada nas duas OPM com maior número de casos de policiais denunciados, dentro de cada Comando Intermediário (CPC e CPI), objetivando-se selecionar a amostra tomando por base critérios qualitativos, mais adequados ao presente estudo.

Utilizando-se de um questionário de pesquisa com questões abertas e fechadas foi realizada a coleta de dados junto ao público alvo, com o objetivo de caracterizar a importância do estudo e colher opiniões daqueles que sofreram com a falta da assistência, sobre a melhor maneira de prestar tal assistência.

Através do instrumento de pesquisa entrevista, foram levantadas informações, bem como foram devidamente analisadas as respostas obtidas nos seguintes locais: Departamento de Assistência Jurídica da Associação da Vila Militar (AVM), uma vez que este é, atualmente, o órgão mais atuante na defesa jurídica dos policiais militares, ao lado da Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas (AMAI); Defensoria Pública do Paraná, que é o órgão que exerce a competência constitucional da assistência jurídica gratuita no Estado; Promotoria em atuação na Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual (VAJME), que acompanha os julgamentos da maioria dos crimes praticados em serviço e do Advogado Rolf Koerner Junior, em virtude de ser um advogado criminalista de renome, com vasta experiência e que conhece a dificuldade de execução da atividade policial-militar, pois já foi Secretário de Segurança Pública. Assim, as entrevistas objetivaram colher subsídios tanto de uma instituição pública, quanto de uma instituição privada, que atuam na defesa jurídica gratuita. Ainda, do principal órgão responsável pela denúncia criminal de policiais por atos praticados em serviço e a visão de um advogado de renome, para trazer opiniões e informações de como prestar um serviço de efetiva qualidade.

Para quantificar os valores gastos nos processos judiciais, foi realizada uma pesquisa documental junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seção Paraná, identificando-se um padrão de valores, bem como incluída uma questão nos

questionários que serão aplicados aos policiais denunciados para demonstrar, na prática, quais os reais valores despendidos.

Lançando-se mão das informações coletadas e estudadas, foram propostas medidas para solução do problema, indicando alternativas possíveis para a prestação do serviço de assistência jurídica, indicando prós e contras presentes em cada ação possível, bem como salientando a solução que o autor entende como a mais viável.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 PREVISÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA DA MISSÃO DAS POLÍCIAS MILITARES

A PMPR, órgão da administração direta responsável constitucionalmente pela preservação da ordem pública no Estado, executa diuturnamente sua atividade, objetivando prevenir e reprimir imediatamente a ocorrência de qualquer situação que abale a ordem social.

Sua fundamentação jurídica está na Constituição Federal:

Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos”:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...] §5º Às polícias militares cabem a **polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil [sem grifo no original].

Portanto, no Brasil, as polícias militares têm a responsabilidade pela execução da *polícia ostensiva* e pela *preservação da ordem pública*.

No mesmo sentido, a Carta Magna Paranaense, em seu Art. 48, dispõe:

À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, **cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**, a execução de atividades de defesa civil, a prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei[grifo nosso].

Verifica-se que a Constituição do Estado do Paraná, manteve as disposições legais sobre a segurança pública, observando rigorosamente os limites estabelecidos pela Constituição Federal, ampliando, entretanto, com uma exemplificação alguns tipos de policiamento ostensivo que cabem à Polícia Militar.

Além da previsão da missão, a Constituição Federal no Art. 22 XXI, confere competência privativa para a União estabelecer as normas gerais de organização das polícias militares. Dessa forma recepcionou o Decreto-Lei nº. 667, de 2 de julho de 1969, alterado pelo Decreto-lei n.º 2010, de 12 de janeiro de 1983, que prevê

que compete às polícias militares “executar com *exclusividade*, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o *policciamento ostensivo*, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos”.

Tais competências foram, da mesma forma, previstas na legislação estadual. O Decreto Estadual nº 9.060, de 01 de dezembro de 1949, Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG), em seu Art. 3º afirma que a PMPR destina-se à *segurança interna e manutenção da ordem pública* no Estado.

O Código da Polícia Militar do Estado do Paraná, Lei 1943, de 23 de junho de 1954, traz redação idêntica quanto à missão institucional.

Da mesma forma, a Lei de Organização Básica da PMPR, Lei 6774, de 8 de janeiro de 1976, reproduzindo a previsão federal coloca:

Art. 2º. Compete à Polícia Militar:

I - executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o **policciamento ostensivo, fardado**, planejado pelas autoridades policiais competentes, conceituadas na legislação federal pertinente, **a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos**. [sem grifo no original]

Em razão dessa determinação constitucional e da previsão legislativa federal e estadual, a investidura no cargo policial de segurança pública, confere a seus agentes a correspondente autoridade policial em sua área de atuação. É nela e nos seus estritos limites expressos na lei que os agentes devem exercer sua atividade de polícia.

3.1.1 O direito administrativo e o conceito de polícia

A fundamentação para a realização das atividades de polícia, além desses dispositivos normativos acima mencionados, deve ser buscada nos institutos jurídicos do Direito Administrativo, que é o ramo do Direito Público Interno que disciplina os serviços públicos, sua organização e funcionamento, em razão do exercício do poder do respectivo agente público.

No estudo do Direito Administrativo o conceito de polícia não é pacífico na doutrina, diversos administrativistas tratam do assunto, com distintas acepções para esta importante função estatal.

Num primeiro aspecto, tem-se o vocábulo polícia como sinônimo de regras de polícia, isto é, o conjunto de normas impostas pela autoridade pública aos cidadãos, ou seja, todas as regras jurídicas que limitam a vida em sociedade.

Numa segunda acepção, denomina-se polícia o conjunto de atos e execução dos regulamentos assim, feitos, bem como das leis, mediante ações preventivas ou repressivas. Aqui se distingue a Polícia Administrativa da Polícia Judiciária.

Num terceiro foco, polícia é o nome que se reserva às forças públicas encarregadas da fiscalização das leis e regulamentos, ou seja, aos agentes públicos responsáveis pela ordem pública.

Em todas essas acepções diversas características podem ser destacadas, mas a mais evidente é a delegação de poder do Estado para *restrições* aos atos e atividades dos cidadãos em nome do benefício coletivo.

Neste sentido, Cretella Júnior (2002, p.554) conceitua polícia como:

Conjunto de poderes coercitivos exercidos pelo Estado sobre as atividades do cidadão mediante **restrições legais** impostas a essas atividades, quando abusivas, a fim de assegurar-se a ordem pública.[sem grifo no original].

Polícia, portanto é uma atividade administrativa que se manifesta por meio de limitações à liberdade ou à propriedade privada, fundando-se no fato de que a livre iniciativa em coletividades organizadas não pode ser absoluta e incondicionada. Os condicionamentos são ditados pelo interesse público que deve prevalecer sobre os interesses privados.

3.1.2 Classificação da atividade de polícia

A atividade de polícia confunde-se com a própria razão de ser do Estado Moderno, que surgiu, segundo as teorias mais aceitas, justamente para condicionar e regular a vidas dos cidadãos, limitando direitos individuais em prol do bem-estar coletivo. Para atingir esse objetivo o Estado utiliza-se de toda a sua máquina pública pela exteriorização da atividade de polícia que, obviamente, não está restrita aos órgãos policiais.

Conforme assevera Gasparini (1995, p. 111): a atividade de polícia pode ser considerada tanto em sentido amplo, no qual se enquadram as atividades de

diversos órgãos do Estado, como em sentido estrito, que exterioriza tipicamente a atividade da polícia administrativa.

A atividade de polícia do Estado, portanto, pode ser executada por diversos órgãos os quais, genericamente, podem ser divididos em: Polícia Administrativa ou preventiva e Polícia Judiciária ou repressiva (ressalte-se que diversas outras classificações podem ser encontradas no estudo desse ramo do direito).

A Polícia Administrativa, também chamada de preventiva, é a função da administração atribuída aos órgãos que atuam antes ou logo após algum conflito social, objetivando prevenir perturbações ao perfeito convívio em sociedade ou cessar imediatamente esses atos inconvenientes.

Já a Polícia Judiciária é a função da administração atribuída aos órgãos auxiliares do Poder Judiciário, na medida em que sua atuação é preparatória para a repressão judicial.

Portanto, a distinção básica entre uma atividade de polícia administrativa e judiciária não está no caráter preventivo ou repressivo, mas sim no fato de que aquela busca evitar atos anti-sociais (prevenindo ou reprimindo imediatamente), enquanto essa procura buscar provas para a responsabilização judiciária dos causadores do ato perturbador. Nos dizeres de Mello (2000, p. 694)

Com efeito, freqüentemente a Administração no exercício da Polícia Administrativa age repressivamente. Sempre que obsta uma atividade particular, já em curso, é porque esta se revelou contrastante com o interesse público, isto é, lesou-o; enfim, causou um dano para a coletividade. (...)

É certo, pois, que tal tipo de repressão seria perfeitamente diverso daquele que caracteriza a Polícia Judiciária, (...)

O que efetivamente aparta Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se preordena à responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Ao buscar diferenciar a Polícia Judiciária da Administrativa, Di Pietro (2004, p. 112), delimita o âmbito de atuação de ambas, ao destacar que “a principal diferença que se costuma apontar entre as duas está no caráter preventivo da Polícia Administrativa e no repressivo da Polícia Judiciária”. Entretanto, importante é observar que, por mais que o objetivo da Polícia Administrativa seja impedir a prática de ações anti-sociais e da Polícia Judiciária fornecer subsídios para *punir* os infratores da lei, esta divisão não é absoluta, pois em muitos casos a Polícia

Administrativa terá que agir repressivamente logo que deparar-se com a violação de algum dispositivo normativo.

Assim, a Polícia Administrativa objetiva assegurar o bem-estar geral da comunidade, impedindo a prática de atividades abusivas individuais, através de atitudes preventivas ou, caso estas não surtam efeito, atuando imediatamente de maneira repressiva após o ato perturbador, objetivando o restabelecimento da ordem social.

Para atingir esse objetivo manifesta-se através de atos normativos e, principalmente, através de ações diretas de fiscalização e controle, como, por exemplo, nos casos de vistoria de veículos, inspeções sanitárias, fiscalização de pesos e medidas e, de maneira notória, pela execução do *policciamento ostensivo preventivo* através das polícias militares.

A Polícia Administrativa, em teoria, é preponderantemente preventiva e excepcionalmente repressiva. Sua maneira normal de atuar é a prevenção, cujo objetivo maior é evitar a perturbação da ordem pública nas respectivas áreas em que atua a administração geral.

A atuação da polícia, portanto, cuida de temas que colocam em lados opostos a autoridade da Administração Pública e a liberdade individual. Ou seja, de um lado o cidadão quer exercer plenamente os seus direitos e de outro o Estado (normalmente através da polícia administrativa) tem por papel limitar o gozo destes direitos ao bem-estar coletivo.

3.1.3 Poder de polícia

Para a execução da atividade de polícia administrativa o agente público atuará respaldado no chamado Poder de Polícia que é, justamente, a exteriorização da atividade estatal de polícia.

Sobre o Poder de Polícia, Meirelles (2001, p. 123) conceitua como sendo “a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade e do próprio Estado.” Desta forma o Estado atua limitando direitos individuais em nome da paz e da harmonia social, em benefício coletivo. Tal poder estatal fundamenta-se, conforme menciona Di Pietro (2004, p.109) na posição de supremacia do Estado sobre os administrados.

Assim, a Polícia Militar, exteriorizando o poder de polícia administrativo, atua predominantemente através de ações preventivas. Entretanto, frente a situações que alterem a ordem pública, sua atuação passa a ser repressiva, pois inegavelmente é a instituição pública menos burocrática e mais acessível ao cidadão. Estando presente nas ruas, é chamada não somente pelo acionamento de uma central de operações, mas também por um grito de socorro ou um aceno de mão, para atuar de inopino, reprimindo as condutas perturbadoras do sossego público.

Dentro deste raciocínio Valla (2000, p. 9) destaca que “para boa parte da população o policial-militar não é apenas o agente público mais visível, mas sim, o único acessível”, na concepção de que, se o cidadão precisar de algum órgão público para prestar um auxílio, para resolver algum problema, na ausência ou na inação de outros, sempre haverá uma viatura nas proximidades ou o tradicional telefone 190 para solicitar o devido socorro.

Este fato é amplamente comprovado por todos aqueles que trabalham operacionalmente, que percebem facilmente a existência de um grande número de acionamentos policiais que não se referem a ocorrências típicas de polícia, sendo, na verdade, casos de saúde pública, relacionamentos familiares, desentendimentos de natureza civil (locações, contratos, direito de propriedade) dentre tantos outros problemas que são, diuturnamente, confiados ao policial que é, indiscutivelmente, o agente público mais presente e atuante na vida social.

Nesse contexto, o policial-militar aparece como o agente público responsável pela prevenção e repressão de todos os atos perturbadores do convívio social. Assim, o policial atua nas mais diversas circunstâncias, desde uma orientação em situações de leves desentendimentos, até a prisão de infratores da lei que agem com violência. Em todos os casos o policial atua objetivando restaurar o equilíbrio social, pois a execução de sua atividade profissional resume-se em limitar liberdades e restringir direitos individuais em nome do bem-estar coletivo.

3.2 PECULIARIDADES DA CONDIÇÃO DE “MILITAR” E DOS REGULAMENTOS PRÓPRIOS DA CORPORAÇÃO

Além da característica de agente público, que já traz inúmeras responsabilidades aos integrantes da Corporação, o policial-militar tem um “plus”, pois se insere na categoria de servidor militar (hoje considerado pela Constituição

Federal como integrante da categoria *militares dos Estados*, conforme previsão da Emenda Constitucional nº 18/98).

A condição de agente administrativo do servidor público militar decorre do fato de ser ele vinculado ao Estado por relação profissional, por estar sujeito à hierarquia funcional militar e ao especial regime estatutário que regula a sua atuação, conferindo-lhe direitos e deveres peculiares que o diferenciam do profissional civil.

Consoante Silva (2001, p. 593) os servidores públicos militares diferenciam-se dos servidores públicos civis em diversos aspectos com direitos e, principalmente, deveres diferenciados.

Sua organização e seu regime jurídico, desde a forma de investidura até as formas de inatividade, diferem fundamentalmente do regime dos servidores civis. Diferem até mesmo entre si. Por exemplo, os servidores militares das Forças Armadas, ou ingressam no serviço por força de recrutamento, que é a forma de convocação para prestar o serviço militar, ou por via de exame de ingresso nos cursos de formação de Oficiais. A obrigatoriedade do serviço militar (Art. 143) não deixa margem à realização de concurso público, à semelhança do que ocorre para os servidores civis. O ingresso nas polícias militares é voluntário, e, por conseguinte, os interessados se submetem a provas de seleção de vários tipos para sua investidura, incluindo também as escolas de formação de seus integrantes.

Assim o policial-militar no desempenho de sua atividade profissional se sujeita a diversas normas de cunho jurídico, ético e disciplinar que caracterizam sua profissão e que exigem comportamento irrepreensível na vida pública e particular, caracterizando-se em um verdadeiro sacerdócio, pois exige tempo integral e dedicação exclusiva, sem grandes lucros e expõe o seu integrante a riscos contínuos, chegando, muitas vezes a exigir o sacrifício da própria vida.

Nesse sentido Valla (2000, p. 37), citando o jornalista Alexandre Garcia afirma que, de todas as profissões que exigem sacrifícios, a policial é a que mais se destaca, pois envolve constante risco de vida para a defesa da vida alheia.

Voltadas para a defesa da sociedade, as instituições militares exigem dos seus integrantes rigorosa disciplina e comportamento uniforme, orientado por conceitos próprios, peculiares da formação diferenciada do militar.

A organização militar, embora seja um segmento da sociedade, vive, face às peculiaridades próprias da função militar e às características da estrutura nas quais se configuram fortes matizes da hierarquia e disciplina, sob a égide de regras e normas particulares.

Assim, verifica-se que os direitos e deveres dos militares dos Estados, nos moldes dos militares das Forças Armadas, possuem um tratamento diferenciado pela Carta Magna brasileira. Mesmo quando se fala nos direitos e garantias individuais e coletivos e nos direitos sociais, por exemplo, que tiveram um tratamento especial do constituinte de 1988, diversas são as exclusões previstas e que não podem ser pleiteadas por seus integrantes, conforme se depreende da análise dos Art. 42 e 142 da Constituição Federal que, ao prever a aplicação de determinados direitos aos militares, por consequência, excluiu outros.

Sem entrar na exemplificação destes diversos direitos que deixaram de ser estendidos aos militares, o que fugiria ao objetivo deste trabalho, é importante o entendimento de que esta exclusão deve-se à compreensão, por parte do legislador, de que essas Corporações tem por sustentáculo os princípios da hierarquia e da disciplina, não sendo dado aos seus integrantes exigir, por exemplo, limitações de carga horária semanal ou remuneração superior para jornada noturna, dentre outros direitos, reconhecendo-se a peculiaridade e a importância de sua atividade profissional.

Tal raciocínio é realçado por Valla (2000, p. 40)

Da mesma forma, pela desatenção gradativa aos pressupostos básicos da atividade policial-militar – **tempo integral e dedicação exclusiva** – está se estimulando reivindicações para remuneração de horas extraordinárias e adicional noturno, encontrando ressonância em alguns Estados, o que não deixa de se constituir em mais absurdos, considerando-se o regime jurídico imposto pela investidura militar. **Isso tudo, ao invés de reforçar a estética militar, na verdade, está gerando uma babel estética**, comprometendo a própria honestidade profissional.

Assim a Polícia Militar é uma instituição que se enquadra no conceito de organização total, na qual seus integrantes devem dedicar-se integralmente à profissão.

3.2.1 A legislação estadual e o “sub judice”

Partindo para uma análise da legislação estadual, observa-se que diversos são os dispositivos que ressaltam a importância da hierarquia e da disciplina como sustentáculos da estrutura organizacional. Assim, inúmeras são as regras que obrigam o policial-militar a pautar sua conduta pelos princípios da retidão de caráter e de estrita obediência às leis.

Da mesma forma, sendo uma instituição altamente hierarquizada, com a estruturação em postos e graduações estabelecem a característica básica do organismo militar, a promoção aparece como um dos objetivos principais de todo militar que planeja sua carreira e atua preocupado em cumprir requisitos que o habilitem ao acesso à escala hierárquica.

Em virtude disso, o principal dispositivo normativo que acarreta imensa preocupação e revolta no efetivo operacional da Corporação é a situação do “sub judice”, através da qual, o policial que se encontrar denunciado criminalmente não poderá concorrer à promoção.

Tal situação é prevista inicialmente na Lei 5.940, de 8 de maio de 1969. Esta lei estabelece os requisitos para a promoção de praças na PMPR. Em resumo, para que o sargento possa concorrer à promoção, seja pelo princípio da antiguidade, seja pelo princípio do merecimento, ele precisa integrar o chamado “quadro de acesso”, que é a relação de sargentos que se encontram em condições de serem promovidos à graduação imediata.

Dessa forma, a presente lei prevê, no Art. 25, inciso V, como requisito básico para ingresso no quadro de acesso “não estar “sub judice” ou cumprindo pena criminal”. Ainda, no Art. 39, inciso VII, prevê, como causa para exclusão do quadro de acesso, “estar “sub judice”.

Seguindo a mesma regra, a Lei 5.944, de 21 de maio de 1969, que estabelece os requisitos para a promoção de oficiais na PMPR, cujo processamento é bastante similar às promoções de praças, em seu Art. 41, inciso VII, estabelece como motivo para exclusão do oficial do quadro de acesso, estar “sub judice”.

Portanto, uma vez que “sub judice” é uma expressão latina que indica estado de uma demanda judicial que ainda não foi decidida, o policial-militar encontrar-se-á nesta situação sempre que estiver “respondendo judicialmente” por um ato praticado tanto em serviço como fora dele.

Assim, por mais que a doutrina em geral entenda que “ver-se processado” é um *direito* do cidadão de provar a sua inocência, direito este, é bom ressaltar, conquistado a duras penas, pois em épocas passadas os governantes, despoticamente, sentenciavam inúmeras pessoas a penas cruéis, perpétuas, castigos físicos ou mesmo à morte, sem qualquer oportunidade de defesa; ainda, mesmo sendo claro o mandamento constitucional que versa que ninguém será considerado culpado, até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.(Art.

5º, inciso LVII - presunção de inocência), sendo que, não basta sequer a condenação para que alguém seja considerado culpado por um ato praticado, mas a Constituição exige o completo trânsito em julgado da decisão condenatória, a Corporação continua a aplicar regras jurídicas carentes de validade constitucional e, portanto, sem valor jurídico.

Portanto, somente poderão incidir consequências ao autor de algum fato “in tese” imputado ao mesmo, quando a decisão condenatória criminal não tiver mais recurso.

Assim, pode-se entender que tais dispositivos da legislação estadual não foram recepcionados pela Constituição de 1988, pois através do fenômeno da recepção, uma Constituição nova recebe a ordem normativa que surgiu sob o império de Constituições anteriores, desde que seja compatível com ela. Todas as normas infraconstitucionais terão como parâmetro a nova Constituição, subsistindo no ordenamento, somente as regras jurídicas que forem compatíveis com as novas normas constitucionais.

Entretanto este não tem sido o entendimento da Corporação, subsistindo a exclusão de policiais de quadros de acesso em virtude desse critério.

É possível imaginar que o objetivo da inserção de tal dispositivo na legislação teve por objetivo excluir a possibilidade de promoção para “maus” policiais que estivessem respondendo por crimes cometidos. Infelizmente a existência de “bons” policiais que respondem criminalmente por atos praticados em serviço (ou até fora dele), que não revelam desvios morais ou qualquer outro problema que justifique a sua não promoção, é uma realidade injusta e prejudicial à Corporação.

Devido a esse fator, também é grande o desestímulo gerado no policial operacional, que diuturnamente encontra-se na fronteira do crime, pois o desempenho da sua missão de executar o policiamento ostensivo obriga-o a praticar atos que, caso não sejam bem esclarecidos, podem ser considerados como crimes.

Por mais que tais dispositivos normativos não tenham sido alterados, o entendimento de que tal medida impeditiva é injusta, aos poucos vem tomando corpo na Corporação. Prova disto é que, a atual Portaria de Ensino, publicada no Aditamento ao Boletim do Comando Geral nº 037 de 25 de fevereiro de 2008, que é a norma que estabelece as regras dos diversos cursos da Corporação, ao prever os requisitos para inscrição nos cursos (e dentre eles os Cursos de Formação de Cabos e de Sargentos – que são os caminhos para a promoção a Cabo e a 3º

Sargento, respectivamente), excluiu a situação do “sub judice”, sendo mais específica e justa.

Art. 39. São requisitos para a inscrição:

- I - estar classificado no mínimo no bom comportamento;
- II - não estar submetido a Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação;
- III - não estar preso em flagrante delito, provisoriamente, preventivamente, e nem estar incurso nas hipóteses de prisão civil decorrente de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e/ou de depositário infiel;
- IV- estar no desempenho de cargo ou função policial-militar prevista no Quadro de Organização da PMPR;
- V- ter anuência de seu Comandante.

Agora, ao invés de vedar a inscrição para os cursos internos do policial-militar que esteja “sub judice”, a atual norma, dentre outras exigências, determina apenas que o policial não pode *estar preso ou submetido a Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação*, o que claramente especifica a exigência, delimitando a restrição.

3.2.2 A previsão legal da assistência jurídica ao policial-militar

O legislador estadual, através das normas específicas da Corporação, previu expressamente a criação do serviço de assistência judiciária ao policial-militar. Tal direito do policial encontra amparo a Lei 1.943, de 23 de junho de 1954:

SEÇÃO II

Da Consultoria Jurídica

Art. 32. A Consultoria Jurídica da Corporação compor-se-á de advogados do Quadro Geral do Estado, postos à disposição da mesma, pelo Chefe do Poder Executivo, de acordo com a necessidade do serviço.

Art. 33. A assistência judiciária aos militares e jurídica à Corporação é prestada pela Consultoria Jurídica.

Art. 34. As atribuições da Consultoria Jurídica são definidas no RISG da Corporação.

Assim, as atribuições da Consultoria Jurídica anteriormente previstas no Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG), o Decreto Estadual nº 9.060, de 01 de dezembro de 1949, serviram de complemento para a regra estabelecida nesta importante Lei Estadual.

TÍTULO XI

Da Assistência Judiciária

Art. 440 – A Polícia Militar proporcionará assistência judiciária aos seus oficiais e praças que sejam forçados, por circunstância de momento, à

prática de delitos ou contravenções, em objeto de serviço, ou em razão de suas funções.

Art. 441 – São atribuições do Advogado de assistência judiciária:

- 1) dar parecer sobre os pedidos de assistência judiciária dos elementos da Corporação, relativamente ao direito que lhes possa caber, em face da natureza do processo a que estiverem respondendo, afim de que o Comandante Geral possa resolver sobre a concessão ou não do benefício;
- 2) acompanhar, desde o início, os processos para os quais tenha sido concedido assistência judiciária, promovendo em juízo e nos tribunais a defesa dos oficiais e praças neles envolvidos, esforçando-se para que nada lhes falte nesse particular;
- 3) transportar-se para a localidades do interior do Estado, onde for necessário a sua presença, para o exercício de suas funções.

Ressalte-se que, infelizmente, apesar da previsão legal desse serviço, não se tem notícia de sua efetivação e, se houve, faz parte da história, restando hoje apenas o texto frio da lei a referendar a importância da criação dessa atividade que, por mais que precise de uma melhor previsão legislativa que estabeleça uma estrutura mais adequada (pois apenas um advogado não supriria a demanda atual) já era objeto de preocupação de governos anteriores, que reconheciam a dificuldade da execução da missão policial-militar.

Importante observar que o reconhecimento de que o policial-militar executa uma atividade diferenciada e que necessita de uma legislação especial para garantir a eficiência de suas ações é encontrado na Carta Magna paranaense, que em seu Art. 49 versa:

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado **e serão regidas por legislação especial**, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, **de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades**. [sem grifo no original]

Entretanto, por mais que o legislador estadual tenha previsto tais dispositivos, por força da falta de estrutura do setor, tal missão foi assumida pela AVM que, apesar de prestar este importante serviço, é uma entidade de natureza jurídica privada, à qual o policial-militar não é obrigado a associar-se, restando a obrigação do Estado em realizar tal encargo. Ainda, em virtude da previsão de uma estrutura incompatível com a demanda atual, uma vez que, diferente da época da edição da legislação acima mencionada, atualmente a Corporação atua diuturnamente em todos os trezentos e noventa e nove municípios paranaenses, no patrulhamento ostensivo preventivo e repressivo e não mais como tropa aquartelada,

predominantemente na capital do Estado, é necessária a alteração legislativa buscando melhorar a estrutura deste importante serviço de assistência jurídica.

3.3 DIFICULDADES DO SERVIÇO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

O militar estadual no serviço operacional, em sua grande maioria soldados, cabos e sargentos, comandados por tenentes (normalmente os mais modernos), defrontam-se diariamente com situações que exigem decisões imediatas, ações coordenadas e precisas, envolvendo iminentes riscos ao patrimônio e a incolumidade física dos envolvidos. Neste sentido, Valla (1999, p.142) afirma que “quanto mais se desce na escala hierárquica da polícia, mais discricionário se é. No caso específico da Polícia Militar, é o soldado na linha de frente quem decide a conduta a ser adotada”.

Quando se observam as diversas profissões, levando-se em conta as dificuldades e o nível de estresse a que seus integrantes estão sujeitos, a policial aparece como a mais complexa da atualidade. Inicialmente seu executor percebe que sua atividade é rejeitada pela sociedade em geral em virtude do seu caráter coercitivo. Lima (2002, p. 30) destaca:

De todas as profissões, a de policial talvez seja a mais complexa no mundo moderno, pois é rejeitada por uma sociedade liberal e libertina que se opõem a qualquer instrumento coercitivo de sua pseudoliberalidade, ao mesmo tempo em que assume um papel paradoxal de lixeiro social, responsável pelo ingrato papel de tirar de circulação ou esconder dos olhos da população aqueles indivíduos que não lhe interessam, que violam o bem estar psicológico ou a sensação de bem estar e que precisam ser removidos e esquecidos.

O caráter militar expõe o homem a uma cobrança de retidão comportamental que extrapola o exercício profissional, sendo cobrado também em suas ações na vida particular. A sociedade exige dos militares uma maior correção de atitudes, inclusive quanto à sua vida particular que se sujeita ao acompanhamento, à crítica e reprovação do público.

Conforme anteriormente salientado, sua profissão exige “tempo integral e dedicação exclusiva”. Mesmo em seu horário de folga, caso presencie um crime tem a obrigação de atuar e, na medida das possibilidades peculiares de cada situação, prender em flagrante o criminoso, conforme prevê o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 Out. 1969 - Código de Processo Penal Militar. “Art. 243. Qualquer pessoa poderá e

os militares deverão prender quem for insubmisso ou desertor, ou seja encontrado em flagrante delito [sem grifo no original]”.

Na execução de sua atividade profissional atua, rotineiramente, com o pior extrato social, com pessoas que vivem à margem das regras de condutas sociais, quando combate o crime. Ao mesmo tempo atua com integrantes da mais altas camadas sociais, quando auxilia alguém que teve seu patrimônio violado, quando orienta pais cujos filhos praticaram algum ato irregular como dirigir embriagado ou sem habilitação, quando busca argumentos para evitar o cometimento de suicídio, dentre tantas outras ocorrências corriqueiras no cotidiano policial. Essa peculiaridade é salientada por Lima (2002, p. 30)

[...] sem ser um jurista, se transforma em um juiz, sem ser terapeuta soluciona conflitos humanos e sendo apenas um ser humano, com todas (sic) os conflitos, desordens, neuroses e disfunções comuns a todos. Esse é o policial, é o homem policial, ser humano que para enfrentar os dissídios profissionais e seus semelhantes necessita, além dos coletes balísticos, uma couraça psicológica que o capacite a enfrentar e sobreviver nesse universo particular.

Toda a dificuldade e peculiaridade do serviço policial assumem dimensões extremadas quando se percebe que, sempre que um policial entre em serviço, ao iniciar o seu turno, como primeiro ato obrigatoriamente veste seu colete balístico em virtude do iminente risco de um confronto armado. Mais estressante é entender que o colete apenas protegerá a área mais provável de um impacto balístico e ainda que, mesmo nesta área, o impacto de um projétil poderá causar-lhe a morte em virtude das lesões decorrentes do trauma que ocasionará.

Assim conjugando a dificuldade natural do exercício do policiamento ostensivo com a natural cobrança de retidão de comportamento do policial-militar e o iminente risco de vida que a atividade profissional acarreta, mesmo existindo profissões cujas pesquisas apontem como tão ou mais estressantes, a policial-militar apresenta-se, sem dúvidas, no ápice dessa relação, impondo a seus integrantes extrema dedicação. Assim Lima (2002, p. 33) afirma que

[...] o trabalho policial está no topo das profissões consideradas mais estressantes do mundo, competindo diretamente com os controladores de voo e mineiros, com a significativa diferença que esta é uma profissão de altíssimo risco de vida. O trabalho de manutenção da ordem e execução da lei é de estresse absoluto pois, apesar de conviver com a sociedade, lidam com os piores sedimentos sociais, eles vêem o pior das pessoas, o pior da sociedade, eles vêem a crueldade, vêem as relações em falência, crianças abandonadas, vidas destruídas, carreiras em ruína, vidas desperdiçadas.

Eles vêem ganância, corrupção, ódio, apatia. Em oposição, os policiais em seus treinamentos e em sua formação são educados para tentarem resolver todos os problemas, porém o seu trabalho por natureza é cheio de restrições, decepções e falhas e, que por conseguinte, acabam por aumentar a sua tensão.

Essas peculiaridades e dificuldades do serviço policial-militar assumem proporções alarmantes no atual contexto social brasileiro em que, em virtude do desvirtuamento do conceito de Democracia, de Liberdade e direitos e garantias individuais advindos com a “Constituição Cidadã” que, na busca de reverter abusos do regime ditatorial militar, enfatizou direitos levando a uma interpretação que, muitas vezes, despreza os deveres dos cidadãos necessários ao perfeito convívio social.

Ao lado desse conceito de extrema liberdade ao cidadão aparece a situação sócio-econômica de exclusão social, da cultura do consumismo, em que importa o “ter”, em que se considera como valioso o que a pessoa possui, quais bens ostenta e não o nível cultural ou moral do sujeito. Ainda, a crescente impunidade resultante de leis absolutamente formais e procrastinatórias, que priorizam recursos e eternizam julgamentos; a falta de estrutura estatal tanto no poder judiciário quanto no sistema prisional, que não possui vagas disponíveis para atender nem a pequena percentagem de criminosos que têm contra si expedidos mandados de prisão e apresenta uma estrutura absolutamente deficiente e decadente, caracterizando-se em verdadeiros depositários de excluídos que, jamais terão condições de “re-socializar” ou “re-incluir” os criminosos que tomam conta e organizam suas ações criminosas, transformando os presídios em escritórios de suas quadrilhas.

A realidade social revela também que a crise na educação, na saúde e em todos os níveis e escalões de governo também são ingredientes da assustadora violência que assola a sociedade brasileira nos dias de hoje.

Neste contexto, qualquer notícia sobre algum fato relacionado à violência ou à criminalidade é atribuída como falha dos organismos policiais, como se estes fossem os únicos responsáveis por esse complexo fenômeno social. Ainda, o excesso de direitos, aliada a crescente impunidade levaram a absoluta “desconsideração da autoridade policial”. O crime de desacato (genericamente é a ofensa a funcionário público) hoje caiu em completo descrédito (também por culpa de excessos por parte de policiais que utilizavam tal enquadramento de forma indevida), a resistência e o

enfrentamento ao policial tornaram-se rotineiros e, mais que isso, o ataque a postos e viaturas policiais passaram a ser notícias comuns.

Sob essas circunstâncias, o policial, diuturnamente, vê-se atuando num ambiente social conturbado em que, na grande maioria das ocorrências, existe um conflito de interesses, pois alguém foi agredido, ferido, morto ou algum bem foi subtraído ou danificado, enfim algum direito foi supostamente prejudicado com a ação de outrem.

Cabe ressaltar que sempre que ocorrer uma “lide”, ou seja, um conflito de interesses, existirão dois ou mais lados envolvidos no conflito. Todos eles alegando que o direito lhes assiste e que os outros é que abusam de suas prerrogativas legais. Portanto, sempre que o policial-militar agir, contentará alguns e descontentará outros.

Bom seria se fosse possível atingir-se plenamente o objetivo da polícia administrativa que é a prevenção de todos os delitos através da simples presença ostensiva inibidora da prática infracional. Entretanto, sabe-se que isto é uma meta utópica e que a atuação repressiva é uma realidade na execução do policiamento ostensivo.

Nessa repressão, o policial, mesmo agindo dentro da Lei e utilizando todas as técnicas e táticas policiais aprendidas nos treinamentos, invariavelmente vê-se diante de situações em que precisa decidir, em frações de segundo, como agir, se precisará usar a força, se deverá restringir direitos dos envolvidos em nome da ordem pública.

Em sua ação, sempre que ocorrer o questionamento ou a resistência pelo sujeito violador das normas de convivência social, o policial precisará recorrer ao uso da força, seja para limitar a liberdade individual, seja para defender sua integridade física ou a integridade física de outrem.

Assim, o policial-militar atua sempre no estreito limite entre o legal e o ilegal; entre o dever funcional de bem cumprir com o seu papel institucional e a conduta questionada como criminosa, pois invariavelmente sua atuação limitará direito ou presunção de direito de alguém.

O conceito de crime em nosso direito pátrio: “Crime é a conduta humana típica, antijurídica e culpável”. Sem maiores detalhamentos deste conceito, que seriam desnecessários para o presente estudo, cabe ressaltar que, para a caracterização formal de uma conduta humana como criminosa é preciso

inicialmente que ela seja *típica* (descrita perfeitamente numa norma penal). Ainda, precisa ser *antijurídica*, ou seja, contrária ao direito, na medida em que, se a conduta estiver amparada por uma causa de exclusão da antijuridicidade, esta conduta, por mais que prevista na lei, não será considerada crime, pois o agente terá agido respaldado pelas circunstâncias, por exemplo, da legítima defesa ou do estrito cumprimento do dever legal.

A caracterização destas causas que eliminam o caráter ilícito de um fato supostamente criminoso é que permitem ao policial executar sua missão de preservação da ordem pública, através de restrições individuais em nome do bem coletivo.

O problema é que a decisão pelo enquadramento do fato praticado pelo policial, dentro das excludentes de criminalidade (que eliminam o caráter ilícito de um fato) está no campo da subjetividade do entendimento do representante do Ministério Público, que é o titular da Ação Penal e, longe do calor dos fatos, analisando apenas o que está nos autos de inquérito, muitas vezes decide pelo oferecimento da denúncia. Sobre esta situação assevera Assis (1994, p. 25) que aqueles que julgam o policial por seus atos, o fazem longe do calor dos acontecimentos, sem riscos à sua integridade física, presos apenas aos textos legais.

O Promotor, nessa fase do processo criminal, baseia-se no princípio “*in dubio pro societate*”, ou seja, diferente do momento da sentença em que, caso exista dúvida cabe a absolvição do réu (“*in dubio pro réu*”), no momento da denúncia, havendo dúvida sobre a existência do crime, deve o promotor solicitar o início da ação penal com vistas a proteger o interesse coletivo.

Em virtude dessa situação, diversos são os casos de policiais militares denunciados por crimes praticados em serviço, na execução do policiamento ostensivo preventivo, em defesa da sociedade que, independente de más intenções ou propósitos escusos, simplesmente em virtude da já destacada dificuldade do serviço de policiamento, no cumprimento de seu dever, vêem-se denunciados criminalmente pelos resultados advindos das ocorrências policiais atendidas.

Ressalte-se que, por mais que em diversos casos a componente “culpa” possa estar presente, em várias ocasiões o resultado tido como criminoso decorre tão somente das circunstâncias do fato: resistência do marginal, necessidade do uso da força em defesa própria ou de terceiros, ou ainda para cumprir os mandamentos

legais. Como a caracterização jurídica de tais circunstâncias discriminantes da ação policial depende de uma análise subjetiva preliminar, nem sempre o entendimento no representante do Ministério Público será pela inexistência do delito, levando a denunciar criminalmente o policial.

Caso a denúncia seja aceita pelo juiz e iniciada a ação penal, o policial precisará contar com um advogado para patrocinar sua defesa em juízo, objetivando provar sua inocência, pois apesar de vigir no processo o princípio de que o ônus de provar o fato é do acusador, é a liberdade ou o futuro profissional do policial que estará em jogo.

3.4 CONCEITO DE “ATO PRATICADO EM SERVIÇO”

Analisando a legislação estadual, verifica-se que até recentemente não existia nenhuma norma que especificasse diretamente o conceito de “ato em serviço”. Para tanto se utilizava a Portaria nº 298, de 31 de janeiro de 1962 do Estado Maior do Exército Brasileiro, que foi adotada “para fins de padronização de conduta na PMPR” através da decisão do Comando Geral publicada no Aditamento ao Boletim Geral nº 241, de 17 de dezembro de 1985.

Entretanto, no ano de 2005, para regulamentar os casos que caracterizam “acidente em serviço”, o Decreto Estadual nº 5.869 de 13 Dez 2005, reproduzindo a redação das normas federais, definiu de maneira clara e definitiva as situações que se caracterizam como “ato em serviço”.

Art. 1º. Considera-se acidente em serviço, para os efeitos previstos na legislação em vigor relativa à Polícia Militar do Paraná, aquele que ocorra com Militar Estadual da ativa, quando:

- a) no exercício de dever preconizado no art. 102 da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954;
- b) no desempenho de atribuição funcional durante o expediente regular, ou, quando determinado por autoridade competente, em sua prorrogação ou antecipação;
- c) no cumprimento de ordem emanada de autoridade competente;
- d) no decurso de viagem, em objeto de serviço, prevista em regulamento ou autorizada por autoridade competente;
- e) no decorrer de viagem imposta por motivo de movimentação efetuada no interesse do serviço ou a pedido;
- f) na extensão de exercício de adestramento, de instrução ou de manobra, regulado em nota, plano, ou ordem;
- g) no deslocamento entre a residência e a Unidade em que serve ou local de trabalho ou entre a residência e o local onde a missão deva ter início ou prosseguimento, e vice-versa;
- h) no atendimento à solicitação de qualquer pessoa, embora estando em horário de folga ou para tal não haja sido escalado, ao desenvolver ação de

polícia ostensiva, de preservação da ordem pública, de prevenção e combate a incêndios, de busca, de salvamento ou de defesa civil.

§ 1º. Aplica-se o disposto neste artigo aos Militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo.

§ 2º. Não se aplica o disposto neste artigo quando o acidente decorrer de crime ou transgressão disciplinar perpetrados pelo Militar acidentado ou por subordinado dele, com sua aquiescência.

§ 3º. Os casos previstos no parágrafo anterior serão comprovados mediante inquérito policial-militar ou sindicância.

Assim, pacificaram-se as dúvidas quanto a situações que anteriormente tiveram interpretações conflitantes, em especial os fatos ocorridos quando do deslocamento do policial entre sua residência e o local de trabalho e as situações em que o policial, mesmo estando de folga, por solicitação da população ou por iniciativa própria, atua na defesa da sociedade quando se depara com uma situação de perturbação da ordem pública.

3.5 GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA

A palavra defesa exprime o direito de opor-se a uma pretensão a fim de garantir um direito ou interesse pessoal. No plano processual a defesa é a resistência transformada em contrariedade à pretensão deduzida em juízo pelo autor.

O direito de defesa deve ser visto em um duplo aspecto: o subjetivo, consistente na faculdade de, em abstrato, infirmar a imputação deduzida pelo autor; e o objetivo, que conduz à defesa concretamente exercida, consubstanciada na autodefesa (por meio do interrogatório, participação nas audiências, dentre outras); na defesa técnica (direito de ser defendido por profissional habilitado); e no direito de produzir provas lícitas e, em suma, em influir na decisão do julgador.

Em virtude da importância do direito de defesa, o acesso à justiça passou a constituir-se em importante preceito constitucional. A concepção de uma igualdade perante a lei, traduziu-se como uma igualdade perante a justiça. O direito de ação, como simples direito de ingresso em juízo, transforma-se em uma faculdade com conteúdo material, que permite o seu exercício eficaz. A elevação de alguns princípios processuais à categoria de normas constitucionais vinculou, não apenas as atividades jurisdicionais, como as administrativas e legislativas.

Em consequência disso o acesso à Justiça recebeu dos constituintes modernos um tratamento assemelhado ao direito à vida, à liberdade, à honra e a

tantos outros, erigindo-o à categoria de garantia e princípio constitucional, juntamente com os instrumentos próprios para a sua concretização.

A Constituição Federal de 1988 foi além da outorga de garantias à realização dos direitos, através da jurisdição. O constituinte não se conteve em conceder a faculdade ao acesso aos tribunais. A elevação de inúmeros princípios processuais e a inscrição de diversos instrumentos na ordem constitucional, constitui manifestação inequívoca, no sentido de uma opção política pela realização de uma atividade jurisdicional justa.

Assim, destacam-se os princípios do devido processo legal (Art. 5º, inciso LIV); do contraditório e da ampla defesa (Art. 5º, inciso LV); *da assistência jurídica integral e gratuita aos que necessitarem da tutela jurisdicional* (Art. 5º, inciso LXXIV), dentre tantos outros.

O Art. 133 da Constituição Federal versa que o advogado é indispensável à administração da justiça, bem como a regra do Art. 4º do novo Estatuto da OAB (Lei Federal n º 8.906, de 4 de julho de 1994), dispõe serem nulos os atos privativos de advogado, praticados por pessoa não inscrita regularmente na OAB.

Um dos mais importantes pressupostos da ampla defesa é a defesa técnica realizada por advogado, como forma de equilíbrio entre as partes e a plenitude do contraditório, evitando que o sujeito se deixe levar pelas emoções do momento; com seus conhecimentos, contribui para uma decisão mais justa e pautada na legalidade.

No processo penal, o réu necessariamente tem que ser defendido, sob pena de nulidade processual, conforme prevê o Código de Processo Penal: “Art. 263 – Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação”.

Portanto, nenhum ato processual deve ser praticado sem a presença do defensor, devendo o Estado oferecer advogado gratuito a quem não dispuser de recursos para contratá-lo; a ausência do defensor seguramente acarretará a nulidade do ato.

3.5.1 Assistência jurídica e assistência judiciária

Antes de explicitar o que seja a defesa jurídica gratuita, é importante estabelecer a diferença entre os termos assistência jurídica e assistência judiciária,

pois freqüentemente ambos os termos aparecem para definir a assistência de advogado durante um processo judicial para garantia do direito de defesa do cidadão.

Como já foi visto antes, é extremamente necessária a observância do princípio constitucional do devido processo legal para que as demandas jurídicas sejam julgadas com rigorosa observância, princípio este no qual estão inseridos os preceitos do contraditório e da ampla defesa, indispensáveis para que as partes sejam assistidas por profissionais adequadamente preparados para a lide.

O litigante desfavorecido financeiramente, impossibilitado de arcar com as despesas decorrentes de custas processuais e honorários advocatícios, muito dificilmente conseguiria exercer suas garantias constitucionais.

Assim, manifestou-se Bastos (1989, p. 373):

A necessidade de prestar-se um auxílio aos necessitados, para que esses possam ter uma atuação em juízo assemelhada à parte contrária, foi já reconhecida pelos povos mais antigos. Percebeu-se que sem se propiciar aos desafortunados, condições mínimas para que pudessem atuar em juízo, a justiça restaria letra morta. Os pobres nunca poderiam fazer valer seus direitos, por falta de meios.

Dessa forma, foi criada a Assistência Judiciária, que é o socorro do Poder Público aos economicamente necessitados, desobrigando-os de pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

A gratuidade corresponde a uma concessão do Estado para aqueles que não possuem recursos suficientes para fazer frente ao processo em isonomia de condições entre as partes, e possui como característica essencial ser um serviço público a disposição de pessoas indeterminadas.

É importante destacar que os benefícios da Assistência Judiciária não se restringem àqueles considerados miseráveis, mas atingem todos os que não possuam recursos financeiros suficientes para fazer frente às despesas da demanda jurídica, sem comprometer o sustento próprio ou da família.

A Assistência Judiciária abrange o exercício gratuito da defesa em juízo do assistido, através de profissional habilitado, e embora deva ser oferecida pelo Estado, a este não se restringe, visto que pode ser exercida tanto pelas Defensorias Públicas ou Procuradorias de Assistência Judiciária, como por escritórios de advocacia ou até mesmo por advogados isolados, desde que conveniados ou que por determinação judicial executem com freqüência a defesa em juízo.

A Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que disciplina os critérios e formas de concessão da Assistência Judiciária, permanece em vigor, pois nenhuma incompatibilidade apresenta com o texto constitucional do Art. 5º Inciso LXXIV. Nela aparece o termo “Assistência Judiciária”, que normalmente foi utilizado para caracterizar a defesa por advogado nos processos ali previstos.

No que se refere à assistência jurídica, o conceito reveste-se de uma amplitude bem maior, pois a assistência jurídica engloba a assistência judiciária, sendo ainda mais ampla do que esta, por envolver também serviços jurídicos não relacionados ao processo..

Neste trabalho, optou-se pelo desenvolvimento do tema Assistência Jurídica, que por sua maior abrangência atende de forma bem mais adequada às necessidades dos policiais militares. Aliás, doutrinadores existem que não mais acham cabível a utilização do termo Assistência Judiciária nos órgãos públicos, em face da maior amplitude dada ao assunto pelo texto da Constituição Federal, conforme se verifica: “Art. 5º [...] LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (BRASIL, 2002, p. 12).

3.5.2 Assistência jurídica gratuita

O instituto da defesa jurídica gratuita previsto na norma constitucional objetiva garantir a igualdade real entre os litigantes, uma vez que a desigualdade social traz conseqüências também no desenvolvimento do processo. As partes com maiores recursos sempre serão beneficiadas, pois terão melhores condições de busca de provas e contratam advogados mais experientes. Ainda, o alto custo dos serviços judiciários desestimula o acesso à justiça ou mesmo impede tal direito.

É Silva (2001, p. 591) quem afirma:

Os poderes públicos não tinham conseguido até agora estruturar um serviço de *assistência judiciária aos necessitados* que cumprisse efetivamente esse direito prometido entre os direitos individuais. Aí é que se tem manifestado a dramática questão da desigualdade de condições materiais entre litigantes, que causa profunda injustiça àqueles que, defrontando-se com litigantes afortunados e poderosos, ficam na impossibilidade de exercer seu direito de ação e de defesa assegurado na Constituição.

Para atenuar tal problema, buscando a igualdade real entre as partes a legislação pátria prevê a assistência jurídica gratuita. Esse direito compreende a isenção da taxa judiciária, das despesas processuais em geral, dos honorários dos peritos e dos próprios advogados. Para que a parte obtenha o benefício da assistência jurídica gratuita, basta a simples afirmação de pobreza.

Para operacionalizar a defesa gratuita o Art. 134 do atual texto constitucional ordena aos Estados membros da Federação que sejam criadas Defensorias Públicas. Os Estados que não disponham de tal setor devem custear os honorários de advogados para a defesa de réus pobres.

Detalhando o preceito constitucional, o Art. 1º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, prevê: “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita aos necessitados, assim considerados na forma da lei.”

Destacando a previsão legislativa, Moraes (1995, p. 17) afirma que a importância da Defensoria Pública ultrapassa os limites previstos no Art. 134 da Constituição Federal, alcançando a garantia da efetividade do Estado Democrático de Direito.

Assim, a assistência jurídica pública, integral e gratuita assenta-se em dois princípios fundamentais: princípio da igualdade ou isonomia e princípio da justiça gratuita.

A assistência jurídica é um benefício estatal que consiste na defesa técnica gratuita dos interesses da pessoa assistida perante o Poder Judiciário. Apesar de oferecido pelo Estado, na falta de estrutura suficiente da Defensoria Pública, tal serviço pode ser exercido por particulares, desde que em convênio com o Poder Público ou por determinação judicial.

A Defensoria Pública, ao lado do Ministério Público e da Advocacia Geral da União está prevista no Capítulo IV da Constituição Federal que abrange as denominadas “funções essenciais à justiça” que defendem interesses publicamente relevantes, quais sejam: os da sociedade como um todo (Ministério Público); os do Estado (Advocacia Geral da União e Procuradorias Estaduais) e os das pessoas economicamente carentes (Defensoria Pública).

No Paraná, a Defensoria Pública é órgão do Poder Executivo vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, instituída pela Lei complementar nº

55, de 4 de fevereiro de 1991. Entretanto, com a Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional nº 45), as Defensorias Públicas conseguiram a autonomia administrativa, aos moldes do Ministério Público, objetivando evitar ingerências externas, mas a efetivação dessa autonomia depende de regulamentação em cada ente da federação e, aqui no Paraná, ainda não foi instituída por competente decreto estadual, descumprindo-se, desta forma, o mandamento constitucional.

Atualmente, esse importante órgão estadual conta com 48 defensores públicos e 6 advogados voluntários lotados em Curitiba, Londrina, Quatro Barras, Dois Vizinhos e Carambei. Se comparado com o número de comarcas do Estado (155 - cento e cinquenta e cinco) percebe-se a precariedade de sua estrutura. Nas comarcas do interior o que se vê é o voluntarismo de advogados que atendem de graça, suprimindo uma deficiência do Estado.

Mesmo operando somente em poucas cidades, o órgão atua hoje em aproximadamente quinze mil processos judiciais, além de participar de diversos projetos: *Projeto Justiça nos Bairros*, *Projeto Ação Cooperar*, *Projeto Paraná em Ação*, dentre outros. Para atingir seus objetivos conta ainda com a participação de estagiários, advogados voluntários, além de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos.

Uma análise da sua prestação assistencial revela que o número de necessitados é imenso e aumenta a cada ano; o número de advogados efetivos e colaboradores é absolutamente insuficiente para atender a demanda, principalmente por não estar presente em todas as comarcas do Estado; a falta de regulamentação do órgão é um grande problema que precisa ser resolvido.

3.6 MOTIVAÇÃO E CLIMA ORGANIZACIONAL

Quando se observa uma situação de extrema injustiça institucional em que o policial, no cumprimento de sua árdua missão institucional, em defesa da sociedade, muitas vezes executa ações que, em tese, caracterizam-se em atos tipificados como crime e, por diversos fatores, acaba sendo denunciado e vê-se “sub judice”, cerceado de diversos direitos e, de maneira inacreditável, abandonado por sua Corporação, surge a necessidade de avaliarem-se os conceitos de motivação e clima organizacional que, invariavelmente, são influenciados negativamente por essa situação.

A palavra motivação deriva do latim “movere”, que significa deslocar-se, mover-se. Motivação é a força, o impulso que move e direciona o comportamento à satisfação de uma determinada necessidade.

A motivação depende do sujeito, ou seja, cada pessoa responde de maneira diferente a um mesmo estímulo motivacional, pois as necessidades, os valores e as capacidades individuais variam de pessoa para pessoa e, num mesmo indivíduo, alteram-se de acordo com tempo.

Várias teorias existem para buscar explicações para a motivação individual dos empregados, entretanto, a que melhor ajusta-se aos objetivos deste trabalho, em que são consideradas as condições de trabalho do indivíduo, é a teoria de Frederick Herzberg (psicólogo e consultor americano, professor de Administração da Universidade da Utah): *a teoria dos dois fatores*. Para ele existem dois grupos de fatores denominados fatores higiênicos e fatores motivadores, concluindo que quando as pessoas se sentem insatisfeitas com seus trabalhos, estão preocupadas com o ambiente em que trabalhavam. Todavia, quando se sentem bem, trata-se do trabalho em si.

A Teoria de Herzberg faz, portanto, uma distinção entre satisfação no trabalho e motivação no trabalho.

O primeiro grupo é composto pelos fatores de higiene ou de manutenção, que precisam ser mantidos continuamente, já que descrevem uma perspectiva ambiental das pessoas, prevenindo a insatisfação no trabalho. Referem-se àquelas condições que cercam os indivíduos enquanto trabalham, englobando as *condições físicas e ambientais*, o salário, as políticas da empresa, os benefícios sociais, o clima de relacionamento entre os empregados e a chefia, status, *segurança*, as normas e oportunidades e o tipo de supervisão exercida, que portanto, estão fora dos controle deles.

Quando estes fatores mostram-se adequados, as pessoas não se mostram insatisfeitas, embora, da mesma forma, também não se mostrem satisfeitas. Assim as pesquisas de Herzberg revelam que quando os fatores higiênicos são ótimos eles apenas *evitam a insatisfação* dos empregados e se elevam a satisfação, não conseguem sustenta-la por muito tempo. Portanto, o escopo destes fatores seria o de minimizar o descontentamento. Corroborando esta afirmação, Bergamini (1998, p.13), destaca que “existem objetivos motivacionais cujo papel é simplesmente o de manter a insatisfação das pessoas no nível mais baixo possível.”

Dentre os principais fatores de higiene, termo relacionado ao sentido médico, preventivo e ambiental, segundo o referido autor, podem ser citados a organização da instituição, aspectos físicos do ambiente de trabalho, relações entre superiores, pares e subordinados e questões afetas à segurança do desenvolvimento da atividade profissional.

Os fatores de higiene acima descritos, não garantem nem motivação e nem crescimento da capacidade de produção. Todavia, quando encontrados em patamares abaixo dos níveis aceitáveis, provocam sim a insatisfação que conduz a atitudes negativas no trabalho.

Investindo-se nos fatores higiênicos pode-se possibilitar melhores condições de trabalho, assim como aumentar a satisfação dos indivíduos para com a organização, diminuindo a rotatividade e colaborando para a manutenção da estabilidade de um padrão de produtividade. Neste diapasão, Aguiar (1992, p. 264) esclarece que “os incentivos organizacionais baseados nos fatores de higiene não resultarão automaticamente em aumento da motivação e, portanto, da produtividade dos membros da organização, mas criam condições necessárias para que as pessoas venham a ser motivadas.”

Concluindo, priorizar os fatores higiênicos até a eliminação da insatisfação, absolutamente não conduzirá à satisfação ou à motivação. Para alcançá-las, faz-se necessário enfatizar os fatores que promovem a satisfação, traduzidos como fatores motivadores, e operar sobre o trabalho do indivíduo partindo de um ponto neutro.

A segunda categoria, denominada fatores motivadores, relaciona aqueles que de fato envolvem sentimentos de realização, estímulos, reconhecimento, responsabilidade e crescimento profissional, produzindo um efeito perene de satisfação e contribuindo com o aumento da produtividade. São atrelados ao conteúdo do cargo e à natureza das tarefas que a pessoa executa. Estão sob o controle do indivíduo, pois que relacionados com aquilo que ele faz e desempenha. Têm efeito positivo na satisfação do serviço, o que freqüentemente resulta em aumento da capacidade total de produção de uma pessoa.

Os fatores motivadores vinculam os fatores do trabalho com as necessidades de desenvolvimento do potencial humano e com a realização de aspirações individuais, motivando as pessoas para um desempenho superior.

Segundo Herzberg, por sua própria natureza, o efeito dos fatores motivacionais sobre o comportamento das pessoas é muito mais profundo e estável.

Quando os fatores motivacionais são ótimos, eles provocam a satisfação nas pessoas. Porém, quando são precários, eles evitam a satisfação.

Assim, quando se percebe na Corporação que a tropa encontra-se insatisfeita, nada adianta melhorar os fatores de motivação sem atacar os chamados “fatores higiênicos”, ou seja, resolver os problemas da estrutura da Corporação, resolvendo questões de segurança do exercício profissional. Portanto é fundamental a preocupação em resolver a falta de apoio ao policial autor de crime em serviço, objetivando diminuir a insatisfação do policial em relação à Corporação.

Enquanto o conceito de motivação refere-se ao plano individual, o conceito de clima organizacional refere-se ao plano coletivo, da organização como um todo, no relacionamento entre as pessoas e destas com a organização.

O clima organizacional está intimamente ligado à motivação dos integrantes dessa organização. Assim, ele tende a ser elevado, na exata proporção da motivação de seus integrantes. Chiavenato (2000, p. 123) destaca categoricamente, “o clima organizacional influencia o estado motivacional das pessoas e é por ele influenciado: é como se houvesse uma retroação recíproca entre o estado motivacional das pessoas e o clima organizacional.”

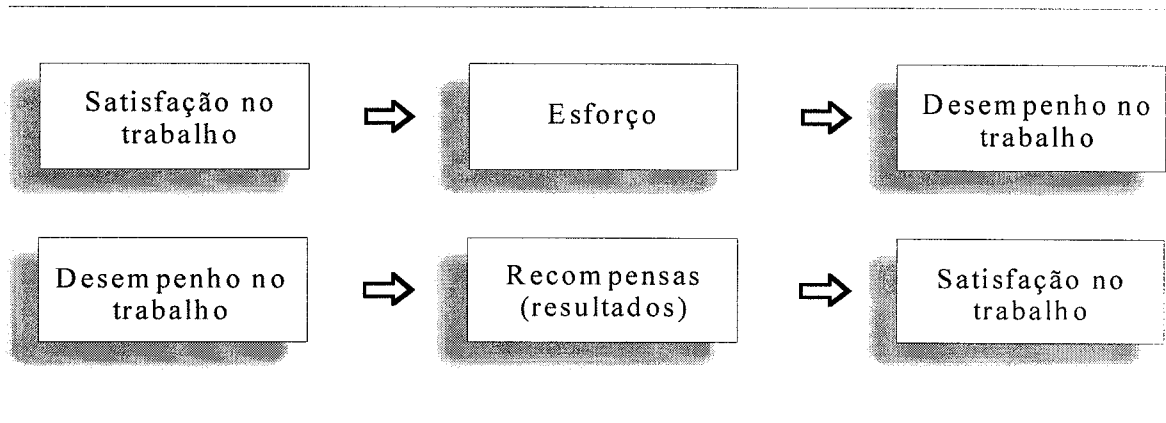
Portanto o conceito de clima organizacional envolve um quadro mais amplo e flexível da influência ambiental sobre a motivação. O clima organizacional é a qualidade ou propriedade do ambiente organizacional, que é percebida ou experimentada pelos membros da organização e influencia o seu comportamento.

Uma organização que possua um clima organizacional elevado certamente atingirá a “satisfação no trabalho”. Este tema tem sido objeto de importantes estudos na área da psicologia do trabalho, pois envolve não somente questões como saúde e bem-estar, rotatividade, ausência, mas principalmente refere-se ao desempenho no trabalho. Assim Spector (2004, p. 241) afirma que:

Apesar de estar claro que o desempenho e a satisfação estão relacionados, existem duas explicações opostas. A primeira é que a satisfação deve resultar em desempenho, ou seja, as pessoas que gostam de seu trabalho se empenharão mais e, conseqüentemente, terão um desempenho melhor. A segunda é que o desempenho deve resultar em satisfação, isto é, pessoas com bom desempenho tendem a se beneficiar, e os benefícios podem aumentar a satisfação.

Tal relação é claramente observada no quadro abaixo:

QUADRO 1. RELAÇÃO ENTRE SATISFAÇÃO E DESEMPENHO NO TRABALHO



FONTE: Spector (2000, p. 241).

Dessa forma, compreendendo a amplitude do serviço policial-militar, reconhecendo a ausência de um setor que acompanhe e forneça assistência jurídica quando seu integrante for denunciado por crime praticado no desempenho de sua missão institucional e avaliando a importância de um clima organizacional elevado, através de policiais motivados, pode-se facilmente concluir que é absolutamente prioritária uma mudança organizacional, objetivando melhorar as condições de segurança institucional para o desempenho da profissão, pois, conforme Lima (2002, p. 34) afirma:

Em uma rápida avaliação, podemos enumerar os principais estressores policiais que são:

- Matar durante ocorrência;
- Morte de policial em ocorrência ou em decorrência do serviço;
- **Falta de apoio institucional ou de seus chefes ou comandantes;**
- Corrupção;
- Rompimento dos laços e rituais familiares
- Relacionamento e aceitação pública. [sem grifo no original]

Nessa mesma ótica, Glasser (1994, p. 15) afirma que o fracasso das empresas atualmente está acontecendo devido a maneira como os empregados são tratados pelas direções das empresas.

Assim, a falta de apoio da instituição e/ou de seus comandantes, é referenciada dentre os principais aspectos que levam ao estresse policial e, portanto, é fator que prejudica o ambiente de trabalho e, de acordo com a teoria

motivacional de Frederick Herzberg, causa insatisfação e desestímulo ao desempenho da missão policial.

Portanto, quando se percebe na Corporação que a tropa encontra-se insatisfeita, nada adianta melhorar os fatores de motivação sem atacar os chamados “fatores higiênicos”, ou seja, resolver os problemas estruturais, melhorando as questões do ambiente de trabalho e da segurança do exercício profissional. Portanto é fundamental a preocupação em resolver a falta de apoio ao policial autor de crime em serviço, objetivando diminuir a insatisfação do policial em relação à Corporação.

4 PESQUISA DE CAMPO

Objetivando colher o máximo de subsídios para formulação da proposta de melhor solução para o problema apresentado, além do estudo do referencial teórico relativo ao tema, foi realizada uma pesquisa empírica em várias frentes, através da avaliação da estrutura de outras instituições, aplicação de questionários, realização de entrevistas, pesquisas documentais e levantamento de informações em órgãos internos e externos. Segue abaixo o resultado da recolha de dados e as conclusões advindas da análise das informações decorrentes.

4.1 ESTRUTURA EXISTENTE EM OUTRAS CORPORAÇÕES

Para verificar a estrutura existente em outras corporações, entre elas, Polícias Militares de outros Estados e instituições congêneres, foram enviadas solicitações por e-mail e por telefone, obtendo-se os resultados que a seguir são apresentados:

4.1.1 Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS)

Através de contatos telefônicos com a Assessoria Jurídica da BMRS, verificou-se que essa Corporação, aos moldes da grande maioria das Polícias Militares do Brasil, não dispõe do serviço de assistência jurídica aos policiais autores de crimes em serviço. Tal apoio é prestado tão somente por entidades representativas de classe.

Entretanto, existe em andamento um projeto de reestruturação da Assessoria Jurídica, com ampliação do espaço físico e, neste projeto está inserida a criação de um setor para prestar esse serviço. Optou aquela corporação por realizar convênio com uma universidade local, objetivando que o acompanhamento processual seja realizado pelo serviço de assistência judiciária da universidade, com acadêmicos supervisionados pelos professores prestando a assistência gratuita.

Tal intenção é expressa no Ofício nº 0749 daquela assessoria jurídica, onde se verifica:

Como força motriz deste projeto de ampliação teremos um espaço físico destinado a implementar o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA aos Brigadianos e familiares que necessitem de orientações ou medidas judiciais contra terceiros (não Contra o Estado). Tal projeto nascerá por meio de convênio com Universidade em que o graduando de

Direito prestará tal serviço atendendo o currículo da graduação. Frise-se que tal SERVIÇO possibilitará o conhecimento da rotina do serviço dos integrantes da Brigada Militar por parte dos Universitários (futuros Advogados, Membros do Ministério Público, Magistrados, Brigadianos, etc) que poderão orientar e defender nossos servidores militares em diversas situações, como, por exemplo, em uma Ação de Dano Moral Contra Cidadão que lhe ofendeu durante o exercício de sua atribuição legal aliado ao fato da inexistência de tal apoio aos nossos profissionais nesse campo.

4.1.2 Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC)

A PMSC, de forma semelhante, não dispõe de nenhum setor para prestação desse serviço, existindo apenas junto à Auditoria Militar Estadual a figura do Advogado da Justiça Militar Estadual.

Conforme pode ser verificado na legislação estadual específica, Lei Complementar Nº 339, de 08 de março de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, este advogado patrocina a defesa dos *praças* da PMSC nos processos de competência da Auditoria da Justiça Militar, obviamente nos casos relativos a processos criminais. Portanto, mesmo com a ampliação da competência da Justiça Militar estadual, a atuação é restrita à área penal e, por uma presunção de hipossuficiência de recursos, somente é facultada aos praças.

4.1.3 Polícia Militar de São Paulo (PMESP)

Na PMESP, por mais que não exista um setor específico na estrutura orgânica da Corporação, tal serviço é executado pela Caixa Beneficente (CBPM), entidade de natureza autárquica, criada pela Lei nº 452 de 02/10/1974 com a fusão da CBFP (Caixa Beneficente da Força Pública) e CBGC (Caixa Beneficente da Guarda Civil). Atualmente a entidade engloba-se na Administração Indireta, subordinando-se diretamente à Secretaria dos Negócios de Segurança Pública do Estado.

A assistência jurídica é prevista no Art. 35 da lei n.º 452/74 é prestada de forma gratuita e até final julgamento aos policiais militares que, em razão do serviço (exercício de suas funções) forem indiciados como autores ou co-autores de crime contra pessoa.

São condições para que a CBPM possa proporcionar a assistência jurídica: ser crime contra a pessoa: capitulado no Título I, Parte Especial do Código Penal Brasileiro (CPM - Arts 121 a 154); e no Título IV, do Livro I, da Parte Especial do Código Penal Militar (CPM - Arts 205 a 239) ou seja: homicídio, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, infanticídio, aborto, lesões corporais, crimes contra a periclitação da vida e da saúde, rixa, calúnia, difamação injúria, crimes contra a liberdade individual, contra a inviolabilidade de domicílio, da correspondência e dos segredos.

4.1.4 Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG)

Através de ofício encaminhado ao Comando Geral da PMMG, o Sr. Tenente Coronel PM Juarez Nazareth, Chefe da Primeira Seção do Estado Maior, respondeu informando que na PMMG a defesa de policiais militares é prestada pela Assessoria Jurídica que subordina-se, tecnicamente, à advocacia geral do Estado. O assessor jurídico subordina-se, administrativamente, ao Comandante, Diretor ou Chefe da Unidade em que estiver servindo.

Segundo previsão da Resolução nº 3.801, de 15 de fevereiro de 2005, que foi enviada a este autor, a Assessoria Jurídica não poderá atuar nos seguintes casos:

Art. 6º Ao Assessor Jurídico da Polícia Militar é defeso exercer suas funções:

- I – em causas contra entes públicos estaduais;
- II – em feitos judiciais e extrajudiciais em que seja parte, terceiro ou que tenha interesses particulares conflitantes com os do Estado;
- III – nas ações que atentem contra os costumes, a moral e a ética policial-militar;
- IV- em representação judicial ou extrajudicial do Estado.

Define ainda que a atividade de assistência judiciária, além da defesa do policial por delitos praticados em serviço, tem uma abrangência maior, conforme segue:

Art. 13 – A atividade de Assistência Judiciária compreende:

- I – assegurar ao militar processado no foro criminal (comum ou militar), por delito praticado em serviço ou decorrente deste, a Assistência Judiciária integral e gratuita, além do acompanhamento permanente do processo, respeitados os princípios da ética policial-militar, dos costumes e da moral;
- II – assegurar ao militar Assistência Judiciária no foro cível para postular a reparação do ato lesivo causado pelos respectivos autores contra militares, decorrente da atividade policial;

III – promover a responsabilidade penal dos autores de denúncias improcedentes contra integrantes da Polícia Militar, mediante ação penal própria, em assuntos decorrentes da atividade policial;

IV – prestar Assistência Judiciária ao militar denunciado à lide em ações contra o Estado, desde que não esteja em desacordo com os interesses deste;

V – prestar Assistência Judiciária ao militar em ações cíveis, cujo objeto seja relacionado ao exercício da função policial-militar, desde que não esteja em desacordo com os interesses do Estado, comunicando-se em qualquer caso, de imediato, à DRH.

Portanto a PMMG, demonstrando preocupação com o seu efetivo, fornece a defesa jurídica, através de um advogado subordinado administrativamente ao Comandante de Unidade Operacional e ligado tecnicamente à Advocacia-Geral do Estado.

4.1.5 Outras Polícias Militares

Na análise da estrutura das Polícias Militares do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Bahia, Amazonas e Mato Grosso do Sul, consolidou-se a constatação de uma tendência nacional de não existir assistência institucional ou estatal aos policiais militares autores de crimes em serviço, restando apenas o auxílio prestado por associações classistas.

4.1.6 Polícia Civil do Paraná

Através de contato telefônico com a Corregedoria da Polícia Civil do Paraná, a chefe do setor, Delegada Charis Negrão, informou que, aos moldes da maioria das Polícias Militares do Brasil, a Polícia Civil do Paraná também não dispõe de nenhum setor que preste assistência jurídica aos seus policiais, restando às associações de classe a prestação da defesa processual.

4.1.7 Polícia Federal

Através de ofício encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná identificou-se que, seguindo tendência dos órgãos responsáveis pela segurança pública, a Polícia Federal não tem em sua estrutura nenhum serviço de defesa jurídica aos seus policiais.

4.1.8 Exército Brasileiro

Segundo a 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, verifica-se que em casos de crimes propriamente militares, que são aqueles crimes previstos exclusivamente no Código Penal Militar, a Defensoria Pública da União realiza a defesa do militar junto à Auditoria Militar. Entretanto, em virtude do aumento da frequência em que o Exército tem atuado em operações de apoio à segurança pública (Operações de Garantia da Lei e da Ordem – GLO) e, conseqüentemente com o aumento de crimes de militares decorrentes destas operações, através da Lei 9.028/95, combinado com o Art. 7º, § 3º do Decreto 3.897, que fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências, a Advocacia Geral da União passou a ser competente para a defesa jurídica dos militares autores de crimes resultantes das Operações GLO.

LEI Nº 9.028, DE 12 DE ABRIL DE 1995.

Art. 22. Cabe à Advocacia-Geral da União, por seus órgãos, inclusive os a ela vinculados, nas suas respectivas áreas de atuação, a representação judicial dos titulares dos Poderes da República, de órgãos da Administração Pública Federal direta e de ocupantes de cargos e funções de direção em autarquias e fundações públicas federais, concernente a atos praticados no exercício de suas atribuições institucionais ou legais, competindo-lhes, inclusive, a impetração de mandado de segurança em nome desses titulares ou ocupantes para defesa de suas atribuições legais. (Redação dada pela Lei nº 9.649, de 1998) (Vide Medida Provisória nº 22.216-37, de 2001)

DECRETO Nº 3.897, DE 24 DE AGOSTO 2001.

Art. 7º Nas hipóteses de emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, constitui incumbência:

§ 3º O militar e o servidor civil, caso venham a responder a inquérito policial ou a processo judicial por sua atuação nas situações descritas no presente Decreto, serão assistidos ou representados judicialmente pela Advocacia-Geral da União, nos termos do Art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

4.2 PADRÃO DE VALORES GASTOS NOS PROCESSOS JUDICIAIS

Objetivando-se identificar um padrão de valores gastos nos processos judiciais, através de ofício encaminhado à OAB – Seção Paraná, obteve-se a informação de que, a título de referência, para cobrança dos honorários advocatícios existe a Resolução nº 01 de 2004- OAB que estabelece valores para os diversos serviços prestados pelos advogados em ações judiciais e extrajudiciais. Cabe destacar que tal tabela não vincula a cobrança por parte do advogado, variando de

acordo com a experiência e reputação do profissional, devendo existir um prévio acordo no momento da contratação do mesmo.

Art. 1º. É recomendável ao advogado, antes da aceitação do mandato, contratar honorários previamente, por escrito, observadas as prescrições contidas no Estatuto da Advocacia e no Código de Ética e Disciplina/OAB.

Art. 2º. A presente Tabela, foi formulada, tomando como percentuais médios e os **valores mínimos de honorários**, praticados pela classe, para efeito de aplicação do Art. 22, § 2º da Lei 8.906/94 e como fonte de referência, para que o advogado possa estimar o quantum a cobrar e a extensão de seus serviços profissionais"[sem grifo no original].

Verifica-se que o objetivo da presente normatização é estabelecer um padrão mínimo de remuneração objetivando-se a valorização da classe profissional:

Assim, de todos os honorários previstos, selecionando-se ações básicas de um advogado durante um processo criminal, ter-se-ia a seguinte situação:

QUADRO 2. RESUMO DA TABELA DE HONORÁRIOS OAB

RESUMO TABELA DE HONORÁRIOS OAB		
ATIVIDADE	AÇÕES	VALORES
CONSULTAS/PARECERES	No escritório	200,00
	Petição/requerimento	400,00
ADVOCACIA CRIMINAL	Acompanhamento de Inq. policial	600,00
	Defesa Processo de rito ordinário	600,00
ADVOCACIA PERANTE OS TRIBUNAIS	Apelação	2.000,00
	Recursos tribunais superiores	1.400,00
TOTAL		5.200,00

FONTE: RESOLUÇÃO Nº 01 DE 2004 - OAB

Importante observar que, segundo informação prestada pelo Cap QEOPM José Iredio Cussolin, escrivão da VAJME o valor usualmente arbitrado pelo juiz auditor para os casos de nomeação de advogado para réus que não constituíram advogado previamente, varia entre um e cinco salários mínimos e que, por sua experiência, nas ações daquela Vara Criminal, os honorários advocatícios, quando contratados particularmente, variam, em sua grande maioria, entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Assim, a contratação de um advogado para realizar a defesa jurídica de um policial, mesmo utilizando-se de critérios básicos (tabela da OAB ou experiência prática da VAJME), não sairá por menos de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Valor este que, caso o policial deseje contratar um advogado experiente e renomado, (aspiração mais do que legítima e normal para aquele que vê sua carreira e/ou liberdade colocados "sub judice") multiplicar-se-á várias vezes, inviabilizando a melhor defesa ou levando o policial a sérias dificuldades financeiras.

4.3 NÚMERO DE POLICIAIS DENUNCIADOS POR CRIME EM SERVIÇO

Para se conseguir ter uma idéia da real extensão do problema passou-se a buscar descobrir quantos policiais militares atualmente na Corporação encontram-se denunciados por crimes em serviço. Inicialmente, através de ofício encaminhado ao chefe do SJD/DP, foi solicitada tal informação.

Em síntese, o número de policiais denunciados criminalmente nas Unidades Policiais Militares (OPM), segundo o relatório do SJD/DP é o seguinte:

QUADRO 3. RELATÓRIO SJD/DP - Nº DE PM DENUNCIADOS POR OPM

OPM	PM Denunciados
1º BPM (Ponta Grossa)	2
2º BPM (Jacarezinho)	23
3º BPM (Pato Branco)	35
4º BPM (Maringá)	13
5º BPM (Londrina)	X
6º BPM (Cascavel)	9
7º BPM (Cruzeiro do Oeste)	5
8º BPM (Paranavaí)	25
9º BPM (Paranaguá)	13
10º BPM (Apucarana)	3
11º BPM (Campo Mourão)	8
12º BPM (Curitiba)	15
13º BPM (Curitiba)	X
14º BPM (Foz do Iguaçu)	11
15º BPM (Rolândia)	10
16º BPM (Guarapuava)	15
17º BPM (Região Metrop)	12
18º BPM (Cornélio Procópio)	7
19º BPM (Toledo)	5
20º BPM (Curitiba)	X
1ª CIPM (Lapa)	9
2ª CIPM (União da Vitória)	6
3ª CIPM (Telêmaco Borba)	X
4ª CIPM (Londrina)	X
CIA P CHOQ (todo Paraná)	4
BPGD (Curitiba)	14
BPRV (todo Paraná)	40
BPambFV (todo Paraná)	24
CIA P GDA IND (Curitiba)	5
RPMon (todo Paraná)	2
BPTRAN (Curitiba)	X
TOTAL	315

FONTE: SJD/DP (2007)

Deixaram de constar no presente estudo o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária e a Companhia Independente de Polícia Portuária, uma vez que no momento da coleta dos dados não tinham sido criados e em virtude de seus efetivos serem oriundos de transferências de OPM já consideradas, não alterando, portanto, o resultado final do estudo.

Em virtude do relatório não expressar exatamente a informação necessária, uma vez que, o relatório atual não diferencia atos praticados em serviço com atos praticados particularmente pelo policial denunciado e, para o presente estudo, interessam apenas os casos de denúncias por ações praticadas em serviço, foi realizado contato telefônico com todos os chefes das seções de pessoal das OPM (P/1), solicitando o refinamento da informação recebida, conforme segue:

QUADRO 4. INFORMAÇÃO DAS OPM DO Nº PM DENUNCIADOS POR CRIMES EM SERVIÇO

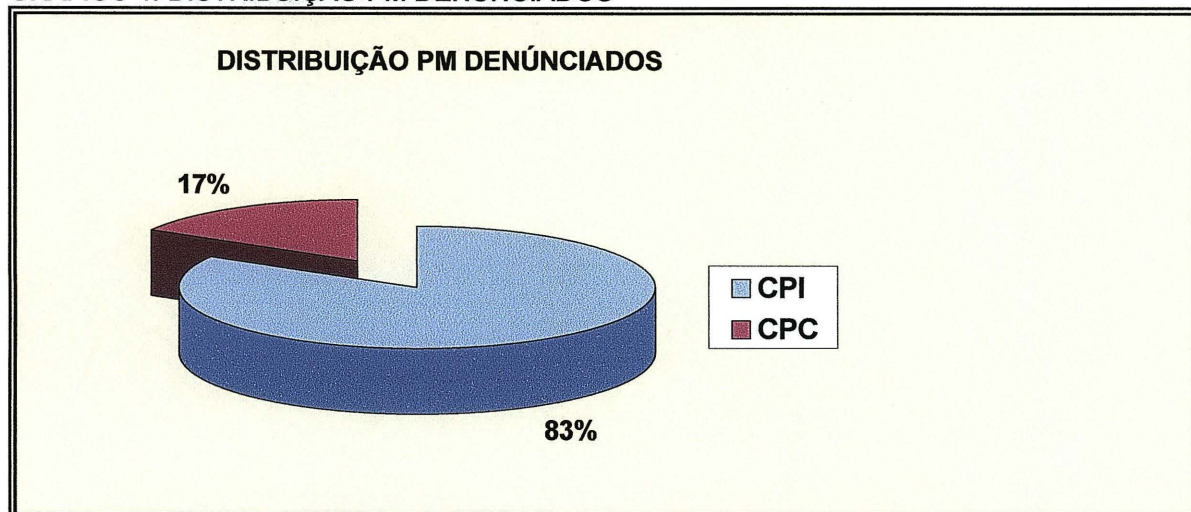
OPM	PM Denunciados
1º BPM (Ponta Grossa)	3
2º BPM (Jacarezinho)	32
3º BPM (Pato Branco)	39
4º BPM (Maringá)	14
5º BPM (Londrina)	40
6º BPM (Cascavel)	9
7º BPM (Cruzeiro do Oeste)	4
8º BPM (Paranavaí)	18
9º BPM (Paranaguá)	6
10º BPM (Apucarana)	6
11º BPM (Campo Mourão)	0
12º BPM (Curitiba)	15
13º BPM (Curitiba)	8
14º BPM (Foz do Iguaçu)	10
15º BPM (Rolândia)	1
16º BPM (Guarapuava)	8
17º BPM (Região Metrop)	15
18º BPM (Cornélio Procópio)	3
19º BPM (Toledo)	5
20º BPM (Curitiba)	0
1ª CIPM (Lapa)	7
2ª CIPM (União da Vitória)	6
3ª CIPM (Telêmaco Borba)	3
4ª CIPM (Londrina)	1
CIA P CHOQ (todo Paraná)	9
BPGD (Curitiba)	0
BPRV (todo Paraná)	46
BPambFV (todo Paraná)	0
CIA P GDA IND (Curitiba)	0
RPMon (todo Paraná)	1
BPTRAN (Curitiba)	4
TOTAL	313

FONTE: O autor (2007)

Analisando-se as informações coletadas é interessante destacar que, apesar do número total de policiais denunciados ser muito semelhante ao número de policiais denunciados apenas por crimes praticados em serviço, verifica-se que tal dado teve uma grande variação em algumas OPM. Ressalte-se que em algumas delas, inclusive o número de policiais denunciados apenas por crimes em serviço é maior que a informação inicial que incluía qualquer denúncia criminal, o que denota uma desatualização dos dados fornecidos pelo SJD/DP, uma vez que os dados do segundo quadro são atualizados e foram fornecidos diretamente pelas OPM.

Verifica-se uma distribuição de casos por todo o Estado com uma predominância maior no CPI, conforme quadro abaixo:

GRÁFICO 1. DISTRIBUIÇÃO PM DENUNCIADOS



FONTE: O autor (2007)

Considerando-se que foi pesquisado um maior número de OPM no CPI (22), do que no CPC (nove) e ainda, em virtude da grande importância da Capital e Região Metropolitana para o Estado, onde existe uma imensa cobrança por resultados, o que, aliado ao grande índice de criminalidade, coloca o policial operacional em constante pressão, optou-se por eleger duas unidades de cada Comando Intermediário, selecionando-se as duas OPM com maior número de policiais denunciados para aplicar-se um questionário com questões abertas e fechadas.

Essa amostra, portanto, foi constituída por 109 policiais pertencentes ao 5º BPM e 3º BPM (representando o CPI) e 12º BPM e 13º BPM (representando o CPC). O Batalhão de Polícia Rodoviária, (BPRv) foi excluído da presente amostra em

virtude da peculiaridade de sua atividade, que é a execução do policiamento rodoviário, que diferencia-se da execução do policiamento ostensivo normalmente presente nas cidades paranaenses.

4.4 QUESTIONÁRIOS

Tomando por referência a base teórica estudada, verificadas as peculiaridades do assunto, em especial as dificuldades do serviço policial-militar, passou-se a perguntar aos policiais denunciados por crimes em serviço sobre a sua experiência de vida, no que se refere ao apoio recebido por parte da Corporação, principais dificuldades encontradas e medidas que julgaria convenientes para solução do problema.

Assim, foram elaboradas questões abertas e fechadas, objetivando extrair o máximo de informações da amostra.

As questões fechadas tratam do levantamento de dados para caracterizar a participação da Corporação na sua defesa jurídica; o sentimento do policial com a postura institucional; a influência de tal circunstância na sua participação operacional; a forma pela qual contratou um advogado; os valores dispensados para custear sua defesa; a origem do recurso destinado para esse fim; e, a maneira de como a assistência jurídica seria prestada.

As questões abertas foram formuladas para que as informações fossem apresentadas partindo das práticas vivenciadas pelos policiais, bem como verificar as opiniões sobre que serviços deveriam ser oferecidos pelo setor de assistência jurídica; quais as principais conseqüências para a Corporação pela falta dessa atividade; quais os maiores fatores de desestímulo para os policiais denunciados; e, ainda, para verificar possíveis problemas emocionais, de relacionamento familiar ou doenças surgidas após a denúncia.

O modelo do questionário enviado aos policiais militares encontra-se nos Anexos.

Foram enviados 109 questionários para as OPM selecionadas, sendo que, 74 policiais responderam, obtendo-se, portanto, 67,89% de retorno do material enviado.

Analisando-se as respostas obtidas, pode-se concluir:

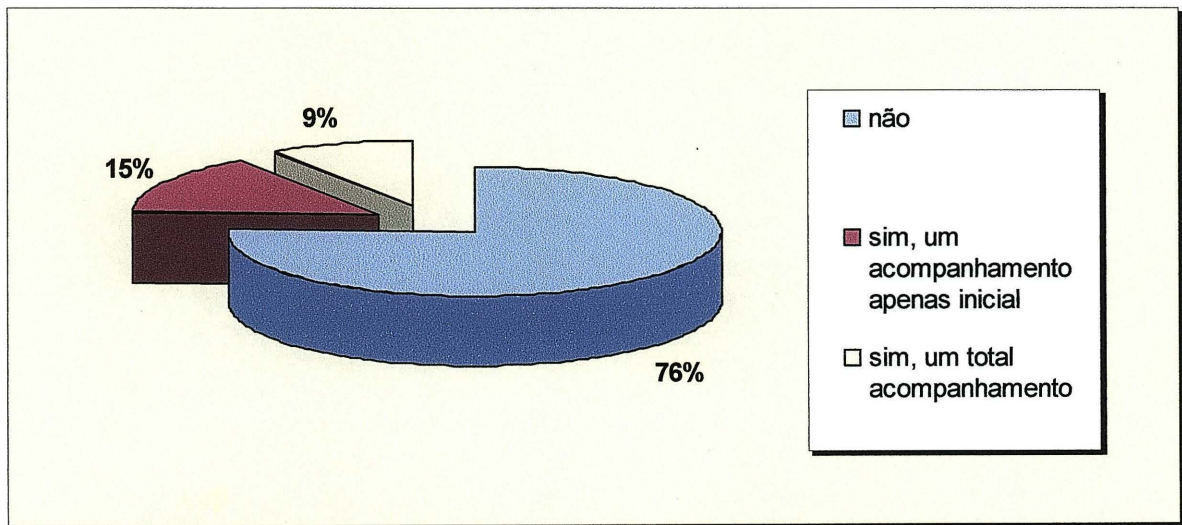
Questão 1. Acompanhamento processual pela Corporação

QUADRO 5. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL PELA CORPORAÇÃO

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Não	56	76
Sim, um acompanhamento apenas inicial	11	15
Sim, um total acompanhamento	7	9

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 2. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL PELA CORPORAÇÃO



FONTE: O autor (2008)

Através dessa questão ficou evidenciado que o acompanhamento da Corporação ao policial denunciado por crime em serviço não existe na maioria dos casos relatados (76%) e, quando acontece, normalmente é somente numa fase inicial. Apenas 9% dos entrevistados relatou que teve um acompanhamento total, cabendo destacar que, nestes casos, as respostas desses policiais para as outras questões do questionário, evidenciam uma efetiva melhora de sua confiança na Corporação.

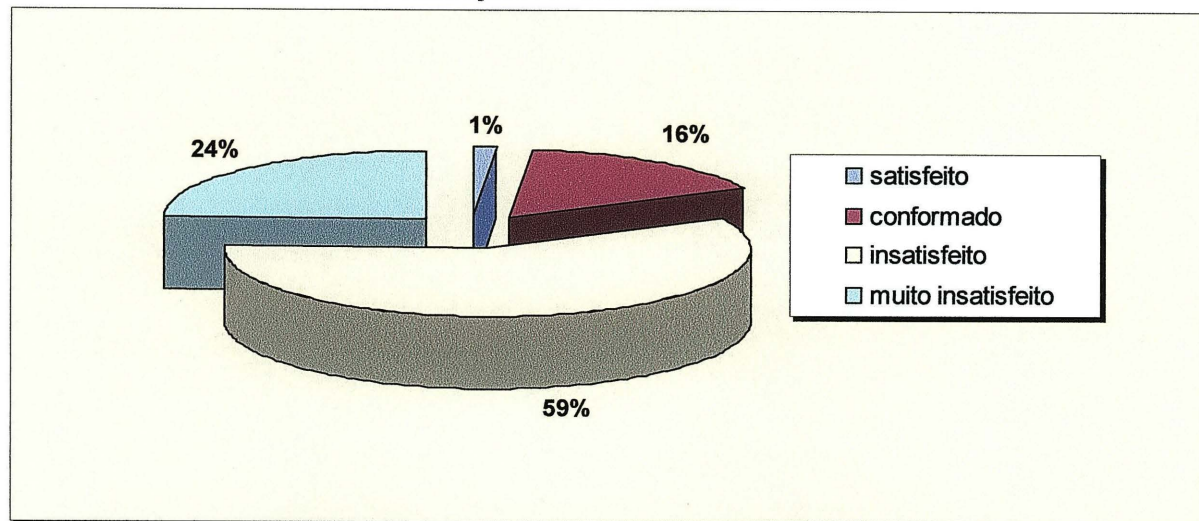
Questão 2. Sentimento em relação a postura institucional

QUADRO 6. SENTIMENTO EM RELAÇÃO A POSTURA INSTITUCIONAL

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Satisfeito	1	1
Conformado	12	16
Insatisfeito	43	59
Muito insatisfeito	18	24

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 3. SENTIMENTO EM RELAÇÃO A POSTURA INSTITUCIONAL



FONTE: O autor (2008)

Nessa questão, de forma conexa ao primeiro aspecto analisado, surge a constatação que a maioria dos denunciados (83%) sente-se insatisfeito ou muito insatisfeito com a postura institucional após a denúncia. Confrontando-se as respostas dos dois primeiros questionamentos, denota-se que, não somente a falta de acompanhamento causa insatisfação, mas também o acompanhamento parcial ou deficiente é motivo de desaprovação da postura institucional.

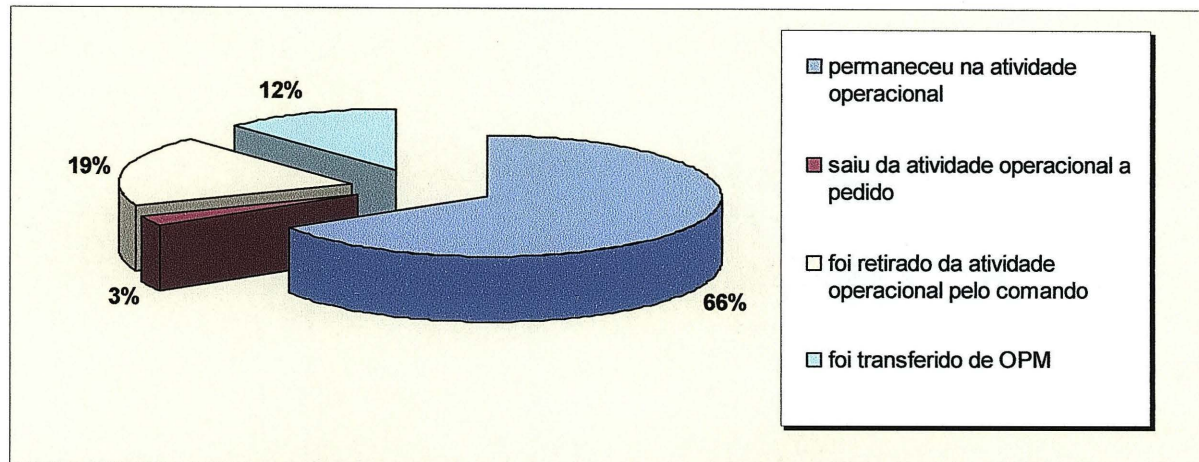
Questão 3. Destino do policial após denúncia

QUADRO 7. DESTINO DO POLICIAL APÓS DENÚNCIA

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Permaneceu na atividade operacional	49	66
Saiu da atividade operacional a pedido	2	3
Foi retirado da atividade operacional pelo comando	14	19
Foi transferido de OPM	9	12

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 4. DESTINO DO POLICIAL APÓS DENÚNCIA



FONTE: O autor (2008)

Aqui, constata-se que a maioria dos militares estaduais permaneceu na atividade operacional, pois poucos solicitaram seu afastamento (3%). Ainda, a atuação dos comandos em transferir ou retirar o policial do serviço em que estava trabalhando, ocorre em 31% dos casos, denotando, principalmente no caso de afastamento da operacionalidade, uma atitude preventiva, para preservar não só a instituição, mas também o próprio policial, até o esclarecimento dos fatos.

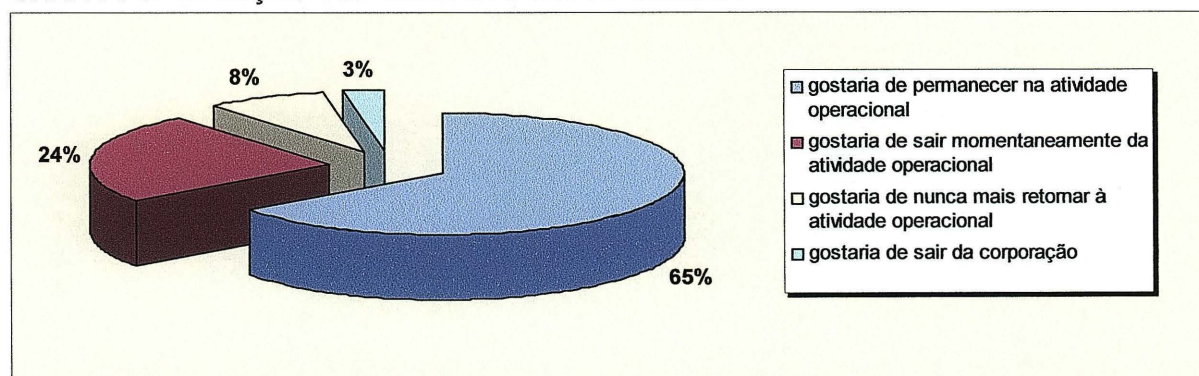
Questão 4. Intenção do policial após a denúncia.

QUADRO 8. INTENÇÃO DO POLICIAL APÓS A DENÚNCIA.

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Gostaria de permanecer na atividade operacional	48	65
Gostaria de sair momentaneamente da atividade operacional	18	24
Gostaria de nunca mais retornar à atividade operacional	6	8
Gostaria de sair da Corporação	2	3

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 5. INTENÇÃO DO POLICIAL APÓS A DENÚNCIA.



FONTE: O autor (2008)

Essa questão mostra que poucos policiais pediram para sair da atividade operacional (35%), sendo importante refletir sobre essa constatação pois, conjugando-se esse dado ao grande percentual de insatisfação, pode-se concluir que o principal reflexo da falta de apoio ao policial é a queda da qualidade no serviço operacional prestado à comunidade, pois o policial após a denúncia, em sua maioria, permanece (ou quer permanecer) na atividade operacional, mas trabalha insatisfeito.

Por mais que pareça contraditório afirmar-se que o policial insatisfeito quer permanecer na atividade que desempenha, tal fato decorre da natural resistência do ser humano à mudança, podendo-se ainda inferir como causas: preferência por executar o serviço de policiamento na rua ao desempenhar funções administrativas nos quartéis ou ainda a necessidade de continuar a concorrer a escalas de policiamento em turnos, para manutenção de atividade profissional paralela (bico).

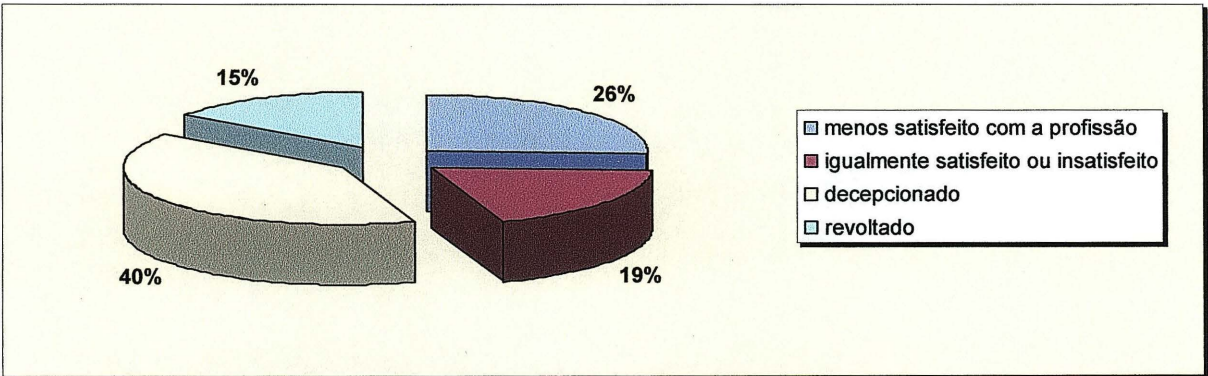
Questão 5. Sentimento do policial em relação à profissão.

QUADRO 9. SENTIMENTO DO POLICIAL EM RELAÇÃO À PROFISSÃO.

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Menos satisfeito com a profissão	19	26
Igualmente satisfeito ou insatisfeito	14	19
Decepcionado	30	40
Revoltado	11	15

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 6. SENTIMENTO DO POLICIAL EM RELAÇÃO À PROFISSÃO.



FONTE: O autor (2008)

Com essa pergunta verificou-se que poucos policiais (19%) não modificaram seu grau de satisfação ou insatisfação com a Corporação em virtude do apoio (ou falta dele) recebido após a denuncia criminal. Relacionando-se ao percentual de 9% de policiais que foram atendidos pela Corporação (questão 1), percebe-se,

provavelmente, que ao serem assistidos pela Corporação, eles mantiveram-se satisfeitos ou, ao menos, permaneceram no mesmo nível de satisfação. Um grande percentual (81%) dos policiais demonstrou insatisfação, decepção e até revolta pela postura institucional de não acompanhar o andamento processual.

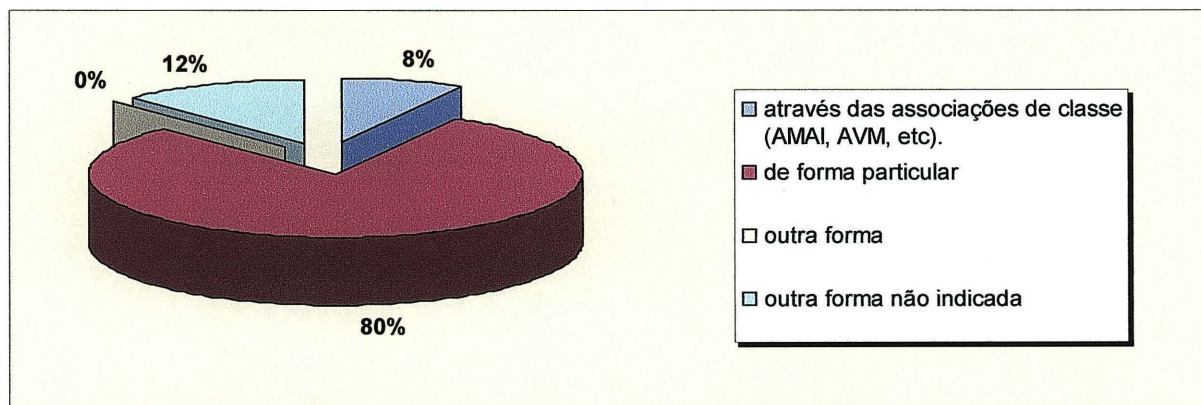
Questão 6. Forma utilizada para contratar advogado

QUADRO 10. FORMA UTILIZADA PARA CONTRATAR ADVOGADO

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Através das associações de classe (AMAI, AVM, etc).	6	8
De forma particular	59	80
Outra forma não indicada	9	12

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 7. FORMA UTILIZADA PARA CONTRATAR ADVOGADO



FONTE: O autor (2008)

Com esse questionamento ficou claro que a maioria dos policiais denunciados (80%) contratou advogados particularmente, arcando com os ônus de sua defesa jurídica, sendo pequeno o percentual (8%) daqueles que buscaram a defesa através das associações de classe. Fato que pode ser creditado, em virtude das informações presentes neste trabalho, à falta de confiança da tropa em relação ao serviço prestado por esses advogados.

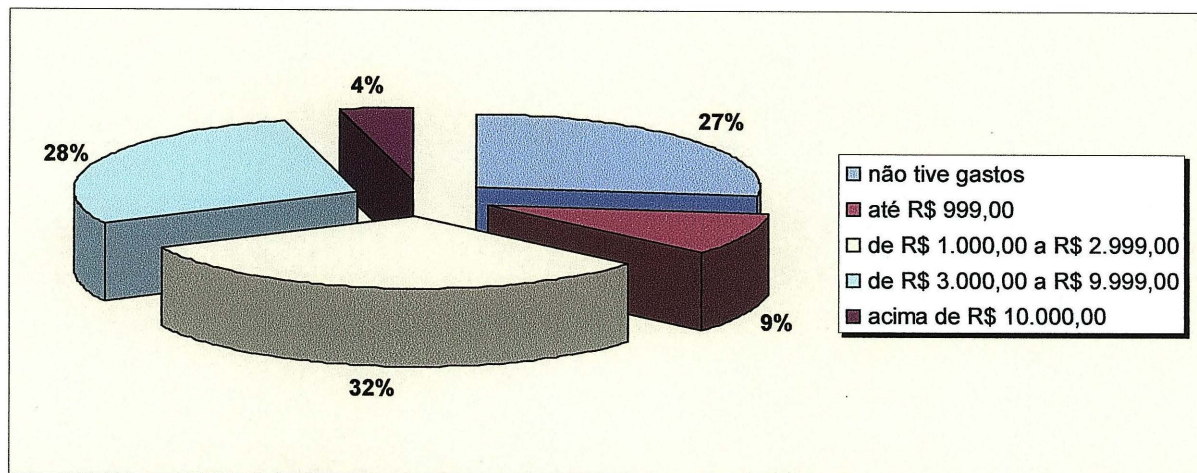
Questão 7. Gastos com o processo judicial

QUADRO 11. GASTOS COM O PROCESSO JUDICIAL

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Não tive gastos	20	27
Até R\$ 999,00	7	9
De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.999,00	23	32
De R\$ 3.000,00 a R\$ 9.999,00	21	28
Acima de R\$ 10.000,00	3	4

Fonte: O autor

GRÁFICO 8. GASTOS COM O PROCESSO JUDICIAL



FONTE: O autor (2008)

De forma interessante, aparece a informação de que 27 % dos policiais não tiveram gastos com o processo judicial, fato que, comparado à questão anterior, leva ao entendimento de que a contratação particular, muitas vezes, ocorre sem necessariamente gerar custos ao policial (caso contrário o percentual aqui deveria estar próximo aos 80%). Tal fato decorre da postura de advogados que, por amizade ou consideração, defendem gratuitamente os militares estaduais. Essa situação foi claramente descrita pelo Advogado Rolf Koerner Júnior ao afirmar, durante entrevista, que em praticamente todas as vezes que defendeu policiais militares, o fez gratuitamente, por entender as dificuldades vividas pelos milicianos estaduais.

Entretanto, a grande maioria teve gastos para realizar sua defesa jurídica, fato que traduz uma injustiça institucional pois a preocupação deveria ser da Corporação, que tem a obrigação de gerenciar as consequências do cumprimento de suas missões constitucionais.

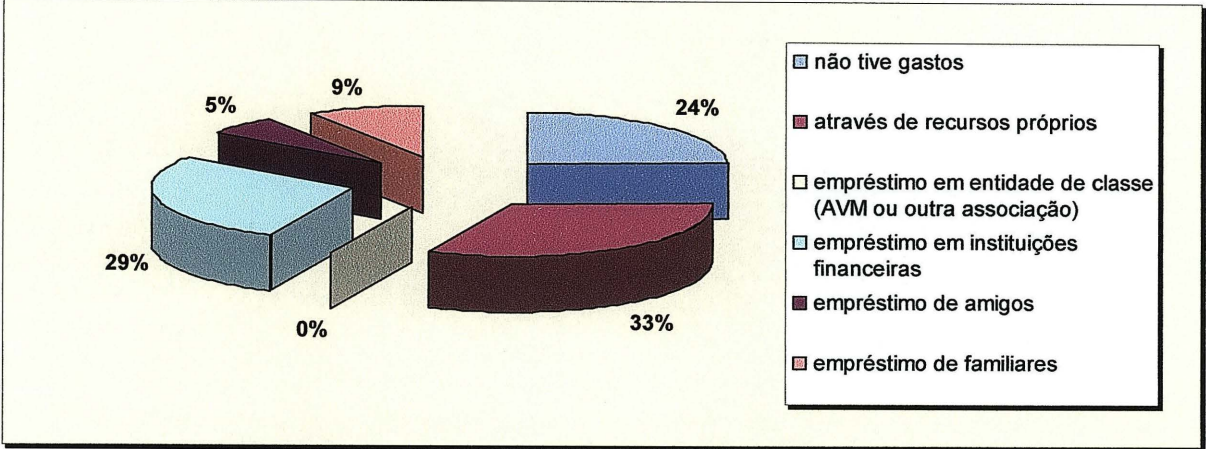
Questão 8. Fonte de financiamento das despesas judiciais

QUADRO 12. FONTE DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS JUDICIAIS

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Não teve gastos	18	24
Através de recursos próprios	24	33
Empréstimo em entidade de classe (AVM ou outra associação)	0	0
Empréstimo em instituições financeiras	21	29
Empréstimo de amigos	4	5
Empréstimo de familiares	7	9

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 9. FONTE DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS JUDICIAIS



FONTE: O autor (2008)

O percentual de denunciados que não tiveram gastos para sua defesa jurídica é semelhante ao da questão anterior (24% e 27%). Ainda, apesar da maioria (33%) ter custeado com recursos próprios, um número considerável precisou recorrer a instituições financeiras, gerando outro problema que, em muitos casos, arrasta-se por anos e traz conseqüências sérias advindas do endividamento que, muitas vezes, pode causar depressão, irritabilidade, violência e, principalmente, levar à corrupção.

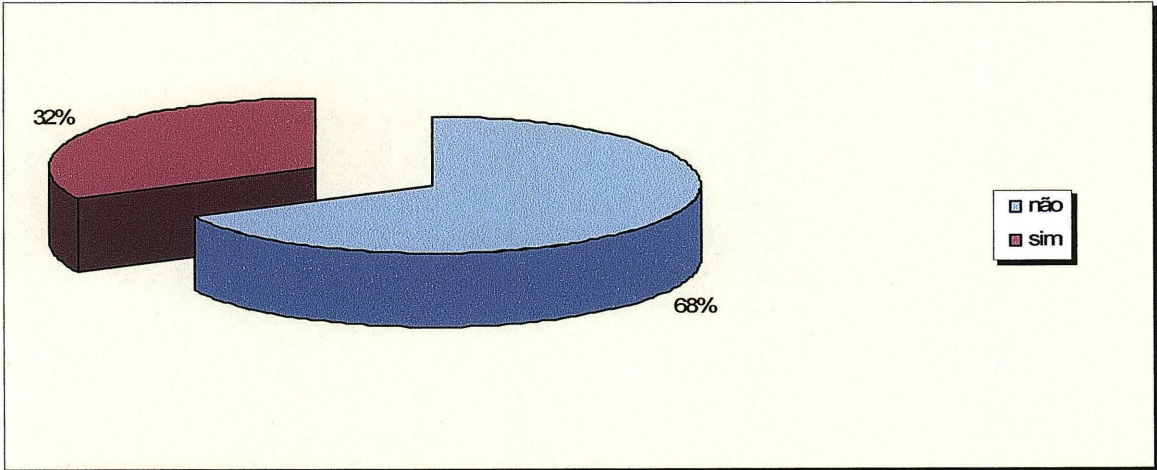
Questão 9. Problemas emocionais ou de saúde decorrentes da denúncia

QUADRO 13. PROBLEMAS EMOCIONAIS OU DE SAÚDE DECORRENTES DA DENÚNCIA

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Não	50	68
Sim	24	32

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 10. PROBLEMAS EMOCIONAIS OU DE SAÚDE DECORRENTES DA DENÚNCIA



FONTE: O autor (2008)

Importante frisar que dos 74 questionários analisados, em 50 (68%) deles, a resposta foi que a falta de assistência não acarretou problemas emocionais ou de saúde. Dessa forma, pode-se concluir que, apesar da constatação de que a falta de apoio leva à insatisfação, somente em 32% dos casos esta decepção ou mesmo revolta é atribuída como causa de problemas emocionais ou de saúde.

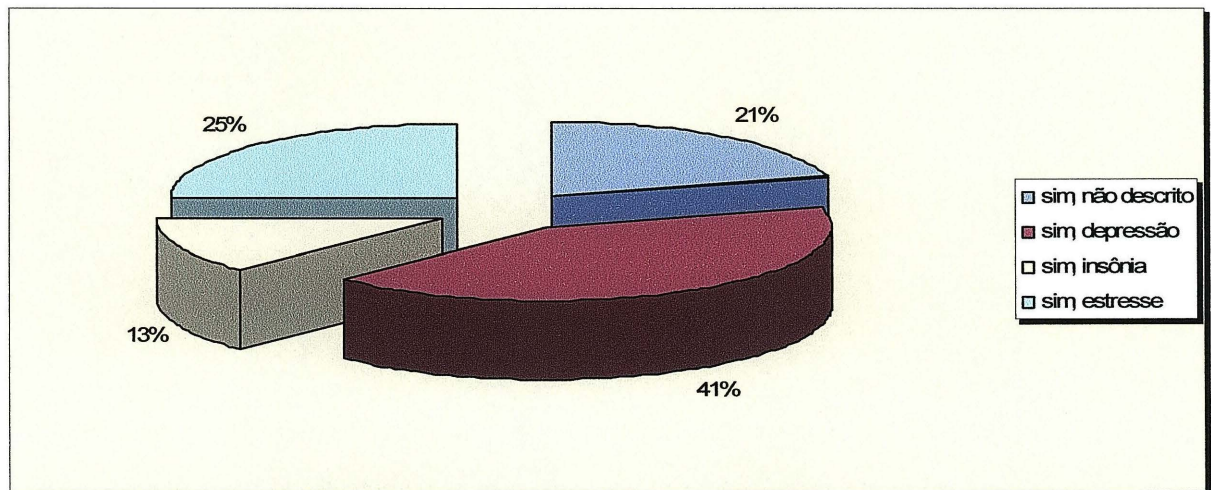
Para um melhor detalhamento dos problemas decorrentes da denúncia, foi solicitado aos policiais que os descrevessem, chegando-se ao seguinte resultado:

QUADRO 14. DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS EMOCIONAIS OU DE SAÚDE DECORRENTES DA DENÚNCIA

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Sim, não descrito	5	21
Sim, depressão	10	41
Sim, insônia	3	13
Sim, estresse	6	25

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 11. DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS EMOCIONAIS OU DE SAÚDE DECORRENTES DA DENÚNCIA



FONTE: O autor (2008)

Nessa questão, a depressão aparece como o principal problema emocional ou de saúde descrito pelos denunciados, acompanhada da insônia e estresse que são fatores interligados e que constituem um problema que deve ser levado em consideração pela instituição, uma vez que afeta 32% dos militares estaduais pesquisados.

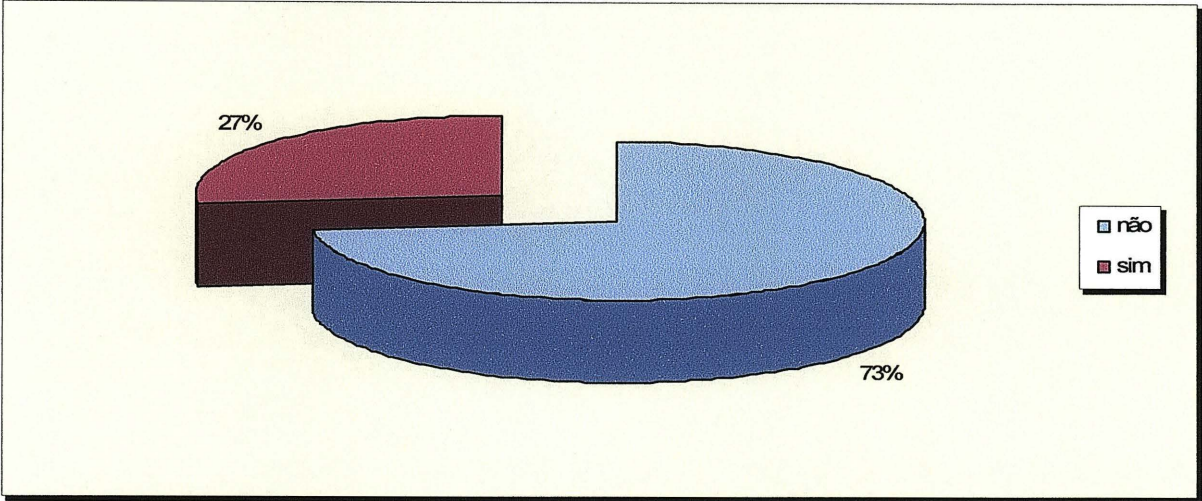
Questão 10. Problemas de relacionamento familiar decorrentes da denúncia

QUADRO 15. PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO FAMILIAR DECORRENTES DA DENÚNCIA

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Não	54	73
Sim	20	27

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 12. PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO FAMILIAR DECORRENTES DA DENÚNCIA



FONTE: O autor (2008)

Aqui, da mesma forma que no questionamento anterior, a maioria (73%) dos denunciados alegou que não teve problemas familiares decorrentes.

Assim, conjugando-se as duas questões acima, ainda persiste a conclusão de que, a principal conseqüência da falta do apoio institucional, é a queda do desempenho no serviço operacional, pois poucos são os relatos de problemas de saúde, emocionais ou familiares, apesar de estarem presentes em aproximadamente 30% dos casos.

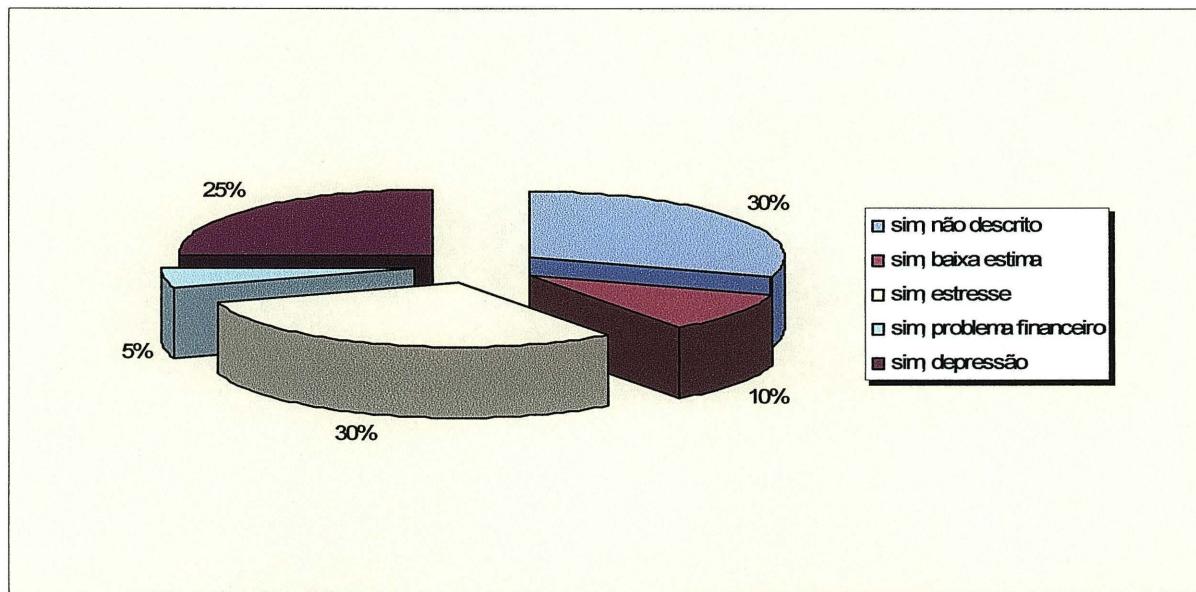
Também, para um melhor detalhamento dos problemas decorrentes da denúncia, foi solicitado aos policiais que os descrevessem, chegando-se ao seguinte resultado:

QUADRO 16. DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO FAMILIAR DECORRENTES DA DENÚNCIA

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
sim, não descrito	6	30
sim, baixa estima	2	10
sim, estresse	6	30
sim, problema financeiro	1	5
sim, depressão	5	25

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 13. DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO FAMILIAR DECORRENTES DA DENÚNCIA



FONTE: O autor (2008)

Importante frisar que, de maneira similar à questão anterior, as origens mencionadas como causas dos problemas emocionais, de saúde ou familiares são praticamente as mesmas: estresse e depressão. Aparece ainda os problemas financeiros e baixa estima como desagregador familiar.

Questão 11. Conseqüências para a Corporação, decorrentes da falta do serviço de defesa jurídica.

Através desta questão aberta foi possível identificar uma grande decepção dos policiais com a Corporação. Diversas conseqüências foram elencadas pelos policiais, mas o que mais se destaca é o sentimento de abandono e até mesmo de revolta de alguns policiais com a situação de desamparo, conforme se pode observar em algumas considerações, como por exemplo: “Uma Corporação que não dá respaldo jurídico a seus colaboradores, gera uma insegurança entre os membros e conseqüentemente a motivação diminui”.

A principal observação é que a falta do acompanhamento processual leva ao desestímulo ao trabalho operacional, levando à queda do padrão dos serviços prestados, e perda completa da vontade de trabalhar, conforme se observa em algumas respostas:

Em certos casos os policiais deixam de fazer 100% do que deveriam, pois sabem que sem apoio interno vão gastar muito depois, caso a situação evolua.

Falta completa de vontade de trabalhar devido ocorrer um processo, ter que usar o seu próprio salário para se defender, deixando a sua família em situação precária.

A Corporação perde muito porque o PM vai deixar de trabalhar, ou melhor, vai fazer vistas grossas a muitas situações porque sempre as consequências são exclusivas do policial que foi denunciado e a Corporação não tá nem aí. Só o PM é que vai ter que correr atrás.

Diversas outras consequências aparecem episodicamente nos questionários analisados:

- baixar a moral da tropa;
- transtornos no serviço profissional;
- problemas familiares;
- maior risco de vida nos confrontos armados;
- doenças, estresse e agressividade no serviço;
- suicídio;
- afastamento do serviço por problemas psicológicos;
- medo de novas denúncias;
- pré-julgamentos, ao considerar-se o policial culpado desde o início;
- falta de reconhecimento

Interessante observar ter ficado claro que, em virtude do sentimento de abandono e de revolta, muitos policiais creditam tal situação como culpa dos "oficiais" e do Comando da Corporação, evidenciando que a ausência da assistência jurídica contribui sobremaneira para o descrédito da tropa em relação ao Comando. Tal entendimento é facilmente observado em diversos comentários, como por exemplo:

A falta de entendimento por falta de superiores, que não sei porque, querem ferrar com aqueles que fazem a linha de frente, que dão a cara para bater na rua, tem que analisar e separar quem são os bons e os maus policiais
A Polícia Militar (oficiais) só sabe cobrar, ajudar que é bom, nada.
Preocupação com o bem estar de uma só patente, ou seja, dos oficiais.

Portanto, a criação do Serviço de Assistência Jurídica na PMPR, além de ser importante para a segurança do policial, praça ou oficial, pois todos estão sujeitos a serem denunciados por crimes em serviço, servirá também para melhorar a consideração e confiança dos praças em relação ao Comando da Corporação.

Questão 12. Fatores de desestímulo ao policial denunciado por crime em serviço?

Analisando-se as diversas respostas formuladas para esta questão, ficou claro que o principal fator de desestímulo decorrente da postura institucional em relação aos policiais denunciados por crimes em serviço é realmente a falta de apoio em relação à assistência jurídica em juízo, entretanto, diversos outros aspectos também são mencionados. Aparece, com grande frequência, a questão do pré-julgamento, ao considerar-se o policial culpado desde o início da acusação. Tal situação refere-se claramente à condição de “sub-júdice” mencionada anteriormente neste trabalho.

Nesse sentido, observam-se alguns comentários:

“O pré-julgamento da ação do policial, principalmente quando a imprensa entra no meio” ou “em alguns casos o acusado é tratado como culpado desde o início dos trabalhos”.

Outro grave problema levantado é a exclusão e segregação pelos próprios companheiros, através do isolamento do policial denunciado. Tal circunstância é referenciada também, nas respostas da entrevista realizada com o advogado criminalista Rolf Koerner Júnior:

Outro problema grave que acontece é o relativo ao isolamento imposto, inclusive por colegas, ao autor do fato, principalmente pelo não asseguramento, em sua global extensão, do princípio da presunção de inocência. A meu ver, a violência do processo criminal equivale à violência institucional perpetrada pela divulgação do fato, por intermédio de famigerados boletins, ostensiva ou reservadamente, que, naturalmente, tornam terceiros receosos, os quais se afastam e deixam de conviver com o policial indiciado ou processado, desamparado e vítima de inevitável e imperdoável isolamento institucional.

Outros fatores também aparecerem em algumas respostas, conforme segue:

- gastos com advogados;
- profissionais desqualificados das associações de classe;
- falta de acompanhamento psicológico e treinamento;
- afastamento das funções desempenhadas anteriormente ao fato;

Da mesma forma que nas respostas da questão anterior, também algumas denotam que existem policiais que atribuem o problema a uma falta de apoio e preocupação dos oficiais para com a tropa. Aparecem comentários como estes: “falta de união entre oficiais e praças”, ou “despreocupação com o ser humano, que é

tratado como número disponível para cumprir escalas”, ou ainda, “falta de empenho dos comandos”, e “falta de reconhecimento dos trabalhos prestados”.

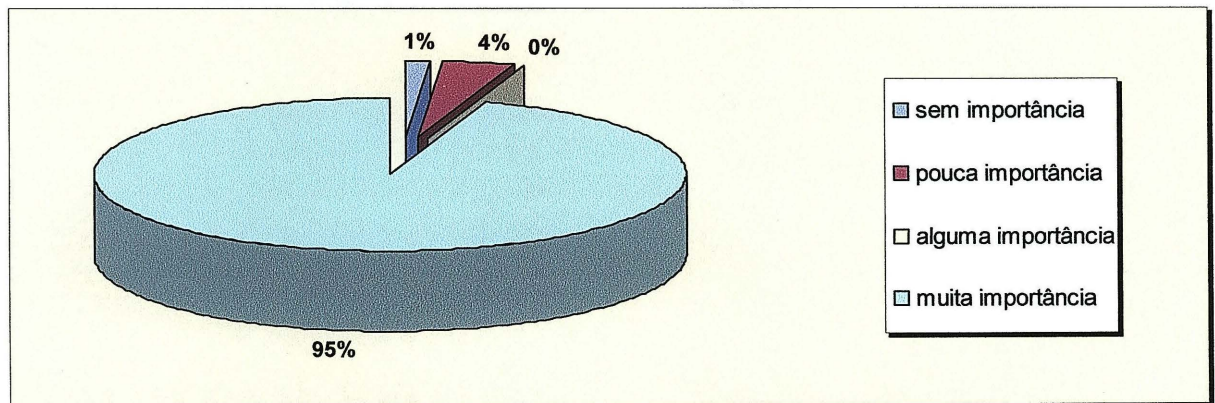
Questão 13. Importância da existência do serviço de assistência jurídica.

QUADRO 17. IMPORTÂNCIA DA EXISTÊNCIA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA.

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Sem importância	1	1
Pouca importância	3	4
Alguma importância	0	0
Muita importância	70	95

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 14. IMPORTÂNCIA DA EXISTÊNCIA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA.



FONTE: O autor (2008)

Já se previa que essa questão teria realmente uma resposta praticamente unânime. Entretanto, para fins de comprovação, optou-se por sua manutenção no corpo do questionário. Assim, percebe-se que a criação do setor para realizar a defesa jurídica de policiais, é uma aspiração da grande maioria do efetivo policial, em especial daqueles denunciados por crimes em serviço.

Para melhor detalhamento da resposta esperada, foi aberta a possibilidade do entrevistado justificar sua escolha, obtendo-se como resultado um equilíbrio entre as opiniões apresentadas como justificadoras da importância de criação da assistência jurídica. Assim, as assertivas que o acompanhamento processual é uma obrigação do Estado e da Corporação; que isto dá mais confiança e segurança para o desempenho profissional e que evita gastos financeiros ao policial, aparecem com maior frequência. Outras opiniões merecem destaque, como “ajudaria a instruir o policial”, “para evitar injustiças”, para minimizar o estresse posterior” ou “para

demonstrar preocupação”, comprovando a importância de criação desse importante serviço institucional.

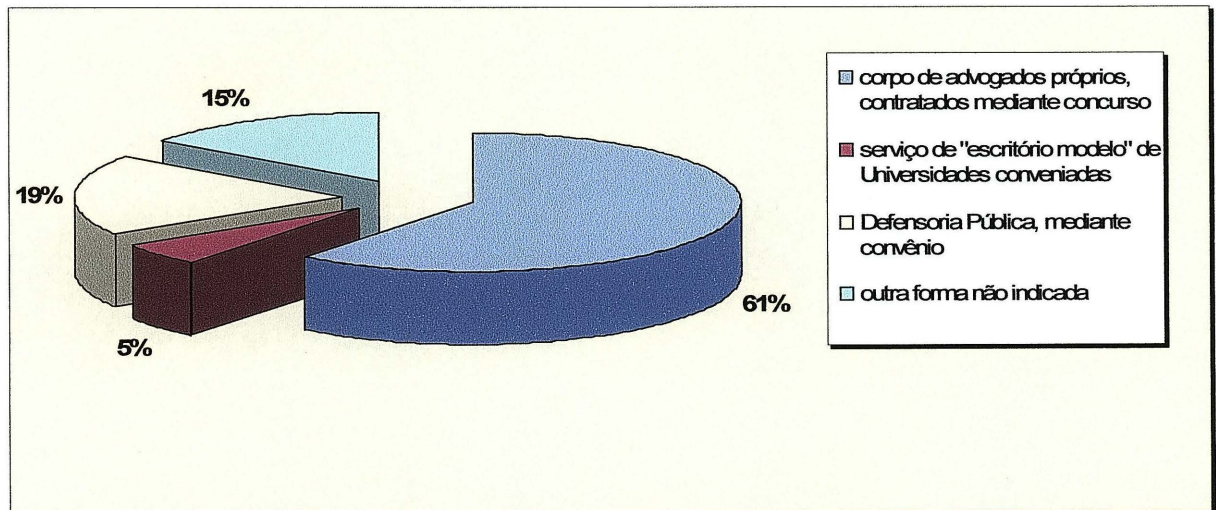
Questão 14. Forma de prestação da defesa jurídica

QUADRO18. FORMA DE PRESTAÇÃO DA DEFESA JURÍDICA

RESPOSTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
corpo de advogados próprios, contratados mediante concurso	45	61
serviço de "escritório modelo" por alunos estagiários supervisionados por professores de Universidades conveniadas	4	5
Defensoria Pública, mediante convênio com a PMPR	14	19
outra forma não indicada	11	15

FONTE: O autor (2008)

GRÁFICO 15. FORMA DE PRESTAÇÃO DA DEFESA JURÍDICA



FONTE: O autor (2008)

Verificou-se que a maioria dos militares estaduais acredita que a melhor forma de prestar-se a assistência jurídica é através de um corpo de advogados próprios, contratados mediante concurso. Quanto a hipótese de utilização de universitários, poucos entenderam como a melhor solução. Um número um pouco maior entendeu possível a utilização dos serviços da Defensoria Pública.

Importante observar que 15% dos denunciados optaram por outra forma para a prestação desse serviço, entretanto, ninguém sugeriu, no campo oportuno, qual seria esta outra forma. Cabe destacar que, em virtude de ser o único serviço gratuito à disposição da maioria dos policiais, (aos que são sócios da AMAI e da AVM) intencionalmente não foi incluída como opção de escolha a utilização desses órgãos representativos, para verificar se, espontaneamente, apareceria como sugestão.

Entretanto, a utilização desses órgãos classistas não foi lembrada pelos policiais, corroborando com o entendimento de que o serviço atualmente prestado não inspira confiança na tropa.

Questão 15. Serviços oferecidos pela Seção de Assistência Jurídica.

Nesta questão aberta a resposta que prevaleceu é a que sugere, como melhor solução para o funcionamento do serviço de assistência jurídica, a criação de escritórios advocatícios regionais, para permitir um atendimento próximo e imediato, durante todo o desenrolar processual.

A respeito, observaram-se os seguintes comentários: “Criação de escritórios regionalizados de advogados especializados no código penal militar e no código de processo penal militar”. Ainda, “é lógico que mantendo escritórios regionais para prestar, desde uma informação adequada, até uma defesa jurídica, é de muita importância, mas o contato deve partir deste órgão de apoio ao PM”. Ou também, “deveria ter um advogado sempre próximo, à disposição para orientar a maneira correta do policial agir, mesmo antes do indiciamento”.

Portanto, ficou claro que a maior aspiração é pela presença próxima de um advogado especializado, que possa prestar uma defesa de qualidade ao policial, desde o início e durante todo o processo judicial.

Outra opinião interessante que apareceu recorrentemente foi a de que o serviço deveria atuar na responsabilização de pessoas que oferecem denúncias não procedentes, como por exemplo: “Um órgão próprio para defesa dos policiais, inclusive quando do oferecimento de denúncia pela pessoa que vem ao batalhão e não consegue provar (denúncia caluniosa, falsa comunicação de crime)”.

Outras observações também merecem destaque:

- assessoria jurídica somente nos casos que não atentem contra a moral, através de triagem própria;
- assistência psicológica;
- assistência total sem custos;

Seguindo a tendência já revelada, nesta questão aparece também a desconfiança, descrédito e revolta à postura do “comando” ou dos “oficiais” em relação aos praças. Assim, observaram-se alguns comentários, quanto ao funcionamento do serviço de assistência jurídica: “não deve haver a participação dos

oficiais”, ou ainda, “o que deveria ocorrer era uma maneira desses advogados não sofrerem pressão por parte do comando”.

4.5 ENTREVISTAS

Objetivando-se realizar uma análise e interpretação objetiva e criteriosa das informações coletadas durante as entrevistas, no próximo capítulo, quando da avaliação das propostas para implantação da assistência jurídica gratuita, serão referenciados as principais opiniões das autoridades entrevistadas para fundamentar as conclusões em cada uma das sugestões analisadas.

5 PROPOSTAS PARA IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Esse capítulo tem como finalidade estudar as possibilidades de implantação de uma assistência jurídica na PMPR para atender aos policiais que se envolvem em ato criminal quando no exercício da atividade profissional, bem como apresentar a proposta mais viável dentro do melhor parâmetro que, baseada em legislação, doutrina, aspirações do público interno, opiniões de autoridades entrevistadas, exemplos de outras instituições e na realidade da Corporação e do Estado, justifique a necessidade e importância da medida e permita a efetiva defesa jurídica aos policiais.

Para tanto, seguem abaixo as principais possibilidades de implementação do serviço de defesa jurídica para os policiais militares, conforme dados coletados no presente trabalho.

5.1 CONVÊNIO COM A AVM OU A AMAI

Como primeira alternativa para a solução do problema aparece a possibilidade da realização de convênio com a AVM ou com a AMAI, para realização da defesa de todos os policiais militares e não apenas dos sócios.

Conforme já mencionado, a AVM, através de seu Departamento Jurídico, e a AMAI, através de seu corpo de advogados, são atualmente as únicas instituições que, gratuitamente, patrocinam a defesa de policiais militares, desde que associados das respectivas associações. Tal situação revela, inicialmente, um problema de abrangência, pois nem todo policial é associado, nem pode ser compelido a tornar-se membro dessas entidades representativas.

Dessa forma, como primeira solução para o problema, aparece a idéia de utilizar-se a estrutura que atualmente está em funcionamento, para estender o serviço a todos os policiais, pois atualmente a AVM, por exemplo, conta com advogados atuando em vários pontos do território paranaense, conforme afirma o advogado da AVM Lázaro Aparecido Vilas Boas de Matos, ao mencionar que a AVM atua na defesa do sócio não somente em casos de crimes em serviço (objeto inicial quando da criação do setor), mas também em ações civis, de família, trabalhistas, enfim, nas mais diversas áreas do direito. Para isto conta com advogados em várias cidades paranaenses.

Portanto, a idéia de aproveitar-se esta estrutura atuante, inicialmente aparece como solução tentadora. Tal circunstancia é referenciada pelo advogado da AVM

Outra hipótese seria aproveitar-se a estrutura atualmente existente na AVM e, através de um convênio com o Estado, melhorar-se o atendimento com a contratação de novos advogados, uma vez que tal convênio seria remunerado, permitindo, além da melhoria no atendimento, a ampliação dos beneficiários, pois seriam atendidos todos os policiais militares e não somente os sócios.

Conforme mencionado pelo entrevistado, a vantagem do convênio, além da possibilidade da extensão do atendimento aos não sócios, teria condições de, através da contrapartida do Estado, possibilitar a contratação de mais advogados para a melhoria da prestação do serviço.

Tal ação demonstraria uma preocupação por parte da Corporação e do Estado em fornecer defesa a todos os policiais militares, resolvendo, de início, a questão do apoio institucional, pois, conforme menciona o Advogado Rolf Koerner Júnior, a questão da representação do policial é uma obrigação que deve ser imposta ao Comando da Corporação.

Entretanto, a prática tem observado que, infelizmente, a prestação do serviço de defesa jurídica por parte dos advogados da AVM não tem correspondido às expectativas, pois conforme se pode observar nas respostas dos questionários aplicados, somente um percentual de 8% de policiais recorreu a essa forma de defesa. Ainda, nenhum dos denunciados elegeu esta forma como melhor caminho de prestar-se a assistência jurídica, denotando a falta de confiança dos usuários desses serviços classistas.

A conclusão fica mais evidente quando da análise das observações do Promotor da VAJME, Misael Duarte Pimenta Neto, que, com base na sua experiência de mais de dez anos à frente dessa Vara Judiciária Especializada, é uma das pessoas com melhores informações para avaliar a qualidade da defesa patrocinada nas ações contra policiais militares na justiça castrense. É sua a seguinte constatação:

Muitos milicianos ficam sob a assistência jurídica prestada pelos profissionais contratados pela AVM e a AMAI, respectivamente, mas **alguns deles também atuam com desenvoltura insuficiente**, o que talvez seja resultado do comodismo que lhes faculta o status de contratado e remunerado pela entidade. Já houve casos de réus perceberem o descaso do respectivo defensor e substituí-lo por profissional constituído particularmente. E mais, os próprios milicianos réus, e outros não, questionam isso com as autoridades deste Juízo, porque **muitos não sentem a devida segurança em serem representados pela defensoria**

oriunda das mencionadas associações. Buscariam alternativa diversa se as condições materiais fossem favoráveis [sem grifo no original].

Apesar de ser louvável o esforço da AVM e da AMAI, na defesa dos direitos de seus sócios, em virtude da limitação orçamentária dessas entidades, o corpo jurídico contratado não tem correspondido às expectativas, talvez, conforme salientado pelo Promotor de Justiça, “por comodismo que lhes faculta o status de contratado e remunerado pela entidade” e não pelo denunciado. Portanto, essa solução não atenderia à expectativa dos policiais, que continuariam a sentirem-se desamparados pela Corporação.

5.2 CONVÊNIO COM UNIVERSIDADES

Outra alternativa para a prestação da defesa jurídica é a realização de convênios com universidades para utilização dos chamados “escritórios modelos”, através dos quais, alunos sob a orientação de um professor realizariam a defesa gratuita em juízo.

Tal alternativa está sendo adotada pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com a reestruturação de sua Consultoria Jurídica, conforme consta no ofício 0749 desse órgão, no qual é mencionado que o serviço de assistência judiciária gratuita aos brigadianos, nascerá de convênio com uma universidade, em que o serviço será prestado pelo aluno graduando em direito.

Cabe ressaltar, entretanto, que tal alternativa tem alguns inconvenientes insuperáveis. Primeiramente, para que uma defesa tenha a qualidade desejada, é fundamental que o advogado acompanhe diretamente o processo durante toda o seu trâmite. Ou seja, desde a fase inquisitorial, até a última instância recursal. Isto não ocorreria nessa forma de prestação de defesa jurídica, uma vez que o aluno cumpre apenas uma determinada carga horária, e o processo acaba passando pelas mãos de diversos alunos, o que, por mais que exista um professor supervisor, é um grande prejuízo ao acusado.

É importante destacar também que, devido a natureza peculiar do serviço policial-militar, é fundamental a especialização do defensor. Especialmente porque a grande maioria dos crimes praticados em serviço, é da competência da Justiça Militar Estadual, fato que dificultaria a defesa, em virtude da pequena ou inexistente carga horária da disciplina de Direito Penal Militar nas faculdades de direito.

Cabe destacar também que, ao observar as respostas da pergunta 14 do questionário aplicado, sobre como o policial denunciado gostaria que fosse prestada a defesa jurídica, verificou-se que somente 5% dos denunciados acreditam que essa seria uma forma adequada.

Pode-se perceber, portanto, que a defesa prestada por acadêmicos supervisionados por professores de universidades não inspira confiança nos policiais, motivo que, aliado às observações acima, permite concluir que não é adequada para a solução do problema em questão.

5.3 CONVÊNIO COM A DEFENSORIA PÚBLICA

Outra forma pensada para a solução do problema é a realização de convênio com a Defensoria Pública para a defesa dos policiais militares, aproveitando-se a estrutura desse órgão responsável pela defesa gratuita no país.

Conforme referencial teórico já apresentado, em virtude da importância do direito de defesa, o acesso à justiça passou a constituir-se em importante preceito constitucional. Em consequência disso, esse direito recebeu dos constituintes um tratamento assemelhado ao direito à vida, à liberdade, à honra e a tantos outros, erigindo-se à categoria de garantia e princípio constitucional. Assim, o Art. 5º LXXIV, determina ao Estado prestar a assistência jurídica gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Com base neste preceito constitucional as Defensorias Públicas são organizadas nos Estados para esta importante função.

Entretanto, cabe destacar, conforme mencionado pelo Advogado Rafael Tadeu Machado, Assessor Jurídico do Gabinete da Defensoria Pública do Paraná, que a legislação restringe o atendimento da Defensoria Pública, de acordo com critérios financeiros:

A função da Defensoria é a defesa jurídica de pessoas “carentes”, sendo que a lei não define o que seria “carência”. Assim, a Secretaria de Justiça e Cidadania do Paraná realiza previamente uma avaliação sócio-econômica daqueles que procuram os serviços da assistência gratuita, observando que só devem ser atendidas pessoas de baixa renda, que percebam até três salários mínimos como renda familiar, cuja situação sócio-econômica não lhes permita arcar com custas processuais e honorários advocatícios, sem que isso cause prejuízo ao sustento familiar. Ressalte-se que no cálculo são descontados do salário bruto familiar, além dos descontos legais (imposto de renda, desconto previdenciário) despesas com aluguel, e meio salário mínimo para cada filho.

Dentro da realidade salarial da PMPR, observa-se, em simples análise do critério supramencionado, que a Defensoria Pública não possui nenhum impedimento legal para exercer a defesa dos praças, principalmente soldados e, talvez cabos e sargentos, dependendo de gastos com aluguel e número de filhos. Entretanto é difícil enquadrar o restante dos policiais militares no atendimento da defensoria pública.

Mesmo que demonstrado não existir quaisquer impedimentos quanto ao atendimento de soldados, de cabos e de alguns sargentos por parte da Defensoria Pública, alguns aspectos devem ser levados em consideração, ao se avaliar criticamente a viabilidade de utilização dos serviços daquele órgão.

Em se tratando de uma instituição que atende à grande massa de população carente, é grande o volume de serviços a que são submetidos os defensores públicos. Tal situação fica clara nos dizeres do Advogado Rafael que, ao ser questionado sobre o números de ações que cada defensor público acompanha, mencionou:

O número de ações por advogado varia de acordo com as Varas Judiciárias em que o advogado atua, salientando que este defensor, em virtude de atuar em Varas Cíveis, atualmente está acompanhando 1250 (mil duzentos e cinquenta) ações judiciais. Tendo advogados que atuam nas Varas de Famílias que chegam a acompanhar 3.000 (três mil) processos simultaneamente. O problema nestes casos é que nem sempre se consegue atender de maneira satisfatória, em virtude da falta de advogados e do grande número de ações destinadas a cada defensor. Ressaltou ainda que os defensores, além do acompanhamento das ações judiciais em trâmite, ainda realizam o acompanhamento de casos de violência doméstica e situações emergenciais que demandem requisições de liminares.

No mesmo caminho, conforme verificado no referencial teórico deste trabalho, uma análise da prestação assistencial da Defensoria Pública do Paraná revela que o número de necessitados é imenso e aumenta a cada ano; o número de advogados efetivos e colaboradores é absolutamente insuficiente para atender a demanda, principalmente por não estar o órgão presente em todas as comarcas do Estado.

Em consideração aos processos de natureza penal, que particularmente demandam de minucioso acompanhamento e atenção para o êxito da defesa, tal fator constitui-se em óbice insuperável ao aproveitamento da Defensoria Pública como instituição que atenda às necessidades dos policiais militares, da forma como atualmente se apresenta.

Por outro lado, devido às especificidades que envolvem o trato da cultura jurídica castrense, é de todo conveniente que o profissional seja possuidor de habitualidade no manuseio de processos desta natureza, o que não aconteceria com os defensores públicos.

Esses fatores levam a constatação, pelo promotor Misael, que a atuação de defensores públicos normalmente é deficitária:

a defesa do réu, se exercida por advogado dativo (nomeado pelo Juízo), ad hoc (nomeado para o ato) ou por Defensor Público, na maioria das vezes fica muito a desejar, porque tais profissionais não atuam com interesse na causa; limitam-se quase sempre ao formalismo referente aos atos para os quais são intimados ou compromissados circunstancialmente, assinando atas e termos, ou apresentando manifestações carentes de qualidade técnica e jurídica, sem esforço na prática do efetivo contraditório e da ampla defesa. Devido a fatores dessa natureza, o ideal seria o policial acusado constituir uma defesa operante, porém isso tem custo elevado, o que deixa o agente "sub judice" em situação de desigualdade processual.

Tal atendimento, também aparece como inadequado na opinião da maioria dos policiais militares sobre a prestação do serviço de defesa jurídica, pois, quando questionados sobre a melhor maneira de ser prestada a defesa jurídica, somente 19% responderam que a defensoria pública seria a solução.

Segundo o Advogado Alexandre, a Defensoria não poderia, mesmo através de convênio, fugir de sua destinação legal, que é a defesa da população carente. Ele, ao ser questionado sobre a possibilidade do atendimento a todos os policiais militares, através de um Termo de Convênio, afirmou:

Não, pois desvirtuaria os critérios legais estabelecidos pela Constituição Federal, que determina que a missão institucional é a defesa da população carente. Assim, somente poderiam ser atendidos os policiais que comprovassem insuficiência de recursos.

Dessa forma, fica evidenciado que a defesa técnica aos policiais através da Defensoria Pública não é viável, uma vez que não seriam atendidos todos os postos e graduações e ainda, a estrutura deficitária não permitiria um atendimento de qualidade e não traria tranquilidade ao policial, pois este não confia nessa instituição.

5.4 CORPO DE ADVOGADOS PRÓPRIOS

Frente aos diversos inconvenientes apontados para as alternativas anteriores, aparece como melhor maneira para prestar a defesa jurídica ao policial autor de crime em serviço a criação de cargos de advogados no quadro de servidores civis do Estado à disposição da PMPR.

Tal hipótese surgiu como opinião de vários entrevistados. O Advogado Rolf Koerner Júnior afirmou:

Houvesse interesse e vontade política para a realizar, em primeiro lugar e como condição absolutamente necessária, aparece a obrigatoriedade de contar-se com um corpo jurídico valoroso, composto por técnicos cuja qualidade é indiscutível, para que se possa fornecer, eficientemente, um resultado, jamais alcançável só pelo mecânico comparecimento em audiências, exclusivamente para cumprir o profissional formalidades alheias ao contraditório e à defesa amplos, sem nada produzir no interesse do patrocinado. Isso somente será possível através da realização de um rigoroso concurso público, com critérios sérios e com a participação ativa da Ordem dos Advogados do Brasil, e pelo qual fossem oferecidos cargos com salários atrativos e dignos da importante missão a ser desempenhada.

Portanto, não basta a existência do cargo de advogado, mas é fundamental a criação do cargo com a previsão de um salário realmente atrativo, para permitir-se a realização de um concurso público que atraia profissionais de efetiva qualidade para o preenchimento das vagas disponíveis.

O advogado Rafael asseverou:

o ideal é a criação de um corpo de advogados dentro da estrutura da Polícia Militar, pois para atender os casos de crime em serviço, é importante a especialização do defensor nos aspectos peculiares da legislação castrense e das peculiaridades e dificuldades do serviço policial. Ainda, deve-se descartar a contratação de escritórios de advocacia em virtude da possibilidade de rescisões contratuais que levariam à quebra de continuidade da defesa do policial.

Com isso, fica clara a importância da criação do cargo de advogado para a Polícia Militar e não a contratação de escritórios de advocacia que, devido a precariedade da medida, levariam a descontinuidade do serviço, sempre que a renovação contratual fosse obstaculizada por qualquer motivo.

A análise dos questionários aplicados leva à constatação de que, a grande maioria dos policiais denunciados por crimes em serviço, acredita que a melhor maneira para a prestação da defesa jurídica é, justamente, através de um corpo de advogados próprios. Verifica-se que 61% dos entrevistados escolheram tal

alternativa, dentre as demais possíveis. E, quando se pediu a opinião dos entrevistados de como deveria funcionar a assistência jurídica, a resposta mais freqüente foi a sugestão para que o corpo de advogados próprios funcionasse de maneira regionalizada, prestando apoio durante todo o desenrolar processual.

A existência de um corpo de advogados qualificados permitirá a especialização desses, possibilitará a defesa de todos os policiais autores de crimes em serviço, de modo a oferecer uma defesa jurídica de qualidade, revertendo o quadro de desestímulo pela falta de apoio institucional.

6 SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Uma vez concluído que o serviço de assistência jurídica aos policiais autores de crimes em serviço deve ser prestado por um corpo próprio de advogados é fundamental estabelecerem-se regras, critérios e limites das ações do setor responsável.

6.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Observando-se o organograma da PMPR, ao pensar-se na melhor localização da Seção de Assistência Jurídica (SAJur), três idéias aparecem: inicialmente a proposta de integrar a estrutura da 1ª Seção do Estado Maior não parece a mais adequada, em virtude da competência dessa seção, que se volta para o controle da legislação policial-militar. Ainda, quanto a inserção na Consultoria Jurídica, cabe destacar que ela hoje tem sua atenção voltada para o assessoramento jurídico do Comando Geral e, principalmente, é chefiada por um Major, o que traria uma dificuldade pois, conforme será sugerido à frente, a SAJur deverá ser chefiada por um Oficial Superior. Por fim, quanto à hipótese de colocação na estrutura da futura Corregedoria, cabe destacar que a sua missão precípua será a de investigar e punir policiais-militares que infringirem as leis. Assim, tendo em vista a necessidade de inspirar confiança no policial denunciado, não seria adequada a colocação da SAJur na estrutura da Corregedoria.

Portanto, tendo em vista a importância da SAJur, a melhor solução é que tenha funcionamento autônomo, ligada diretamente ao Chefe do Estado Maior.

Para a definição da estrutura adequada para um serviço dessa natureza, primeiramente deve ser levado em conta o número de policiais que atualmente encontram-se denunciados por crimes em serviço. Assim, conforme já mencionado, existem nas OPM da capital e interior do Estado, 313 policiais respondendo criminalmente por atos decorrentes da atuação profissional.

Com base nesse número, para estabelecer-se a quantidade de advogados e auxiliares necessários para dar atendimento à demanda, foram questionados os diversos entrevistados. O Advogado Lázaro, ao ser perguntado sobre a quantidade de ações que um advogado poderia acompanhar simultaneamente, afirma que

“depende do batalhão, mas seria perfeitamente possível atender-se simultaneamente mais de 50 pessoas”.

O advogado Rafael afirma que “para que um advogado possa efetuar um atendimento de qualidade ele poderia acompanhar no máximo 500 ações judiciais simultaneamente”.

Já o advogado Rolf afirma que:

O importante é que o profissional da advocacia tenha meios e condições, pessoais ou não, para, ele próprio, acompanhar o caso criminal, porque, quando um cliente contrata um advogado, ele quer o profissional contratado como seu advogado, e não outro substituto ou até um estagiário, nas situações em que o estagiário poderá atuar. O critério qualitativo (considerando-se as peculiaridades de cada caso) é que deverá sempre ser levado em apreço. Entretanto, frente à necessidade de se estabelecer um número de advogados necessários para integrar o setor defensivo, poder-se-á arriscar, um advogado poderia acompanhar, nunca mais do que 100 casos criminais.

De acordo com o número de policiais militares que atualmente respondem criminalmente por ato praticado em serviço, seriam necessários poucos advogados. Seguindo-se o critério adotado, por exemplo, pelo Advogado Rolf, quatro advogados supririam, com folga, a demanda.

Entretanto, cabe destacar as observações dos advogados consultados sobre a dificuldade de atendimento a ações em outras cidades. O advogado Lázaro afirma:

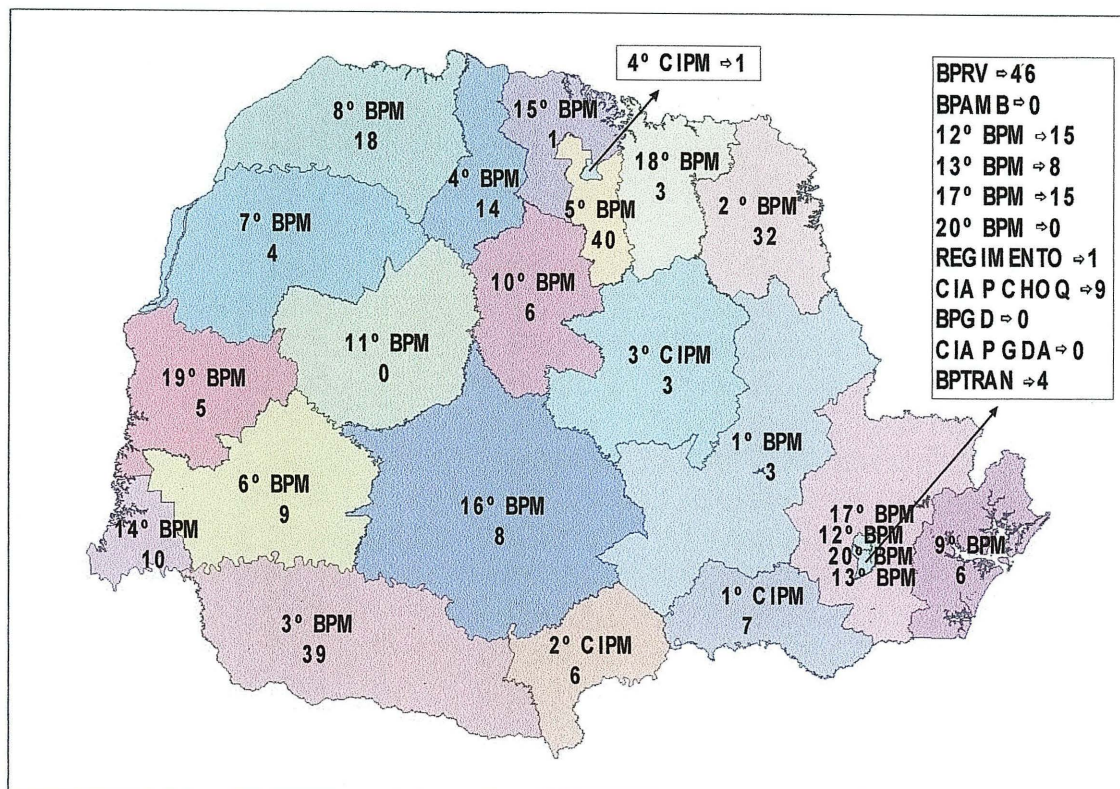
Cabe destacar que é importante a existência de um advogado em cada unidade não somente pelo critério do número de ações possíveis, mas principalmente pela dificuldade de deslocamento para as audiências.

Entende o defensor, portanto, ser absolutamente importante que haja um advogado em cada unidade do interior, em virtude da necessidade de deslocamentos para audiências na cidade do local do crime, fato que gera gastos diversos e dificultaria a prestação do serviço.

Quanto a tal posicionamento é importante observar que realmente a questão da ocorrência de denúncias criminais em praticamente todas as OPM do Estado, impossibilita a existência do serviço apenas na capital do Estado.

Percebe-se pelo mapa adiante, que a distribuição de casos de PM denunciados abrange todas as regiões do Estado, em uma distribuição não eqüitativa.

MAPA 1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA PM DENUNCIADOS



FONTE: O autor (2008)

Verifica-se que é preciso que este serviço esteja presente em todo o território paranaense. Entretanto, diferente do sugerido pelo advogado da AVM, não será possível existir um advogado em cada sede de OPM, uma vez que a contratação de aproximadamente vinte advogados inviabilizaria a aprovação governamental. Ainda, mesmo existindo um advogado em cada OPM, este precisará deslocar-se para as audiências, uma vez que estas acontecerão nas diversas sedes de comarcas que integram a área de uma OPM.

Partindo-se do pressuposto que cada advogado poderá acompanhar aproximadamente 100 ações concomitantes, e de que é necessário atingir-se todas as regiões do Estado, a melhor solução é tomar-se por base a proposta existente de divisão do Estado em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), pela qual as diversas OPM serão agrupadas em sete grandes Comandos Regionais de Policiamento (CRP), conforme segue:

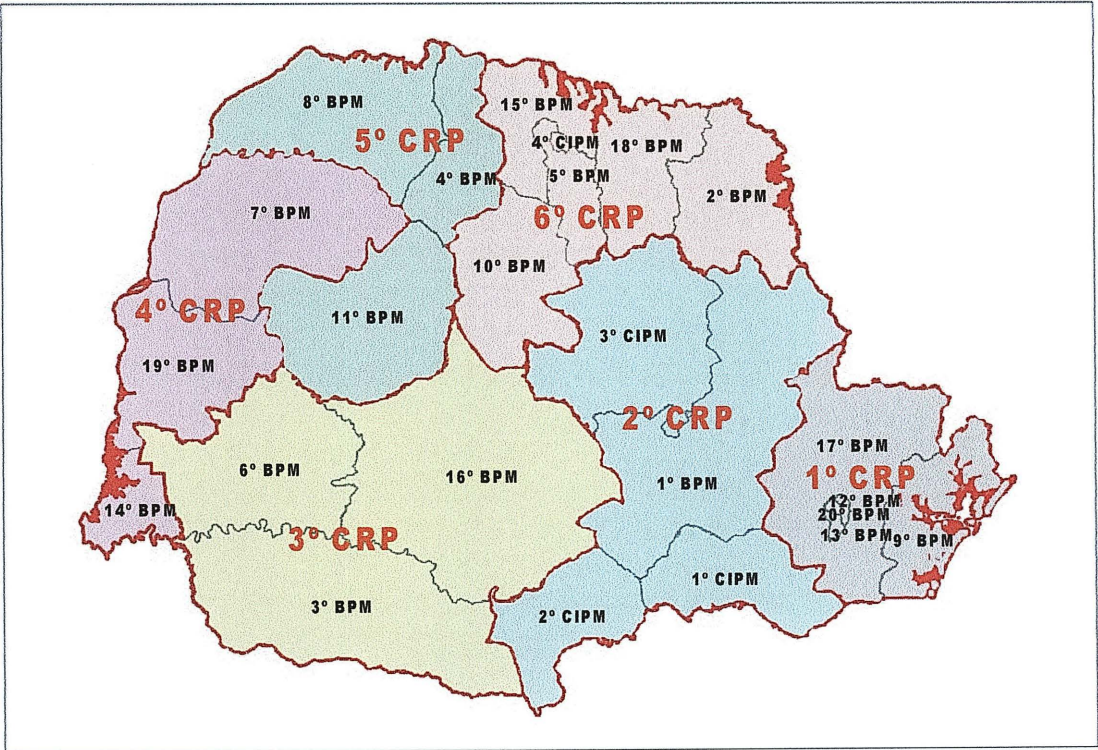
QUADRO 19. PROPOSTA DE ESTRUTURA DOS CRP

CRP	Sede	OPM abrangidas
1º CRP	Curitiba	12º BPM, 13º BPM, 20º BPM; 17º BPM; 9º BPM
2º CRP	Ponta Grossa	1º BPM, 1ª CIPM, 2ª CIPM, 3ª CIPM.
3º CRP	Cascavel	3º BPM, 6º BPM, 16º BPM
4º CRP	Foz do Iguaçu	7º BPM, 14º BPM, 19º BPM
5º CRP	Maringá	4º BPM, 8º BPM, 11º BPM
6º CRP	Londrina	2º BPM, 5º BPM, 10º BPM, 15º BPM, 18º BPM, 4ª CIPM
7º CRP	Curitiba	BP Amb FV; BPGd; BPRv; BPTan; RPMon; Cia P Choq; Cia Ind Gda; Btl Ptr. Esc. Comunt; Cia Ind Pol Port.

FONTE: O autor (2008)

Essa distribuição das OPM em CRP pode ser melhor visualizada no seguinte mapa:

MAPA 2. PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS CRP



FONTE: O autor (2008)

Assim, realizando a distribuição dos casos levantados de policiais que atualmente encontram-se denunciados, tomando-se por base esta divisão do Estado em CRP, ter-se-ia a seguinte distribuição:

QUADRO 20. DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PM DENUNCIADOS

CRP	PM Denunciados	Percentual
1º CRP	44	14,06
2º CRP	19	6,07
3º CRP	56	17,89
4º CRP	19	6,07
5º CRP	32	10,22
6º CRP	83	26,52
Cmdo. Pol. Espec.	60	19,17
TOTAL	313	100

FONTE: O autor (2008)

Verifica-se, portanto, que o número de policiais denunciados em cada CRP, por mais que varie bastante, em todos os casos permite que apenas um advogado acompanhe os processos, realizando uma defesa satisfatória.

Tal conclusão é corroborada na opinião do Advogado Rolf, que, ao ser questionado sobre a possibilidade de um advogado trabalhar em uma cidade pólo e atender policiais que trabalham em cidades vizinhas, afirmou: “Claro que sim. Ideal é a descentralização do serviço em cidades pólos do Estado. Aliás, antes e principalmente agora, a descentralização administrativa e operacional da PMPR constitui-se na salvação da Corporação.” Ainda, o Advogado Rafael, respondendo a esta pergunta afirmou:

Avaliando-se a própria divisão judiciária do Estado, onde cada Comarca é responsável por três ou quatro cidades, caso o Estado fosse dividido em pólos, se o número de ações judiciais fosse pequeno por pólo, a existência de dois advogados em cada pólo, para que pudessem revezar os deslocamentos, permitiria um bom atendimento.

Cabe destacar que a visão do defensor público, conforme já mencionado, baseia-se num contexto de um atendimento de muitas ações judiciais concomitantes, pois se deve destacar que para ele, um advogado pode acompanhar quinhentos processos simultaneamente. Assim, para um número infinitamente menor (o 6º CRP, que é o comando que reúne o maior número de policiais denunciados, tem apenas 83 casos) pode-se afirmar, com tranquilidade, que um advogado terá condições de prestar um bom serviço, devido à conjugação de dois fatores: pequeno número de ações judiciais e relativa proximidade territorial.

Portanto, a estrutura adequada para a SAJur exige a criação de seis cargos de advogados para a PMPR, lotados na Consultoria Jurídica, distribuídos em seis Setores de Assistência Jurídica (SeAJur) da seguinte forma:

QUADRO 21. DISTRIBUIÇÃO DAS SEAJUR

CIDADE	NÚMERO DE ADVOGADOS	CRP
CURITIBA	1	1º CRP
PONTA GROSSA	1	2º CRP
CASCADEL	1	3º CRP
FOZ DO IGUAÇU	1	4º CRP
MARINGÁ	1	5º CRP
LONDRINA	1	6º CRP

FONTE: O autor (2008)

Assim, ficou de fora o 7º CRP, que comandará as unidades especializadas (policciamento de trânsito urbano e rodoviário, ambiental, montado, de choque, de guardas, portuário e escolar), pois o critério de distribuição é territorial, portanto, o atendimento dar-se-á pela comarca onde o processo tramitar.

Cabe destacar que é preciso pensar-se na estrutura administrativa necessária para o adequado funcionamento da Seção. Tal importância é destacada pelo advogado Alexandre, que, ao ser questionado sobre a existência de auxiliares para os defensores públicos, respondeu que “existem diversos auxiliares administrativos, secretárias, e, em geral, cada advogado conta com duas estagiárias, sendo que, no gabinete da chefia, em virtude do grande acúmulo de serviço, existem oito estagiárias”.

Assim, considerando-se que o volume de serviço será menor que o desenvolvido pela Defensoria Pública, cada advogado necessitará de apenas um auxiliar para organização dos setores. Portanto, será preciso criar-se os seguintes cargos e postos na PMPR:

SAJur:

1 Chefe da Seção – Major

1 Subchefe da Seção – Capitão

2 Auxiliares – 1º Sargento e Soldado

SeAJur

6 Advogados – civis

6 Auxiliares - 3º Sargento

6.2 DELIMITAÇÃO DOS CRIMES ATENDIDOS

Outra questão que merece atenção é a delimitação dos atos praticados por policiais militares que se enquadrem nos critérios para atuação da SAJur. Tal necessidade decorre da constatação de que, por mais que inúmeros atos praticados por policiais decorram da dificuldade do serviço policial e justifiquem a preocupação e a defesa institucional, diversas atitudes caracterizam-se como efetivos abusos, muitos deles afrontando a moral e os bons costumes, traduzindo-se em violações de princípios e deveres militares e, por isso, não recomendariam a defesa corporativa.

Então, é preciso estabelecer-se regras que definam quais casos devem ser atendidos e quais casos devem ser excluídos da atuação da SAJur. Para tanto, busca-se os exemplos de outras instituições estudadas. Percebe-se que a PMESP utiliza os serviços da CBPM, entidade de natureza autárquica, subordinada à Secretaria dos Negócios de Segurança Pública do Estado. Conforme já mencionado, a legislação paulista somente autoriza a defesa quando a acusação versar sobre crimes contra a pessoa. Portanto, aqui o critério adotado privilegiou o tipo penal infringido, excluindo a possibilidade de outros atendimentos.

Já na PMMG, a Assessoria Jurídica, adotada segundo critérios da Resolução nº 3801, de 15 de fevereiro de 2005, atende os policiais militares processados no foro criminal (comum ou militar) por delito praticado em serviço ou decorrente deste, no foro civil para ação de reparação de danos, mas não delimita crimes geradores desse direito.

De maneira mais acertada, afirma que a assistência será prestada em todos os casos, exceto aqueles em que no outro pólo da ação estiverem entes públicos estaduais e nas ações que atentem contra os costumes, a moral e a ética policial-militar.

Tal solução, de maneira similar, consta no Regimento Interno do Departamento de Assistência Jurídica da AVM, que ao prever que atenderão os casos em que a ação foi cometida em objeto de serviço, excluem “os atos que atentem contra a AVM, a PMPR, o Estado, a Nação, os bons costumes, a honra e a dignidade policial-militar”.

Essa forma de delimitar as ações passíveis de assistência é referendada através da opinião do Promotor Misael, que afirma:

O serviço de assistência seria regulamentado de modo a atender o interesse jurídico do policial-militar “sub judice” em face de acontecimentos decorrentes do natural desempenho da atividade policial, advindo de circunstâncias não geradas a partir do livre arbítrio do agente. Assim, não deveria ser abrangido pelo serviço jurídico assistencial, o miliciano autor de infrações graves, denotativas de sua má índole; premeditada violação de dever e abuso de poder; desvios de conduta voltados à satisfação da ambição material, praticados no exercício da função ou em razão dela, em detrimento do pundonor militar e da moral da classe.

Assim, o promotor não classifica por tipos de infrações penais, mas delimita a assistência a atos que não comprometam o pundonor militar e o decoro da classe.

Com opinião similar o advogado Lázaro afirma:

Da mesma forma que aqui no Departamento, a solução é colocar-se no Regimento Interno uma regra genérica de exclusão de atendimento para atos que atentem contra a moral e os bons costumes ou contra a instituição, uma vez que, a exclusão pura e simples de determinados tipos penais pode causar problemas, pois não são incomuns casos de policiais acusados indevidamente de furto, concussão, dentre outros.

Assim, não se excluindo previamente delitos por sua natureza, permite-se uma avaliação particularizada de cada situação, pois o que está em discussão é a necessidade do apoio institucional ao “bom” policial, ou seja, àquele que, desenvolvendo sua árdua missão, com bons propósitos, vê-se denunciado por um fato criminoso.

Não se deve esquecer, conforme mencionado anteriormente neste trabalho que a legislação atual, através do Decreto Estadual nº 5.869 de 13 Dez 2005, pacificou o entendimento de que, além das circunstâncias normais de realização do policiamento ostensivo devidamente escalado, considera-se ato em serviço, os fatos praticados pelo policial quando do deslocamento entre sua residência e o local de trabalho e as situações em que, mesmo estando de folga, por solicitação da população ou por iniciativa própria, atua na defesa da sociedade quando se depara com uma situação de perturbação da ordem pública.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou caracterizar a importância da existência de um serviço de assistência jurídica institucional para o policial-militar autor de crime em serviço, como uma necessidade imperiosa para a melhoria dos serviços prestados pela PMPR.

Para o desenvolvimento do trabalho foram traçados alguns objetivos específicos que foram atingidos, conforme se pode observar.

Inicialmente elencou-se como necessário “mensurar o nível de desestímulo operacional pela ausência de tal serviço”, partindo-se do pressuposto que a falta de apoio institucional leva ao desestímulo operacional, trazendo conseqüências graves para o desempenho da PMPR como um todo.

Tal hipótese é reconhecida pelos advogados entrevistados no presente trabalho, como Rolf Koerner Júnior que afirma que “os policiais vão inevitavelmente encontrar, na falta de apoio, a fórmula para o desestímulo, inclusive sob dúvida passa ele a refletir sobre se seria ou não o momento para abandonar o serviço operacional ou mesmo a Corporação”. Ainda, ao afirmar que “é absolutamente fundamental o policial sentir que tem uma retaguarda, um apoio de sua instituição toda vez que desempenhe sua árdua missão”.

Da mesma forma, o advogado da AVM afirma:

O judiciário não tem complacência com a atuação do policial, não considera o policial como a linha de frente na defesa social. O policial é tratado como marginal, ou melhor, o marginal é tratado com mais tolerância que o policial. Assim é muito importante a Corporação reconhecer a absoluta necessidade de dar apoio ao policial nessas circunstâncias, pois é muito triste chegar ao Fórum e ouvir do policial que estamos defendendo: “puxa eu apenas estava trabalhando” e não ver ninguém da Corporação preocupado com o seu destino.

Em igual observação o promotor da VAJME Misael assevera:

Porque o bom policial, quando consciente de uma estrutura que lhe dê guarida administrativa e judicialmente, no âmbito das circunstâncias em que seus atos adstritos à atividade-fim sejam questionados pela coletividade ou pela própria instância administrativa, sentir-se-ia mais seguro no diuturno desempenho de sua relevante e perigosa missão.

Com essas informações, a constatação de que a existência de uma estrutura capaz de apoiar e defender o policial nos casos em que ocorrer uma denúncia por um ato praticado em serviço, melhoraria a confiança e estimularia o policial a bem desempenhar sua atividade ficou bastante clara.

Quando se pediu a opinião dos denunciados sobre os problemas da ausência da assistência jurídica, a principal observação foi que a falta do acompanhamento processual leva ao desestímulo ao trabalho operacional, levando à queda do padrão dos serviços prestados, e perda completa da vontade de trabalhar.

Como segundo objetivo específico procurou-se “levantar o número de casos de policiais militares que estão denunciados por crimes praticados em serviço”. Tal dado foi necessário para se ter uma idéia real do problema para condução do estudo sobre a estrutura adequada para fazer-se frente à demanda. Conforme já mencionado, inicialmente optou-se pela busca no SJD/DP. Entretanto, em virtude do relatório apresentar dados genéricos, estes foram detalhados através da consulta direta aos P/1 das OPM. Como resultado, chegou-se ao número de 313 (trezentos e treze) policiais denunciados por crimes em serviço, possibilitando traçar-se um panorama da situação no Estado.

Outro objetivo plenamente atingido foi “quantificar os valores gastos nos processos judiciais pelos policiais militares denunciados por crimes em serviço”, pois através de resposta da OAB/Seção Paraná, aliado ao testemunho do Cap QEOPM José Irédio Cussolin, escrivão da Vara da Auditoria Militar, foi possível chegar-se à conclusão que, caso o policial constitua um advogado particularmente para a sua defesa, mesmo que tomada a tabela referencial da OAB, o valor estaria próximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ressalte-se que este valor segue padrões mínimos e pode chegar a muitas vezes seu valor, caso busque-se um advogado de renome. Na tentativa de pesquisar qual seria esse valor, durante a entrevista com o advogado Rolf, foi perguntado se seria possível divulgar quanto, em média, ele cobra, a título de honorários, para uma completa defesa durante o processo criminal, obtendo-se como resposta que quando defendeu policiais militares, não cobrou pelos serviços. Entretanto, sabe-se que uma defesa de qualidade ultrapassa as condições financeiras da grande maioria dos policiais.

Para verificar na prática quanto cada policial denunciado por crime em serviço gasta com sua defesa, tal propósito foi incluído no questionário, chegando-se à

informação de que a maioria, teve gastos que variaram entre R\$ 1000,00 e R\$ 2999,00.

Também foi objetivo específico deste trabalho foi “identificar situações que caracterizam “ato em serviço”. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica identificando-se que até o ano de 2005 algumas dúvidas persistiam quanto a caracterização de algumas situações como ato de serviço, principalmente quanto ao deslocamento do policial do seu domicílio ao local de trabalho e as situações em que o policial, mesmo estando de folga, por solicitação da população ou por iniciativa própria, atua na defesa da sociedade quando se depara com uma situação de perturbação da ordem pública. Tais dúvidas foram sanadas através da edição do Decreto Estadual nº 5.869, de 13 Dez 2005, que, ao regulamentar os casos que caracterizam “acidente em serviço”, por consequência define “ato em serviço”, incluindo as situações acima referidas que poderiam trazer alguma dúvida até a promulgação dessa norma estadual.

Objetivou-se de maneira específica “delimitar os crimes que gerariam a prestação do serviço”, pois, conforme já detalhado, a finalidade da criação do serviço de assistência jurídica é premiar o policial correto, que atua de acordo com os preceitos da lei e da moral, cumprindo a sua nobre missão policial e que, por uma circunstância ou outra, em virtude principalmente da dificuldade da realização da atividade de policiamento ostensivo, vê-se processado, com o ônus de defender-se em juízo de uma acusação. Assim, conjugando-se opiniões de autoridades entrevistadas e experiências de outros órgãos, conclui-se que, ao invés de delimitar-se os crimes por sua natureza, é melhor estabelecer-se uma regra geral, vedando apenas a defesa de atos que atentem contra a moral, os bons costumes, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.

Dessa forma caberá a SAJur, através de decisão motivada de seu chefe, realizar uma avaliação prévia, da qual caberá recurso ao Chefe do Estado Maior da PMPR, sobre a possibilidade da realização da defesa de determinado policial, sob a ótica da moralidade do ato “sub judice”.

Como último objetivo específico, procurou-se “identificar a estrutura de outras polícias militares ou órgãos públicos que prestem serviços semelhantes”. Assim, foram pesquisadas diversas Polícias Militares do Brasil, além da Polícia Federal, Polícia Civil do Paraná e Exército Brasileiro.

Em geral, a grande maioria das instituições pesquisadas, apresentou um quadro semelhante ao atual modelo paranaense: inexistência do serviço dentro da instituição, ficando o denunciado sujeito apenas ao apoio de entidades representativas de classe.

Contudo, aparecem como exceções a PMMG, que possui uma assistência jurídica gratuita a seus policiais, através de órgão específico, constante na estrutura daquela instituição; a PMESP que, através da CBPM, que é vinculada a Secretaria de Estado responsável pela Segurança Pública, presta a defesa jurídica aos policiais e a BMRS que iniciou o processo para efetivar convênio com universidades para tal mister.

Por tudo isso, foi possível atingir-se de maneira satisfatória os objetivos gerais e específicos traçados para este trabalho.

Todas as conclusões acima permitiram perfeitamente estudar as implicações da falta do serviço de assistência jurídica aos policiais militares autores de crimes em serviço na Corporação, chegando-se a conclusão de que, realmente, ela é causa de insatisfação e decepção, levando ao desestímulo em dedicar-se na execução do serviço operacional.

O estudo permitiu atingir-se o objetivo deste trabalho que é elaborar proposta de mecanismos possíveis para a prestação da assistência jurídica aos policiais militares autores de crimes praticados em serviço.

Conforme já ficou demonstrado, dentre outras propostas, a que melhor poderá resolver o problema é a da criação de uma seção com funcionamento autônomo, ligada diretamente ao Chefe do Estado Maior da PMPR, onde a assistência seria prestada de forma regionalizada em setores, vinculados aos CRP.

É importante frisar que, caso o projeto de instalação dos CRP não prospere, a instalação das SeAJur deverá ocorrer nas sedes das OPM que foram indicadas como locais de instalação dos CRP. Tal vinculação será necessária para estabelecer-se a ligação administrativa do setor. Nesses setores, a assistência será prestada através de um advogado.

Para que a execução do serviço ocorra de maneira satisfatória, é absolutamente fundamental que a Lei de criação do cargo de advogado da SAJur, preveja um salário realmente atrativo, (respeitando a vedação da equiparação salarial, estipule como salário um valor semelhante ao inicial da carreira dos procuradores do Estado), para que, através de um concurso rigoroso, selecionem-se

profissionais realmente habilitados para a realização da defesa de qualidade que o policial merece.

Objetivando-se formular uma proposta realista, que permita um bom desempenho do advogado, sem pensar-se em estruturas gigantes que não seriam viáveis, optou-se por uma estrutura mínima suficiente para realização da atividade. Somente a prática e a experiência dirão da necessidade de sua ampliação.

A Lei de criação da SAJur deverá prever que a assistência será prestada para os atos praticados em serviço, de acordo com a previsão legislativa vigente, desde que não tenha afetado a moral, os bons costumes, a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe. Assim, caberá à SAJur, além da fiscalização, controle e acompanhamento do serviço realizado em todos os SeAJur, a análise e decisão se o ato praticado, para o qual é solicitada a assistência jurídica, encontra-se de acordo com os critérios acima mencionados.

Dessa forma, o presente trabalho acadêmico procurou chamar a atenção para um problema sério da maioria das organizações policiais brasileiras que é a ausência de um acompanhamento e defesa institucional ao policial autor de crime em serviço.

Como não poderia deixar de ser, não esgota a discussão sobre o tema, pelo contrário, caso leve à preocupação e conduza a novos estudos e propostas por parte da Corporação, com certeza atingirá seu objetivo maior que é despertar na instituição a preocupação por aquele que diariamente atua no combate da criminalidade, exposto à vasta gama de perigos e, infelizmente, ao descaso e ao desamparo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração: teoria crítica e a questão ética nas organizações**. São Paulo: Excellus, 1992.

ASSIS, Jorge de. **Lições de direito para a atividade policial militar**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 1994.

BASTOS, Celso Ribeiro, MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1989.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. A difícil administração das motivações. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 6-17, jan./mar. 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 27. ed. rev. Brasília: Saraiva, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001**. Disponível em: <<https://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2001/3897.htm>> Acesso em: 12/11/2007.

BRASIL. **Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0667.htm> Acesso em: 12/11/2007.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1002.htm> Acesso em: 12/11/2007.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.010, de 2 de janeiro de 1983**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del02010.htm> Acesso em: 12/11/2007.

BRASIL. **Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L1060.htm>>. Acesso em 21/10/2007.

BRASIL. **Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L8906.htm>>. Acesso em 21/10/2007.

BRASIL. **Lei nº 9028, de 12 de abril de 1995**. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2ecodigoDocumento=141174>>. Acesso em 21/10/2007.

BRASIL. **Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.** Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LCP/Lcp80.htm>>. Acesso em 22/10/2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos** – 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Direito administrativo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

GLASSER, Willian. **Administração de liderança**. São Paulo: Saraiva, 1994.

KOERNER JÚNIOR, Rolf. **Obediência hierárquica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

LIMA, João Cavallim de. **Estresse policial**. Curitiba: AVM, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Elementos de direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MORAES, Silvio Roberto Mello. **Princípios institucionais da defensoria pública**. São Paulo: RT, 1995.

PARANÁ, **Constituição do Estado do Paraná, 1989**. Ed. especial rev. Curitiba: Juruá, 2005.

PARANÁ, **Decreto nº 906, de 1 de dezembro de 1949. Regulamento interno dos serviços gerais da PMPR**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/casacivil/legislação.shtml>> Acesso em: 20/11/2007.

PARANÁ, **Decreto nº 5.869, de 3 de dezembro de 2005**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/casacivil/legislação.shtml>> Acesso em: 20/11/2007.

PARANÁ, **Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954. Código da PMPR**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/casacivil/legislação.shtml>> Acesso em: 20/11/2007.

PARANÁ, **Lei nº 5.940, de 8 de maio de 1969. Lei de promoção de praças da PMPR**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/casacivil/legislação.shtml>> Acesso em: 20/11/2007.

PARANÁ, Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969. Lei de promoção de oficiais da PMPR. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/casacivil/legislação.shtml>> Acesso em: 20/11/2007.

PARANÁ, Lei nº 6.774, de 8 de janeiro de 1976. Lei de Organização Básica da PMPR. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/casacivil/legislação.shtml>> Acesso em: 20/11/2007.

PARANÁ, Lei Complementar nº 55, de 4 de fevereiro de 1991. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/casacivil/legislação.shtml>> Acesso em: 20/11/2007.

SÃO PAULO, Lei nº 452, de 2 de outubro de 1974. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/staticFile/integra_ddilei/lei/1974/lei%20n.452,%20de%202.10.1974.htm Acesso em 20/11/2007.

SANTA CATARINA, Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006. Disponível em: http://200.192.66.20/alesc/docs/2006/339_2006_lei_complementar.doc Acesso em: 20/11/2007.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SPECTOR, Paul. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2004.

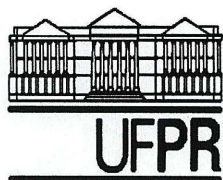
VALLA, Wilson Odirley. Deontologia policial-militar II: ética profissional para os cursos de formação e aperfeiçoamento de praças. Curitiba: AVM, 2000.

VALLA, Wilson Odirley. Doutrina de Emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar. Curitiba: AVM, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO.....	100
APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA ADVOGADO DA AVM.....	105
APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA PROMOTOR DA VAJME.....	106
APÊNDICE 4 – ROTEIRO ENTREVISTA DEFENSORIA PÚBLICA.....	107
APÊNDICE 5 – ROTEIRO ENTREVISTA ADVOGADO CRIMINALISTA.....	108

APÊNDICE 1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS COM
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE
DA SEGURANÇA PÚBLICA**



QUESTIONÁRIO

Caro policial militar,

Sou aluno do Curso de Formação de Oficiais da Academia Polícia Militar do Guatupê e estou realizando um trabalho técnico-científico cujo tema é Defesa judiciária institucional para policiais militares autores de crimes em serviço: uma proposta.

A escolha deste tema deve-se à observação de que não existe na Corporação ou no Estado um setor que acompanhe e forneça a defesa judiciária ao policial que foi denunciado por crime em serviço.

Sua participação, considerando sua experiência vivida, é muito importante para caracterizar as consequências dessa situação para as atividades operacionais da corporação e contribuir para a definição de medidas saneadoras para futuros casos semelhantes.

Não é necessário identificar-se.

Obrigado.

Cap Paulo Henrique Semmer

Aluno do CAO

1. A corporação de alguma forma acompanhou o andamento processual após você ter sido denunciado?

- a. ☐ não
- b. ☐ sim, um acompanhamento apenas inicial
- c. ☐ sim, um total acompanhamento

2. Como você se sentiu em relação à postura institucional após a denúncia?

- a. ☐ satisfeito
- b. ☐ conformado
- b. ☐ insatisfeito
- c. ☐ muito insatisfeito

3. Após ter sido denunciado:

- a. ☐ permaneceu na atividade operacional
- b. ☐ saiu da atividade operacional a pedido
- c. ☐ foi retirado da atividade operacional pelo comando
- d. ☐ foi transferido de OPM

4. Após ter sido denunciado:

- a. ☐ gostaria de permanecer na atividade operacional
- b. ☐ gostaria de sair momentaneamente da atividade operacional
- c. ☐ gostaria de nunca mais retornar à atividade operacional
- d. ☐ gostaria de sair da corporação

5. Após ter sido denunciado, como você se sente em relação à profissão?

- a. ☐ menos satisfeito com a profissão
- b. ☐ igualmente satisfeito ou insatisfeito
- c. ☐ decepcionado
- d. ☐ revoltado

6. Como você contratou advogado para a sua defesa jurídica?

- a. ☐ através das associações de classe (AMAI, AVM, etc.)
- b. ☐ de forma particular
- c. ☐ outra forma _____ (indicar)

7. Em média quanto você gastou em honorários e custas processuais até o presente momento?

- a. ☐ não tive gastos porque _____ (indicar)
- b. ☐ até 999 reais
- c. ☐ de 1000 a 2999 reais
- d. ☐ de 3000 a 9999 reais
- e. ☐ acima de 10.000 reais

8. Caso tenha gastado com advogado, como conseguiu dinheiro para realizar o pagamento?

- a. ☐ através de recursos próprios
- b. ☐ empréstimo em entidade de classe (AVM ou outra associação)
- c. ☐ empréstimo em instituições financeiras
- d. ☐ empréstimo de amigos
- e. ☐ empréstimo de familiares

9. Após ter sido denunciado você apresentou algum problema emocional ou alguma doença? Em caso positivo, descreva-o sucintamente. (Caso necessário use o verso)

- a. ☐ não
- b. ☐ sim.

10. Após ter sido denunciado você apresentou algum problema de relacionamento familiar? Em caso positivo, descreva-o sucintamente. (Caso necessário use o verso)

- a. ☐ não
- b. ☐ sim.

11. Em sua opinião quais as principais conseqüências para a corporação advindas da falta de um serviço de defesa jurídica para policiais militares autores de crimes em serviço? (Caso necessário use o verso)

12. Em sua opinião, quais os maiores fatores de desestímulo (condutas ou procedimentos incorretos ou inexistentes) da corporação para com os policiais denunciados por crimes em serviço? (Caso necessário use o verso)

13. Como você avalia a existência de um serviço de defesa jurídica institucional para os policiais militares autores de crimes em serviço?

- a. ☐ sem importância
- b. ☐ pouca importância
- c. ☐ alguma importância
- d. ☐ muita importância

Por que você avalia desta forma? (Caso necessário use o verso)

14. Como você gostaria que fosse prestada a defesa judiciária pela Corporação?

- a. ☐ através de um corpo de advogados próprios, contratados mediante concurso.
- b. ☐ através do serviço de “escritório modelo” por alunos estagiários supervisionados por professores de Universidades conveniadas
- c. ☐ através da Defensoria Pública, mediante convênio com a PMPR
- d. ☐ outra forma _____ (indicar)

15. Descreva sucintamente como você acredita que deveria funcionar este serviço de assistência judiciária ao PM autor de crime em serviço e quais os serviços deveria oferecer. (Caso necessário use o verso)

Caso deseje um retorno do resultado da pesquisa, por gentileza indique um endereço eletrônico (email) para envio do material tabulado.

APÊNDICE 2

Entrevista Advogado da AVM – Lázaro Aparecido Vilas Boas de Matos

- 1) Em quais casos a AVM atua na defesa jurídica do associado?
- 2) Quais normas regulam o funcionamento do departamento?
- 3) Quantas ações judiciais o departamento acompanha regularmente (por ano ou mês)?
- 4) Quantos advogados existem para realização do serviço?
- 5) Na estrutura existem auxiliares ou estagiários?
- 6) Qual seria a estrutura proporcional adequada (nº de advogados x nº ações judiciais) para um setor dessa natureza ?
- 7) Sendo a AVM uma instituição de natureza privada, que somente atende sócios, na sua opinião, qual a melhor maneira para a adoção de um serviço por parte do Estado, para a defesa judiciária aos policiais autores de crimes em serviço.
- 8) Uma vez que o objetivo deste trabalho é auxiliar o bom policial que foi denunciado por uma ato praticado na difícil atividade policial, segundo a sua opinião, qual a melhor maneira de regulamentar o funcionamento desse serviço, de forma a excluir a defesa de policiais que praticaram atos moralmente reprováveis (furto, roubo, concussão, corrupção, etc)?
- 10) O Sr. teria mais algum comentário para auxiliar no desenvolvimento do presente trabalho?

APÊNDICE 3

Entrevista Promotor Público da VJME - Misael Duarte Pimenta Neto

- 1) O Sr. tem conhecimento de casos em que policiais militares denunciados por crimes praticados em serviço, tiveram dificuldades em constituir advogado para a competente defesa judicial?
- 2) Segundo sua experiência na Auditoria, qual tem sido a alternativa mais utilizada para a defesa jurídica dos policiais denunciados por crimes em serviço?
- 3) Quais outras alternativas existentes?
- 4) Uma vez que o objetivo deste trabalho é auxiliar o bom policial que foi denunciado por uma ato praticado na difícil atividade policial, segundo a sua opinião, qual a melhor maneira de regulamentar o funcionamento desse serviço, de forma a excluir a defesa de policiais que praticaram atos moralmente reprováveis (furto, roubo, concussão, corrupção, etc)?
- 5) O Sr é favorável a criação de uma assistência jurídica para atender aos policiais que se envolveram em ato criminal quando em atividade policial militar?
- 6) Na sua opinião, de que forma uma assistência jurídica poderia atuar no apoio aos policiais que se envolvem em ato criminal quando em atividade policial militar?
- 7) Existem processos parados por ausência de uma defesa técnica dos acusados?
- 8) Qual é a sua opinião sobre a estrutura ideal para o funcionamento de uma Assistência Jurídica para os policiais militares?
- 9) O Sr. concorda com a hipótese de que a existência de uma assistência jurídica pode melhorar a qualidade dos serviços prestados pela PMPR à sociedade?
- 10) O Sr. teria mais algum comentário para auxiliar no desenvolvimento do presente trabalho?

APÊNDICE 4

Entrevista Assessor Jurídico do Gabinete da Defensoria Pública do Estado do Paraná – Sr. Rafael Tadeu Machado.

- 1) Dentro da função constitucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná e em quais casos atua?
- 2) A Defensoria Pública do Estado do Paraná realiza atendimentos aos Policiais Militares por atos praticados em serviço?
- 3) O Sr. tem conhecimento se as Defensorias Públicas de outros Estados da Federação realizam atendimentos a policiais militares que se envolvem em ato criminal quando em serviço?
- 4) Quantas ações judiciais um Defensor acompanha regularmente (por ano ou mês)?
- 5) Quantos advogados existem na Defensoria em todo o Estado do Paraná para realização do serviço?
- 6) Na estrutura existem auxiliares ou estagiários?
- 7) Quantas ações judiciais poderiam ser atendidas simultaneamente com qualidade por um advogado?
- 8) Seria possível um advogado trabalhar em uma cidade pólo e atender policiais que trabalham em cidades vizinhas?
- 9) Existiria a possibilidade jurídica para que a Defensoria Pública realizasse a defesa judiciária gratuita de policiais militares autores de crimes em serviço, através, por exemplo, de um Termo de Convênio?
- 10) Na sua opinião qual a melhor maneira para a adoção de um serviço de defesa judiciária aos policiais autores de crimes em serviço.

APÊNDICE 5

Entrevista advogado criminalista – Sr. Rolf Koerner Júnior,

1. O Sr. já realizou a defesa de policiais autores de crimes em serviço?
2. O Sr. percebeu se, durante o processo, a PMPR acompanhou o andamento processual, ou prestou algum apoio ao policial?
3. Seria possível divulgar quanto, em média, o Sr. cobra, a título de honorários, para uma completa defesa durante o processo criminal.
5. Quantas ações judiciais poderiam ser atendidas simultaneamente com qualidade por um advogado?
6. Seria possível um advogado trabalhar em uma cidade pólo e atender policiais que trabalham em cidades vizinhas?
7. Qual é a sua opinião sobre a estrutura ideal para o funcionamento de uma Assistência Jurídica para os policiais militares?
8. O Sr. concorda com a hipótese de que a existência de uma assistência jurídica pode melhorar a qualidade dos serviços prestados pela PMPR à sociedade?
9. O Sr. teria mais algum comentário para auxiliar no desenvolvimento do presente trabalho?